

MERCADOS

Com NY, Bovespa reage no fim e defende os 188 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) não apenas conseguiu defender, no fechamento, a linha dos 188 mil pontos como também, no ajuste final, mostrou leve ganho de 0,05%, aos 188.258,91 pontos, na máxima do dia. Dessa forma, estendeu ontem, pela sexta sessão, a série positiva, ainda que praticamente estável nas últimas três do intervalo.

Da abertura ao ajuste final, prevalecia a percepção de risco geopolítico. O último dos EUA ao Irã, pesava sobre a confiança dos investidores que, em geral, venderam ações na sessão, desde os horários de negócio na Ásia até os da Europa e dos Estados Unidos.

Contudo, em Nova York, os principais índices mostraram alguma reação perto do fechamento, sem sinal único, com variações de -0,18% (Dow Jones), +0,08% (S&P 500) e +0,1% (Nasdaq) no encerramento do dia.

Assim, na B3, o Ibovespa (Índice Bovespa) defendeu os 188 mil pontos no fechamento, com giro a R\$ 26,4 bilhões, fortalecido na reta final. Nas duas primeiras sessões da semana, o índice agrega 0,11%, o que o coloca no mês a +0,43%. No ano, sobe 16,84%. Na ponta ganhadora nesta terça-feira, destaque para Braskem (+7,26%), Rumo (+2,95%) e RD Saúde (+2,25%). No lado oposto, MRV (-9,45%), Suzano (-6,39%) e Cyrela (-5,65%).

Entre as blue chips, Petrobras sustentava ganhos na primeira etapa da sessão, na con-

tração da maioria das ações de primeira linha, mas inverteu o sinal com a virada do Brent, para baixo. Os investidores também tomaram nota da saída do diretor de Logística, Comercialização e Mercados, Claudio Schlosser - uma mudança que volta a levantar questões sobre eventual retomada de indicações de cunho político na estatal, reporta do Rio a jornalista Gabriela da Cunha, do Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) em conversa com o professor Rafael Chaves, da FGV-EPGE.

No fechamento, Petrobras ON mostrava perda de 0,28% e a PN, de 0,88%. Principal ação do Ibovespa, Vale ON subiu 0,72%, ganhando força no ajuste final. Entre os grandes bancos, a variação, no fechamento, ficou entre -0,97% (Santander Unit) e +0,87% (BTG Unit).

DÓLAR

O dólar à vista desacelerou bem o ritmo de alta na reta final dos negócios com a diminuição da percepção de risco no exterior.

Após ter registrado máxima de R\$ 5,1735 pela manhã e trabalhado acima de R\$ 5,16 ao longo da tarde, o dólar à vista fechou cotado a R\$ 5,155, em alta de 0,17%. Apesar do avanço de ontem, a divisa ainda acumula perdas de 0,46% em abril. Na segunda-feira, a moeda norte-americana fechou a R\$ 5,1465, no menor nível desde 27 de janeiro (R\$ 5,1340), véspera da eclosão da guerra. No ano, as perdas são de 6,08%.

COMÉRCIO EXTERNO

Balança tem superávit mais baixo para março desde 2020

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A queda nas exportações de café e o aumento na importação de veículos fizeram a balança comercial registrar o superávit mais baixo para meses de março em seis anos, divulgou ontem o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). No mês passado, as exportações superaram as importações em US\$ 6,405 bilhões.

O resultado representa queda de 17,2% em relação ao mesmo mês de 2025, quando o superávit ficou em US\$ 7,736 bilhões. O superávit é o mais baixo para meses de março desde 2020, início da pandemia de covid-19, quando o resultado ficou positivo em US\$ 4,046 bilhões.

O valor das exportações e das importações ficou o seguinte:

- Exportações: US\$ 31,603 bilhões alta de 10% em relação a março do ano passado;
- Importações: US\$ 25,199 bilhões, alta de 20,1% na mesma comparação.

O valor das exportações é o segundo maior para meses de março desde o início da série histórica, só perdendo para março de 2023. As importações registraram o maior valor da série, que teve início em 1989.

SETORES

Na distribuição por setores da economia, as exportações em março variaram da seguinte forma:

- Agropecuária: +1,1%, com queda de 2 no volume e alta de 3% no preço médio;
- Indústria extrativa: +36,4%, puxada pelo petróleo, com

alta de 36,4% no volume e de 0,2% no preço médio;

- Indústria de transformação: +5,4%, com alta de 4,2% no volume e de 1% no preço médio.

PRODUTOS

Os principais produtos responsáveis pela alta das exportações em março foram os seguintes:

- Agropecuária: animais vivos, exceto pescados ou crustáceos (+49,4%); algodão em bruto (+33,6%); e soja (+4,3%);
- Indústria extrativa: outros minerais brutos (+55,9%); outros minérios e concentrados de metais de base (+66,8%); e óleos brutos de petróleo (+70,4%);
- Indústria de transformação: carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+29%); combustíveis (+30%); e ouro não monetário (excluindo minérios de ouro e concentrados) (+92,7%).

Apesar do crescimento das exportações agropecuárias, as vendas de café despencaram em março. No mês passado, o Brasil vendeu US\$ 437,1 milhão a menos que em março de 2025 (-30,5%). A queda deveu-se à redução de 31% na quantidade exportada, por diferença de cronogramas de embarque.

Em relação ao petróleo bruto, a alta nas exportações chega a US\$ 1,971 bilhão em relação a março de 2025. Tradicionalmente, as vendas de petróleo registram forte variação mensal por causa da manutenção programada de plataformas.

No entanto, a expectativa é

de queda nos próximos meses por causa da alíquota temporária de 12% de Imposto de Exportação de petróleo, imposta em meados de março como medida para segurar a alta dos combustíveis após o início da guerra no Oriente Médio.

IMPORTAÇÕES

Em relação às importações, a alta está vinculada principalmente a veículos, cujas compras do exterior subiram US\$ 755,7 milhões em março na comparação com o mesmo mês de 2025. Na divisão por categorias, os principais produtos são os seguintes:

- Agropecuária: pescados (+28,9%); frutas e nozes não oleaginosas (+26,6%); e soja (+782%);
- Indústria extrativa: minérios e concentrados de metais de base (+33,7%); carvão não aglomerado (+59,9%); e óleos brutos de petróleo (+19,4%);
- Indústria de transformação: outros medicamentos, incluindo veterinários (+72,2%); adubos ou fertilizantes químicos (+61%) e automóveis de passageiros (+204,2%).

ACUMULADO

Nos três primeiros meses do ano, a balança comercial registra superávit de US\$ 14,175 bilhões, valor 47,6% superior ao registrado no mesmo período do ano passado. O crescimento deve-se à importação de uma plataforma de petróleo em fevereiro de 2025, operação que não se repetiu em 2026.

A composição ficou a seguinte:

- Exportações: US\$ 82,338 bi-

lhões, alta de 7,1% em relação ao registrado no mesmo período do ano passado;

- Importações: US\$ 68,163 bilhões, alta de 1,3% na mesma comparação.

O superávit acumulado é o terceiro maior da série histórica, só perdendo para o primeiro trimestre de 2024 e de 2023.

PROJEÇÕES

O Mdic atualizou as estimativas para a balança comercial em 2026. Para este ano, a pasta projeta superávit comercial de US\$ 72,1 bilhões, alta de 5,9% em relação ao resultado positivo de US\$ 68,1 bilhões em 2025. Em janeiro, o ministério tinha estimado superávit de US\$ 70 bilhões a US\$ 90 bilhões neste ano.

Segundo o MDIC, as exportações deverão encerrar o ano em US\$ 364,2 bilhões, alta de 4,6% em relação a 2025. As importações deverão chegar a US\$ 280,2 bilhões em 2026, aumento de 4,2% na comparação com o ano passado.

As projeções oficiais para a balança comercial são atualizadas trimestralmente. Segundo o MDIC, novas estimativas mais detalhadas sobre exportações, importações e saldo comercial de 2026 serão divulgadas em julho. O recorde de superávit foi registrado em 2023, quando o resultado positivo ficou em US\$ 98,9 bilhões.

As estimativas do MDIC estão mais otimistas que a das instituições financeiras. Segundo o boletim Focus, pesquisa semanal do Banco Central com analistas de mercado, a balança comercial encerrará o ano com superávit de US\$ 70 bilhões.

TRANSFERÊNCIA

Aneel aprova venda da Roraima Energia para Âmbar da J&F

JOÃO CAIRES E RENAN MONTEIRO/AE

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem, a anuência prévia para a transferência do controle societário da Roraima Energia, atualmente detida pela Oliveira Energia, para a Futura Venture Capital, veículo ligado à Âmbar Energia, do grupo J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista. O voto do relator, Gentil Nogueira de Sá Júnior, foi acompanhado pela maioria do colegiado.

Segundo o relator, a operação atende aos requisitos legais, regulatórios e contratuais exigidos para a transferência de controle de concessionárias de distribuição, não havendo impedimentos jurídicos ou técnicos.

A análise das áreas técnicas da agência indicou regularidade fiscal e trabalhista das empresas envolvidas, ausência de sanções impeditivas e capacidade econômico-financeira compatível com a assunção da concessão.

"A Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado da Aneel emitiu a nota técnica na

qual analisou os aspectos econômicos, financeiros, regulatórios, contratuais e jurídicos da operação, concluindo que a documentação apresentada atende às exigências normativas e que não se verificam impedimentos à concessão da anuência prévia", afirmou no voto.

De acordo com o relator, a Roraima Energia apresenta indicadores financeiros considerados adequados, com relação entre dívida líquida e resultado operacional dentro dos limites previstos em contrato. O diretor destacou que a troca de controle não traz riscos à continuidade, à qualidade do serviço ou à modicidade tarifária.

A operação foi justificada como parte da estratégia de desinvestimento da Oliveira Energia no segmento de distribuição, aliada à entrada de um novo controlador com capacidade de investimento e foco na melhoria operacional.

O relator afirmou ainda que a medida pode contribuir para o fortalecimento da governança e para a realização de investimentos necessários à integração de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

PACOTE DE CRÉDITO

Governo Lula avalia uso do FGTS para quitar dívidas, diz Durigan

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A equipe econômica avalia permitir o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitação de dívidas, como parte de um novo pacote de crédito em elaboração. A informação foi confirmada ontem pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan (foto).

Segundo o ministro, a proposta está em discussão conjunta com o Ministério do Trabalho e Emprego, comandado por Luiz Marinho, que demonstra preocupação com possíveis impactos sobre o fundo.

Durigan afirmou que o uso do FGTS ainda está em análise e não há definição sobre o formato da medida. "Se acharmos que é razoável para financiamento de dívidas, isso vai ser admitido", disse, após reunião com parlamentares do PT na Câmara.

PACOTE

O plano em estudo pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem como foco reduzir o endividamento das famílias e ampliar o acesso ao crédito. A proposta deve atender principalmente pessoas de baixa renda, trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEIs) e pequenas empresas.



JOSÉ CRUZ/ABRASIL

Entre as medidas analisadas está a concessão de garantia da União para renegociação de dívidas, o que pode facilitar a obtenção de melhores condições de pagamento, como juros mais baixos.

O programa também pode prever descontos de até 80% sobre o valor total das dívidas, além de incluir débitos como cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal.

RESTRIÇÕES E ALCANCE

Outra frente em discussão é

a criação de restrições para apostas online (bets) para beneficiários do programa, como forma de evitar novo endividamento.

A proposta também deve contemplar pessoas com contas em dia, mas com alto comprometimento da renda, permitindo a migração para linhas de crédito mais baratas.

Apesar do avanço nas discussões, o pacote ainda não foi fechado. A expectativa do governo é anunciar as medidas nos próximos dias.

INADIMPLÊNCIA

O debate ocorre em meio a um cenário de alto endividamento no país. Dados recentes apontam que mais de 80% das famílias brasileiras têm algum tipo de dívida, sendo que quase um terço está com pagamentos em atraso.

O governo tem dialogado com bancos, fintechs e instituições financeiras para viabilizar o programa, que deve ter formato mais simples do que iniciativas anteriores de renegociação.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

FENABRAVE

Vendas de veículos crescem 16,09% no primeiro trimestre

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O desempenho do mercado brasileiro de veículos registrou forte expansão no primeiro trimestre deste ano. Segundo balanço divulgado ontem pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), que representa as concessionárias do país, os emplacamentos de veículos no Brasil - e que engloba automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas, implementos rodoviários e outros veículos - avançaram 16,09% entre janeiro e março de 2026, em comparação ao mesmo período do ano passado, totalizando

1.254.696 veículos.

O acumulado do primeiro trimestre deste ano já é o terceiro melhor resultado da série histórica, atrás apenas dos anos de 2011 e 2012.

Este também foi, de acordo com a Fenabrave, o segundo melhor mês de março da série histórica da entidade, com um total de 513.099 veículos emplacados, o que representou crescimento de 36,86% em relação a fevereiro e de 35,26% em comparação a março do ano passado.

Embora a base de comparação tenha sido favorecida pelo calendário, já que março deste ano contabilizou 22 dias úteis, o resultado sinaliza, segundo a

Fenabrave, uma melhora efetiva do ambiente de consumo.

“O mês de março confirmou um mercado mais dinâmico, com desempenho disseminado entre os principais segmentos e um primeiro trimestre que já se posiciona entre os melhores da série histórica. O calendário ajudou, mas os dados mostram também uma reação consistente da demanda”, disse Arcelio Junior, presidente da federação.

Considerando-se apenas a venda de veículos zero quilômetros e que inclui veículos de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus, o crescimento foi 45,55% em comparação a fevereiro e de 37,85% sobre março

do ano passado, somando 269.463 veículos comercializados.

O segmento de motos continua se destacando como um dos principais pilares de expansão do mercado, com 221.573 unidades vendidas, aumento de 29,19% em relação a fevereiro e de 33,47% em comparação a março de 2025.

“Mais uma vez, as motocicletas tiveram papel decisivo no desempenho do setor. É um segmento que vem ampliando sua importância no mercado brasileiro, tanto pela mobilidade quanto pela função econômica e social que exerce”, disse o presidente da Fenabrave.

FRAUDE FINANCEIRA

FGC libera R\$ 6 bi a credores com mais de R\$ 1 mil no Will Bank

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Quase três meses após a liquidação do Will Bank, fintech ligada ao Banco Master, o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) iniciou a segunda fase de pagamentos aos clientes da instituição. Nesta etapa, serão liberados R\$ 6,06 bilhões para cerca de 312 mil credores com valores a receber entre R\$ 1 mil e R\$ 250 mil.

Os pagamentos são feitos exclusivamente pelo aplicativo do FGC. Para receber, o cliente precisa se cadastrar na plataforma, preencher os dados solicitados, enviar a documentação necessária e formalizar o pedido.

O fundo orienta que os usuários mantenham as notificações do aplicativo ativas para acompanhar o andamento da solicita-

ção e eventuais pendências.

COMO RECEBER

- Para ter acesso ao dinheiro, o credor deve:
 - Baixar o aplicativo do FGC;
 - Realizar cadastro na plataforma;
 - Conferir e complementar informações;
 - Enviar documentos exigidos;
 - Pedir o ressarcimento.
- O FGC alerta que não entra em contato por telefone, redes sociais ou aplicativos de mensagens para pedir dados ou senhas. Todo o processo deve ser feito apenas pelos canais oficiais.

BALANÇO

A primeira etapa dos pagamentos aos credores do Will

Bank, iniciada em fevereiro, contemplou clientes com até R\$ 1 mil a receber. Até agora, foram pagos R\$ 126 milhões a mais de 1,1 milhão de pessoas.

Desde janeiro, o FGC desembolsou cerca de R\$ 39,3 bilhões em ressarcimentos a clientes do Banco Master, Banco Master de Investimento e Letsbank, o equivalente a 96,9% da quantia prevista. Ao todo, aproximadamente 669 mil credores já receberam os valores, o que representa 90,24% dos beneficiários.

Em relação ao Banco Pleno, outra instituição ligada ao Master, os pagamentos somam R\$ 3,61 bilhões, beneficiando cerca de 107,3 mil credores. Isso equivale a 70,45% dos credores e a 75,39% do valor previsto a ser liberado para essa instituição.

REGRAS E LIMITES

O ressarcimento segue o limite de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, conforme as regras do sistema. Clientes que já atingiram esse teto em outras instituições do mesmo grupo, como o Banco Master e empresas associadas, não terão valores adicionais a receber do Will Bank. Há exceção para investimentos realizados até 31 de agosto de 2024, que mantêm a garantia individual dentro do limite.

LIQUIDAÇÃO

A liquidação do Will Bank foi decretada pelo Banco Central (BC) após a deterioração da situação financeira da instituição e problemas no cumprimento de obrigações. O banco fazia parte do conglomerado liderado pelo Banco Master.

LEMAJ ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS S/A
CNPJ nº 10.520.561/0001-75 - NIRE nº 33.3.00344381 (“Companhia”)
Edital de Convocação - AGO em 28/04/26. Ficam convocados os Srs. Acionistas da Lemaj Administração de Bens Próprios S/A (“Cia.”) para a AGO (“Assembleia”), que se realizará no dia 28/04/26, às 10:30h, exclusivamente em formato digital, nos termos do art. 121, §1º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, através da plataforma digital Microsoft Teams, cujo link e dados de acesso serão oportunamente disponibilizados aos acionistas por e-mail, conforme endereços cadastrados junto à Cia., para: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as DFs. da Cia. para o exercício social findo em 31/12/25; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do respectivo exercício, na forma proposta pela administração da Cia.; e (iii) deliberar sobre a eleição do Diretor sem designação específica da Cia.. Nos termos do anúncio publicado em 23/03/26 por meio do jornal Diário do Acionista, encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Cia. o relatório da Diretoria, DFs. da Cia. relativas ao exercício social encerrado em 31/12/25 e o parecer dos auditores independentes. Os acionistas poderão ser representados na assembleia geral por procuradores devidamente constituídos na forma da lei, sendo certo que nesse caso as procurações deverão ser apresentadas na abertura da assembleia. RJ, 02/04/26. Lemaj Administração de Bens Próprios S/A. Emily Azevedo Darwich - Diretora.

TRIMAK ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A
CNPJ nº 42.281.485/0001-89 - NIRE nº 33.3.00344721
Edital de Convocação - AGO em 28/04/26. Ficam convocados os Srs. Acionistas da Trimak Engenharia e Comércio S/A (“Cia.”) para a AGO (“Assembleia”), que se realizará no dia 28/04/26, às 09:30h, exclusivamente em formato digital, nos termos do art. 121, §1º, da Lei 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, através da plataforma digital Microsoft Teams, cujo link e dados de acesso serão oportunamente disponibilizados aos acionistas por e-mail, conforme endereços cadastrados junto à Cia., para: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as DFs. da Cia. para o exercício social findo em 31/12/25; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e o pagamento de juros sobre o capital próprio do respectivo exercício na forma proposta pela administração da Cia.; e (iii) deliberar sobre a eleição do Diretor de Administração da Cia. Nos termos do anúncio publicado em 23/03/26 por meio do jornal Diário do Acionista, encontram-se à disposição dos acionistas no escritório administrativo da Cia. o relatório da administração, DFs. da Cia. relativas ao exercício social encerrado em 31/12/25 e o parecer dos auditores independentes. Os acionistas poderão ser representados na assembleia geral por procuradores devidamente constituídos na forma da lei, sendo certo que, nesse caso, as procurações deverão ser apresentadas na abertura da assembleia. RJ, 02/04/26. Trimak Engenharia e Comércio S/A. Emily Azevedo Darwich - Diretora.

Naval Group BR Sistemas de Defesa Ltda.
CNPJ/MF: 11.158.926/0001-26 - NIRE: 33.2.0847438-0
Extrato da Ata de Resolução de Sócio Datada de 30.12.2025
Em 30.12.2025, a única sócia representando a totalidade do capital social, com sede no Rio de Janeiro/RJ, a saber: • **Naval Group**, com sede em Paris/França. CNPJ/MF 11.026.681/0001-83, representada por seu procurador, Sr. **Rodrigo Moreira Pinto Beraldo**, RG 10323216-1-FRP/RJ, CPF/MF 025.945.587-37; **Resolve**, observadas as disposições dos artigos 1.117 e 1.118 do Código Civil Brasileiro: Aprovar (i) O Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Prosin-Projetos e Sistemas Navais S.A., com sede no Rio de Janeiro/RJ, CNPJ/MF 18.127.025/0001-16 (“Prosin”), celebrado em 30.12.2025. (ii) **Ratificar** a contratação da empresa Apis Consultoria e Avaliações Ltda., com sede no Rio de Janeiro/RJ, CNPJ/MF 08.681.365/0001-30, CRC/RJ 005112/O-9, para avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Prosin. (iii) O Laudo de Avaliação, com base no balanço levantado em 31.10.2025, no qual foi apurado o valor contábil de R\$880.371,74 (“Laudo de Avaliação”). (iv) A Incorporação da Prosin pela Sociedade, conforme os termos e condições indicados no Protocolo e Laudo de Avaliação. A Prosin fica extinta de pleno direito, com a versão de todo seu patrimônio para a Sociedade, sendo por esta sucedida em todos seus direitos e obrigações, sem solução de continuidade. Considerando que, nesta data, a Sociedade detém a integralidade do capital social da Prosin, a implementação da incorporação não resulta em modificação do capital social ou do patrimônio da Sociedade, tampouco em alteração do seu Contrato Social, tendo em vista que a totalidade das ações da Prosin, assim como seu patrimônio, já estão refletidos nas demonstrações financeiras da Sociedade. (v) **Autorizar** os administradores a praticarem todos e quaisquer atos necessários à implementação e formalização da incorporação. Rio de Janeiro/RJ, 30.12.2025. **Naval Group p.p.: Rodrigo Moreira Pinto Beraldo**. JUCERJA nº 00007581411 em 09/02/2026 e Protocolo: 2026/00163475-2 em 29/01/2026. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SPECIAL BEACH BALL, inscrita no CNPJ nº 06.174.956/0001-96, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo nº EIS-PRO-2023/07679, a renovação de sua Licença Municipal de Operação - LMO nº 23/2026, com validade de 120 meses para Estação de Tratamento de Esgotos, situada na Rua Marlo da Costa e Souza, 205, Blocos 1 e 2 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, em substituição a licença de operação LMO N° 000778/2012.

LICEU FRANCO BRASILEIRO S.A.
CNPJ nº 33.547.449/0001-23
Assembleia Geral Ordinária - Convocação - Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2026 em sua sede social à Rua das Laranjeiras, 5/11/13/15, Laranjeiras - Rio de Janeiro - RJ, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31/12/2025; b) Deliberação sobre o Resultado do Exercício; e c) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2026. A Administração.

PROSIN-PROJETOS E SISTEMAS NAVAIS S.A.
CNPJ/MF 18.127.025/0001-16 - NIRE 33.3.0030753-2
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM 30.12.2025
Data, Hora, Local: 30.12.2025, às 10h, na sede, Rua Lauro Muller, nº 116, 28º andar, sala 2801 - parte, 2807 - parte e 2808 - parte, Rio de Janeiro/RJ.
Presença: Totalidade das ações. **Mesa:** Presidente - Frederic Charles Bertrand Marie Touzard; Secretária - Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira. **Deliberações Aprovadas:** I. O Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia pela Naval Group BR Sistemas de Defesa Ltda. (“NGBR”), celebrado em 12.12.2025. II. O Laudo de Avaliação da Companhia preparado pela empresa Apis Consultoria e Avaliações Ltda., CNPJ 08.681.365/0001-30, CRC/RJ 005112/O-9, com base no balanço especial levantado em 31.10.2025, no qual foi apurado o valor contábil de R\$880.371,74. III. A incorporação da Companhia pela NGBR, conforme os termos e condições indicados no Protocolo e no Laudo de Avaliação. Aprovação da operação pela NGBR, a Companhia será extinta de pleno direito e com a versão de todo seu patrimônio para a NGBR, sendo a Companhia sucedida em todos os seus direitos e obrigações pela NGBR, sem solução de continuidade dos seus negócios. IV. Autorizar os Diretores a praticarem todos os atos necessários ao cumprimento das deliberações. **Encerramento:** Nada mais. Rio de Janeiro, 30.12.2025. **Acionista: Naval Group BR Sistemas de Defesa Ltda.** Frederic Charles Bertrand Marie Touzard - Diretor Presidente. JUCERJA nº 00007581416 em 09/02/2026 e Protocolo: 2026/00196877-4 em 29/01/2026, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 42.487.983/0001-82 - NIRE nº 33.3.0001715-1 de 19/06/85

EDITAL DE CONVOCACÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com sede na Rua da Assembleia, nº 85, sala 702, parte, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20.011-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.487.983/0001-82, por meio de seu Presidente do Conselho de Administração, Sr. **Renato de Andrade Cabral**, na forma do Parágrafo Segundo do art. 25º do Estatuto Social da empresa **CONVOCA** os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a ser realizada no dia 17 de abril de 2026, às 09h00, de forma exclusivamente digital, por meio de videoconferência, no seguinte link: <https://teams.microsoft.com/meet/26842780355946?p=jyozUHcj6tn0QssRR>
A Assembleia terá por objeto deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** (i) aprovação da constituição de sociedade subsidiária integral da Astromarítima Navegação S.A., com vistas à otimização da gestão financeira do grupo; (ii) aprovação da cessão de direito creditório (precatório), oriundo do processo nº 0127513-79.2019.8.19.0001, para pagamento parcial de honorários advocatícios contratuais ao escritório Antonelli Advogados Associados; (iii) autorização para que a administração negocie e contrate financiamento na modalidade *Debtor-in-Possession Financing* (DIP), bem como para a constituição de garantias correlatas, inclusive mediante a oneração e/ou alienação fiduciária da embarcação denominada “CMT Mattós”; (iv) autorização para a realização de doação em pagamento, em favor do BNDES, das embarcações “Tupi” e “Enchova”; (v) autorização para o encerramento da sociedade Ástro Offshore Corporation.
Rio de Janeiro, 06 de abril de 2026.
RENATO DE ANDRADE CABRAL

MDIC

Exportações para o Oriente Médio caem 26% com a guerra

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As exportações brasileiras para o Oriente Médio caíram 26% em março, primeiro mês da guerra envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), o valor exportado para os 15 países da região recuou de US\$ 1,2 bilhão em março de 2025 para US\$ 882 milhões neste ano.

A queda atingiu principalmente produtos do agronegócio. A exportação de carne suína recuou 59%. As vendas de frango, principal item vendido ao Oriente Médio, caíram cerca de 22%. As vendas de soja para a região diminuíram 25%.

Segundo o diretor de Estatísticas da pasta, Herlon Brandão, ainda é cedo para medir todos os efeitos do conflito sobre o comércio internacional.

“Para fazer uma afirmação de que o conflito está afetando o fluxo (comercial), é necessário esperar um pouco mais”, disse Brandão.

No fim de março, o Brasil fechou um acordo com a Turquia para a passagem e o armazenamento temporário de mercadorias do agronegócio exportadas para o Oriente Médio e a Ásia Central. Os efeitos, no entanto, só começaram a aparecer na balança comercial de abril.

PETRÓLEO

O destaque positivo das exportações brasileiras foi o petróleo. As exportações de óleo bruto avançaram 70,4% em valor, alcançando US\$ 4,7 bilhões. Em volume, o crescimento foi de 75,9%.

Segundo o governo, ainda não é possível afirmar que a alta esteja diretamente ligada ao conflito, embora a guerra já tenha afetado cerca de 20% do comércio global de petróleo e elevado significativamente o preço do barril no mercado in-

ternacional.

Para os próximos meses, a expectativa é de queda nas vendas do produto. Para compensar parte dos subsídios ao diesel, o governo introduziu, em meados de março, uma alíquota de 12% sobre as exportações brasileiras de petróleo.

IMPACTO GLOBAL

Além do Oriente Médio, outros mercados importantes também reduziram compras de produtos brasileiros em março na comparação com o mesmo mês do ano passado.

As exportações para os Estados Unidos caíram 9,1%, enquanto houve recuos de 10% para o Canadá e de 5,9% para a Argentina.

No entanto, as vendas para a China cresceram 17,8% no mês, reforçando o papel do país asiático como principal parceiro comercial do Brasil.

RESULTADOS

Em relação aos Estados Unidos, o Brasil registrou déficit comercial em março, com exportações de US\$ 2,8 bilhões e importações de US\$ 3,3 bilhões. Já com a China, houve superávit de US\$ 3,8 bilhões no período.

As exportações para a União Europeia cresceram 7,3%, enquanto para a Argentina houve queda nas vendas, mas manutenção de saldo positivo na balança.

O cenário reflete os impactos iniciais da guerra sobre o comércio global, com efeitos variados entre regiões e produtos, especialmente nas cadeias ligadas a energia e alimentos.

Apesar das quedas pontuais, o Brasil registrou superávit comercial de US\$ 6,4 bilhões em março. As exportações totais somaram US\$ 31,7 bilhões, alta de 10%, enquanto as importações cresceram 20,1%, chegando a US\$ 25,2 bilhões.

CEL PARTICIPAÇÕES S/A - CELPAR
CNPJ nº 02.201.787/0001-85
Assembleia Geral Ordinária - Convocação - Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2026 em sua sede social à Rua Maria Angélica, 310, parte - Jardim Botânico - Rio de Janeiro - RJ, às 15:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31/12/2025; b) Deliberação sobre o Resultado do Exercício; c) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2026. A Administração.

GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Companhia Aberta - Categoria A - Registro CVM nº 27.502
CNPJ/MF nº 07.714.104/0001-07 - NIRE 33300328980
EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCACÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), ficam os Srs. Acionistas da **Giga Mais Fibra Telecomunicações S.A.**, sociedade anônima com registro de emissora de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) - Categoria “A” - sob o código 27.502, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob nº 07.714.104/0001-07, com sede à Rua Manoel Serrazina, nº 620, bairro Almas do Mato, CEP 28640-000, na cidade do Carmo, Estado do Rio de Janeiro (“Companhia”), convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2026, às 15 horas, no formato híbrido, isto é, remotamente, por videoconferência via plataforma digital *Microsoft Teams* (“Plataforma Digital”), e presencialmente no escritório administrativo da Companhia, na Rua Henrique Schaumann, nº 270, 12º andar, bairro Pinheiros, CEP 05413-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme previsto no inciso II do art. 70 da Resolução nº 81 da CVM, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), para deliberarem acerca das seguintes matérias: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; (ii) retificar as demonstrações financeiras e a deliberação quanto à destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iii) eleger novo membro do Conselho de Administração da Companhia, considerando a renúncia apresentada pelo Sr. Diogo Bassi. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; (ii) retificar informação relativa ao conselheiro Sr. Eduardo Sirotsky Melzer que constou na ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2025; e (iii) alterar o endereço da sede da Companhia, com a consequente alteração do Artigo 2º do Estatuto Social. **Instruções Gerais:** A participação na AGOE será realizada por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, que possibilitará a participação e votação a distância dos acionistas. Para o computo da presença dos acionistas, seja por comparecimento presencial ou virtual, os acionistas deverão enviar, até 1 (um) dia antes da realização da AGOE, para o e-mail: societario@aloha.com, com cópia para: ri@aloha.com; (i) a confirmação de sua participação acompanhada do CNPJ ou CPF dos acionistas, conforme o caso, (ii) a indicação dos representante(s) que participará(ão) da AGOE, informando seu CPF, telefone e e-mail para contato, e (iii) as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, incluindo eventual procuração outorgada nos termos do artigo 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia enviará aos acionistas, por e-mail, na data de envio deste Edital de Convocação, as orientações para acesso ao local e os dados para conexão à plataforma Microsoft Teams. No dia de realização da AGOE, recomenda-se que os acionistas que comparecerão virtualmente, que se conectem com 10 (dez) minutos de antecedência para aferição dos participantes. A participação por meio da plataforma digital garante aos acionistas a sua presença na AGOE e estes serão considerados, para todos os fins, assinantes da ata. As informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na Proposta da Administração para a AGOE (“Proposta da Administração”) que está disponível na sede da Companhia. Carmo/RJ, 7 de abril de 2026. **Eduardo Sirotsky Melzer** - Presidente do Conselho de Administração.

CRIME ORGANIZADO

Polícia Civil faz operação contra PCC em quatro cidades

MATHEUS CROBELATTI/AE

A Polícia Civil de São Paulo cumprirá ontem, mandados de busca e apreensão contra grupos envolvidos com o Primeiro Comando da Capital (PCC).

A ação aconteceu nos municípios de Carapicuíba e Osasco, na região metropolitana, e Praia Grande e São Vicente, ambas no litoral paulista. Os mandados foram expedidos pela Justiça com base em uma investigação conduzida pelo 1º Distrito Policial de

Carapicuíba, que identificou a atuação estruturada do grupo criminoso no tráfico de drogas e na lavagem de dinheiro.

A polícia também encontrou indícios de movimentação financeira ligada à ocultação de valores ilícitos e identificou a divisão de funções dos criminosos.

Segundo as autoridades, dezenas de homens estão empenhados na operação que tem ainda o apoio do Grupo de Operações Especiais (GOE) e do Grupo de Repressão Tática (GRT).

NA ROTA DA ÁGUA

São Paulo entrega piscinão e amplia proteção contra cheias

O Governo do Estado de São Paulo inaugurou ontem o reservatório de amortecimento de cheias TG-09, no Córrego Tapera Grande, na região de Franco da Rocha, na Grande São Paulo. A obra, que integra o programa Na Rota da Água, amplia a proteção contra enchentes em áreas historicamente vulneráveis e deve beneficiar cerca de 100 mil pessoas. Com capacidade para armazenar 340 mil metros cúbicos de água — o equivalente a 340 milhões de litros ou 139 piscinas olímpicas.

Implantado no limite entre Franco da Rocha e Francisco

Morato, o piscinão recebeu investimentos de R\$ 139 milhões e atua na contenção dos picos de cheia, contribuindo para reduzir significativamente o volume de água durante eventos de chuva intensa. Estudos técnicos indicam que o reservatório pode reduzir em até 63,3% a vazão logo após sua estrutura e em até 72,8% na foz, considerando a operação conjunta com outros equipamentos da bacia — como o TG-03, no próprio Córrego Tapera Grande, os sistemas EU-08 e EU-09, no Ribeirão Eusébio, e o AV-03, no Córrego Água Vermelha.

CÂMARA MUNICIPAL

SP revoga benefício nutricional para servidores aposentados

JULIANO GALISI/AE

A Câmara Municipal de São Paulo decidiu revogar o "benefício nutricional" pago aos servidores aposentados da Casa. A decisão ocorre após o Estadão revelar que a vantagem foi criada em junho de 2023 sem previsão legal, ignorando uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que veda o pagamento de auxílio-alimentação para servidores inativos.

O penduricalho custou R\$ 14,3 milhões aos cofres públicos no período que esteve em vigor.

Em nota, a Câmara informou que a revogação do benefício foi

decidida pela Mesa Diretora na tarde desta terça-feira.

A extinção do auxílio dependeu da aprovação de um projeto de lei no plenário da Casa. Segundo o Legislativo municipal, a proposta será apresentada hoje.

Desde 1998, o STF entende que o auxílio-alimentação é pago aos servidores ativos como indenização, não se incorporando à remuneração do funcionário. Por essa razão, a verba não é devida aos inativos.

Entre 1998 e 2014, o Supremo julgou o tema em mais de vinte ações, aplicando o mesmo parecer em todas as ocasiões. Em 2016, a Corte fixou a tese em

uma Súmula Vinculante, um mecanismo que uniformiza entendimentos sobre direito constitucional.

"O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos", sentença o enunciado da Súmula Vinculante 55.

Súmulas são de cumprimento obrigatório a todas as esferas do Judiciário e também devem ser seguidas por órgãos públicos de todas as instâncias, dos municípios à União. Mesmo assim, em junho de 2023, a Câmara Municipal de São Paulo ignorou a jurisprudência e criou um auxílio-alimentação para funcionários aposentados.

O "benefício complementar nutricional", como é chamado, foi incluído em um projeto de lei que reorganizou cargos e vantagens dos servidores da Casa.

Ao ser instituído, o pagamento previa R\$ 992 a cada servidor. Hoje, com reajustes, o vencimento é de R\$ 1,4 mil por beneficiário. De junho de 2023 a fevereiro de 2026, o penduricalho custou R\$ 14,3 milhões aos cofres da Câmara.

Antes da decisão de revogá-lo, a Câmara havia defendido a legalidade do benefício, alegando que a vantagem "não guardava qualquer relação" com o auxílio-alimentação pago aos servidores ativos.

ENERGIA

Aneel decide instaurar procedimento sobre caducidade do contrato da Enel

RENAN MONTEIRO/AE

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu ontem, por unanimidade, instaurar procedimento sobre caducidade do contrato da Enel São Paulo (Enel SP). A con-

cessionária terá 30 dias para manifestação sobre essa pena de extinção do contrato. A diretora Agnes da Costa continua como relatora.

Ela vai receber os argumentos e, após avaliação, o caso será submetido à votação da direto-

ria colegiada.

Em tese, Agnes pode pedir diligências adicionais durante a sua análise, antes da submissão do voto.

O diretor-geral, Sandoval Feitosa, havia defendido a necessidade de uma plano para

possível intervenção administrativa na área de concessão da Enel SP.

A proposta foi a elaboração desse planejamento pela área técnica em 60 dias. Esse encaminhamento foi negado pela maioria

ACIDENTE

Engavetamento no Rodoanel provoca congestionamento de cerca de 20 km

CAIO POSSATI/AE

Um engavetamento registrado no túnel 1 do Rodoanel Mário Covas (SP-021), na manhã desta terça-feira, sentindo capital, bloqueou todas as faixas da pista e provocou um congestionamento de quase 20 quilômetros na via.

O acidente envolveu um caminhão, dois carros e uma car-

reta, segundo a Artesp, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Uma pessoa ficou ferida e precisou ser hospitalizada.

Segundo a concessionária Motiva, um carro que seguia pela faixa 03 da pista foi atingido na traseira por um caminhão, que não conseguiu frear ou desviar do veículo.

Na sequência, uma carreta acabou colidindo contra o mesmo caminhão e se chocou também contra outro carro, que conseguiu seguir caminho.

De acordo com a Artesp, a pessoa que dirigia a carreta não ficou ferida, enquanto o motorista do caminhão precisou ser hospitalizado.

Por conta do acidente, a agência registrou um congestio-

namento de 19,3 quilômetros - entre o km 27 e o km 7,6. Todas as faixas de rolamento precisaram ser bloqueadas e foram liberadas gradualmente, entre o final da manhã e o início da tarde.

Por volta das 12h34, todas as faixas já tinham sido liberadas - a carreta e o caminhão foram removidos até a baía do Km 6 - e, segundo a Motiva, o tráfego foi normalizado às 14 horas.

GESTÃO TARCÍSIO

Fiscal envolvido em fraudes bilionárias e foragido nos EUA, não volta ao Brasil

FELIPE DE PAULA E FAUSTO MACEDO/AE

O auditor fiscal aposentado da Secretaria Estadual da Fazenda de Oliveira Montemor. Em janeiro, a Justiça de São Paulo mandou incluir na Difusão Vermelha da Interpol o nome de Alberto Toshio Murakami. A decisão foi tomada pela 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro, que acolheu pedido de promotores do Gedec, unidade do Ministério Público que combate delitos de ordem econômica e descobriu os caminhos da corrupção na Fazenda via ressarcimento indevido, mediante subornos milionários, de créditos de ICMS-ST.

A defesa de Alberto Murakami, conhecido como o 'Americano' pelos integrantes do esquema fraudulento, argumenta que "a decisão de residir fora do país foi tomada e concretizada de forma natural, como um projeto de vida pós-aposentadoria, pois sua esposa e filhos já residem há mais de 20 anos nos Estados Unidos da América".

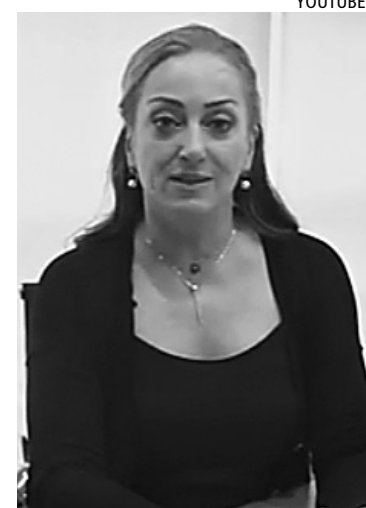
A mulher de 'Americano' preside uma companhia de importação e fornecimento de placas de pedra para decoração. O site da empresa afirma que seleciona "criteriosamente apenas os melhores blocos das pedreiras mais

atuais a um processo penal", argumenta a defesa, conduzida pelo advogado Marcos de Oliveira Montemor.

Em janeiro, a Justiça de São Paulo mandou incluir na Difusão Vermelha da Interpol o nome de Alberto Toshio Murakami. A decisão foi tomada pela 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro, que acolheu pedido de promotores do Gedec, unidade do Ministério Público que combate delitos de ordem econômica e descobriu os caminhos da corrupção na Fazenda via ressarcimento indevido, mediante subornos milionários, de créditos de ICMS-ST.

A defesa de Alberto Murakami, conhecido como o 'Americano' pelos integrantes do esquema fraudulento, argumenta que "a decisão de residir fora do país foi tomada e concretizada de forma natural, como um projeto de vida pós-aposentadoria, pois sua esposa e filhos já residem há mais de 20 anos nos Estados Unidos da América".

A mulher de 'Americano' preside uma companhia de importação e fornecimento de placas de pedra para decoração. O site da empresa afirma que seleciona "criteriosamente apenas os melhores blocos das pedreiras mais



YOUTUBE

exclusivas do mundo e é uma visita obrigatória para o seu próximo projeto arquitetônico".

"É crucial ressaltar que a mudança de Alberto Murakami para o exterior ocorreu de forma lícita, transparente e, sobretudo, antes de qualquer decreto prisional ou da deflagração da Operação Ícaro, que culminou na presente ação penal", sustenta o advogado.

MANSÃO

Os promotores que investigam o esquema requereram em fevereiro a inclusão do nome de Alberto na Difusão Vermelha da Interpol, o índice de procurados

em todo o mundo.

Eles suspeitam que 'Americano' está morando em sua mansão de mil metros quadrados avaliada em US\$ 1,3 milhão no Tennessee.

Denunciado pelo Ministério Público, Murakami trabalhava na Delegacia Regional Tributária III (Butantã), posto fiscal em que a Ultrafarma - uma das varejistas citadas no esquema - pediu o ressarcimento de ICMS-ST. Ele analisava os pleitos da empresa e emitia pareceres pelo seu deferimento, beneficiando-a diretamente.

Além de 'Americano', foram denunciados outros seis investigados, entre eles Artur Gomes da Silva Neto, apontado como mentor do esquema que arrecadou pelo menos R\$ 1 bilhão em propinas de gigantes do varejo em troca de deferimento do ressarcimento de créditos de ICMS-ST em tempo relâmpago.

Na visão da defesa de 'Americano', "a mera ausência física no território nacional, por si só, não pode ser interpretada como um indicativo de fuga ou de obstáculo à persecução penal, especialmente quando o Paciente (Alberto) se coloca à disposição e oferece meios eficazes de comunicação e acompanhamento processual".

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM DUAS SÉRIES, DA 41ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Duas Séries, da 41ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 41ª Emissão da Canal Companhia de Securitização" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 24 de abril de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual a após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a alteração do Cronograma de Pagamentos da Amortização Ordinária e da Remuneração previstos no Anexo I da CPR-DI, bem como do Cronograma de Pagamentos da Remuneração e Amortização dos CRA, constante do Anexo C do Termo de Securitização, os quais passarão a vigorar nos termos do Anexo à Proposta da Administração, a qual será igualmente anexa à presente ata; e (ii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em cópia para 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRA Agronegócio", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 03 de abril de 2026

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO EM SÉRIE ÚNICA DA 178ª (CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em série única, da 178ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulista, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 28 de abril de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRA AGRION", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 08 de abril de 2026. Alejandro Merino - Diretor de Securitização



GÁS NATURAL AÇU S.A.

CNPJ nº 11.472.927/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, a Administração da Gás Natural Açú S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração relativo ao exercício de 2025 e às principais atualizações operacionais e financeiras comparadas com o exercício de 2024. **I. Mensagem da Administração:** O ano de 2025 representou mais um marco importante na trajetória da UTE GNA I, com foco na consolidação dos resultados operacionais e financeiros, reforçando o nosso papel estratégico para a segurança energética do Brasil complementando a geração intermitente e sazonal das fontes renováveis. A UTE GNA I fechou o ano com uma disponibilidade operacional real de 92,8%, desconsiderando expurgos regulatórios e de garantia. O nosso terminal alcançou uma disponibilidade real de 96,3% e operou 14 transbordos de GNL em 2025, entre GNA I e GNA II, contribuindo ao comissionamento, entrada em operação em maio de 2025 bem como a primeira fase de inflexibilidade da UTE GNA II em julho e novembro de 2025. Nossa eficiência ambiental foi reconhecida, pelo terceiro ano consecutivo como a usina mais eficiente do Brasil, ou seja, com a menor intensidade de emissão (tCO₂e/GWh) e a maior eficiência entre as usinas do Sistema Interligado Nacional (SIN), segundo estudo do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA). Outro diferencial é o uso sustentável da água. Nossa planta de dessalinização e desmineralização de água do mar abastece os tanques de água de serviço, torres de resfriamento e combate a incêndio da UTE GNA I e da UTE GNA II. Essa iniciativa proporciona uma produção independente do fornecimento externo ou de captação de água doce. Continuamos atuando fortemente na nossa cultura de saúde segurança, concluindo a implantação da UTE GNA II e mais um ano de operação das plantas sem acidentes de trabalho com afastamento. Em 2025, fizemos uma intensa agenda de simulados de emergência e o lançamento de dois programas importantes para reforçar as ações preventivas: Princípios de Liderança em Segurança da GNA e Regras que Salvam Vidas, baseado em diretrizes da IOGP. No campo econômico-financeiro, apresentamos uma evolução significativa. O prejuízo líquido do exercício, de R\$ 138 mil, reverteu o resultado do ano anterior, enquanto o EBITDA avançou 48% e atingiu R\$ 642,5 milhões. A expressiva melhora no desempenho econômico-financeiro, fruto de disciplina na gestão de caixa, receitas financeiras maiores e efeitos positivos de variação cambial, demonstra a resiliência do negócio. Evoluímos também em governança, sustentabilidade e gestão de pessoas. Destacamos o lançamento do programa de inovação, InovaE, a adoção de metodologia padronizada de auditoria interna, o fortalecimento dos programas socioambientais e a conquista de posições relevantes nos rankings *GreatPlace To Work®* (GPTV), com avanços importantes em diversidade, segurança e bem-estar. O início da operação comercial da UTE GNA II representou um marco histórico para a Cia. e consolidou nosso complexo como o maior parque termelétrico a gás natural da América Latina, com 3 GW de capacidade instalada. Guiados pelo planejamento estratégico GNA+5, seguimos focados em excelência operacional, sinergias entre UTE GNA I e UTE GNA II e compromisso com os mais altos padrões ambientais, sociais e de integridade corporativa. Na área de novos negócios, a GNA se prepara para participar de novos leilões de reserva de capacidade, com projetos de novas termelétricas compatíveis com as exigências de despacho rápido. Já no âmbito da conexão doméstica, a GNA possui dois projetos: o GASOG, ligando o parque termelétrico ao GASCAV (TAG), e o GASINF, conectando o parque ao Terminal de Cabiuínas (NTS). Além disso, o PNIIGB também reconheceu a relevância do projeto do terminal onshore de estocagem e regaseificação de GNL, que poderá se tornar o primeiro terminal terrestre do tipo no Brasil, ampliando capacidade, flexibilidade e segurança de suprimento. Agradecemos aos acionistas, conselheiros, colaboradores, parceiros e comunidades pelo apoio contínuo. Estamos preparados para seguir avançando com responsabilidade, inovação e visão de LP. Atenciosamente,



Destaque 2025: **Desafios Operacionais:** A Ao longo de 2025, a GNA concluiu com sucesso o processo de dragagem, dentro do prazo e a um custo 20% inferior ao previsto, bem como a formalização do contrato de rebocadores dedicados, o que resultou em maior segurança operacional e redução de custos de aproximadamente 28%. Além disso, a recertificação do Código ISPS foi concluída com sucesso, incluindo a aprovação do Estudo de Análise de Riscos (EAR) e a conclusão das auditorias pelos Portos para atualização da Declaração de Conformidade. **Eficiência Energética:** UTE GNA I foi reconhecida, pelo terceiro ano consecutivo, como a usina mais eficiente do Brasil. O estudo conduzido pelo Instituto de Energia e Meio Ambiente revela que a UTE GNA I apresenta a **menor taxa de emissão de carbono do estudo**, emitindo menos gases de efeito estufa por GWh gerado quando comparada a outras 55 termelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN). **Destaque Financeiros:** Realização do resgate antecipado integral das Notas Comerciais, com pagamento total de R\$ 175.240.434,07, comprovando a boa situação financeira da empresa e reduzindo o seu nível de endividamento. **Desafios Corporativos:** **Inovação:** Lançamento do **Programa InovaE**, que define os objetivos estratégicos de inovação na GNA e destaca *Eficiência Operacional, Transição Energética, e Saúde, Meio Ambiente e Segurança e Desenvolvimento Social* como as principais temáticas de atuação dos projetos de inovação. **Gestão de Pessoas:** Publicação da **Política de Recursos Humanos** e estreia da GNA no *ranking* nacional de indústrias de médio porte da GPTV, além do *Top 10* entre as melhores empresas para as mulheres trabalharem no Brasil. **Desafios Socioambientais:** **Combate à Violência Baseada em Gênero:** Revisão do programa de gestão de riscos em violência baseada em gênero estreita a atuação da GNA com os fornecedores terceirizados em prol de um ambiente de trabalho mais seguro e saudável para todas as pessoas. **Conservação da Fauna:** Parceria com UENF e Reserva Cauariaria contra projeto de conservação da preguiceira-de-coleira-do-sudeste, espécie ameaçada de extinção na área de restinga. **Desafios de Governança:** **Compliance e Diversidade & Inclusão:** Realização da 1ª Semana Integrada de Compliance e D&I, com tópicos relacionados ao Código de Conduta Ética, Ambiente de Trabalho, Canal de Denúncia e divulgação de cartilha interna focada em letramento sobre Diversidade e Inclusão. **Plano Plurianual de Auditoria Interna:** Publicação de diretrizes e políticas internas, em linha com as melhores práticas do mercado, com o objetivo de instituir metodologia padronizada para o planejamento e execução de auditorias internas plurianuais, fortalecendo a governança e a gestão de riscos da Cia. **Reconhecimentos/Premiações:** **GPTV:** Pelos sexto ano consecutivo, conquistamos o selo de uma das **Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil**, concedido pela consultoria *GreatPlace to Work®*. **10º lugar no ranking Melhores Empresas para as Mulheres Trabalharem no Brasil:** Fomos reconhecidos como a melhor empresa do setor de energia para mulheres trabalharem no Brasil e ficamos em 10º lugar no *ranking* nacional do GPTV Mulher 2025 para empresas médias. **16º lugar no ranking das melhores empresas do Estado do RJ:** Pelo quinto ano seguido, estamos entre as melhores empresas para trabalhar no RJ. **33º lugar no ranking Indústria:** Fomos reconhecidos, pela primeira vez, como uma das Melhores Empresas para Trabalhar - Indústria de Porte Médio, sendo a única do setor de energia presente no *ranking*. **Premio ESG da Associação Brasileira de ESG:** 2º lugar na categoria Equidade de Gênero e Empoderamento Feminino, com o programa de qualificação profissional executado durante as obras da GNA II. **Latin America & Caribbean LNG Industry Awards 2025:** Conquistamos o prêmio *Company of the Year* durante o *5th International GNL Global Forum*, como reconhecimento pela contribuição ao mercado de GNL na América Latina e Caribe. **Conecta Cais 2025:** Evento de inovação e sustentabilidade do Porto do Açú. Conquistamos o 1º lugar na categoria Transição Energética (projeto Hipoclorito) e o 2º lugar na categoria Transformação Digital (projeto GNoMo). **Selo Ouro do programa brasileiro GHG Protocol:** Conquistamos, pelo quarto ano seguido, o selo que atesta o mais alto nível de qualificação no cumprimento dos critérios para publicação e verificação de dados de emissão de GEE, referente ao ano de 2024, para a sociedade, por meio do Registro Público de Emissões. **Perfil Corporativo e Organograma Societário:** A Gás Natural Açú S.A., com sede no RJ, no estado do RJ, foi constituída em 15/10/14. Em 19/10/17, foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Cia., que passou de sociedade empresarial Ltda. para S.A. de capital fechado. Tem como objeto societário deter participações, direta ou indiretamente, em outras empresas cujo objetivo incluirá a implantação de projetos envolvendo a construção e a operação de usinas elétricas e da infraestrutura relacionada, incluindo unidades flutuantes de armazenamento e regaseificação e para o recebimento e a regaseificação do gás natural liquefeito ("GNL") e dutos associados, os quais servirão para fornecer combustível às usinas elétricas e poderão prestar serviços

de armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito para terceiros. A UTE GNA I opera comercialmente, desde 16/09/21, no Porto do Açú, em São João da Barra/RJ, dois ativos estratéticos: **Usina Termelétrica a gás natural em ciclo combinado**, com capacidade instalada de 1,3 GW, destinada ao atendimento das obrigações contratuais da UTE Novo Tempo em seus contratos de comercialização de energia. A energia gerada pela usina está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio de uma **Linha de Transmissão (LT) 345kV** e subestações associadas. **Terminal de Regaseificação de GNL (TGNL)**, com capacidade de regaseificação de até 21 milhões de metros cúbicos por dia, que assegura a importação de gás natural para o Projeto GNA I, para futuras usinas de energia e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açú. A UTE GNA I, em conjunto com a UTE GNA II, também instalada no mesmo complexo, compõe o maior parque termelétrico a gás natural em operação da América Latina, totalizando 3GW de capacidade instalada, o suficiente para abastecer aproximadamente 14 milhões de residências. Reconhecidas entre as mais modernas do país, as UTEs GNA I e GNA II operam em ciclo combinado, sendo compostas, cada uma, por três turbinas a gás e uma turbina a vapor. Dotadas de tecnologia de ponta, alcançam eficiência energética de até 59%, aliando elevado desempenho operacional aos menores níveis de emissão entre as usinas em operação no Brasil.

iii. Ambiente Macroeconômico: A economia brasileira registrou em 2025 um crescimento moderado, com expansão de 2,5% segundo o IBCCR. A inflação manteve trajetória de desaceleração, encerrando o ano com alta acumulada de 4,44%, dentro do intervalo de tolerância da meta oficial. O câmbio operou em média ao redor de 5,70 BRL/USD. A taxa Selic fechou o ano no patamar de 15%. **iv. Desempenho operacional:** O ano de 2024 foi marcado por um aumento no despacho devido a ondas de calor e menor geração renovável, enquanto 2025 tem se caracterizado por uma operação focada em prontidão e eficiência em períodos de baixo despacho. • Produção de Energia: A produção de energia da usina apresentou queda entre os dois exercícios; enquanto 2024 registrou 2.134.905 MWh gerados, em 2025 a produção caiu para 42.309 MWh, refletindo um cenário de despacho limitado e pontual ao longo do ano. • Disponibilidade: Apesar do baixo uso, a planta se manteve disponível, registrando 92,78% de disponibilidade média em 2025. Esse desempenho confirma a nossa prontidão técnica mesmo em um cenário de operação reduzida. • Eficiência: O consumo de gás natural somou 1.663.999 MMBtu em 2025, comportamento coerente com o despacho mínimo. **v. Desempenho econômico-financeiro:** O desempenho econômico-financeiro da UTE GNA I, em 2025, foi marcado por um cenário operacional desafiador, especialmente devido ao despacho limitado das unidades geradoras. Ainda assim, a organização apresentou avanços significativos em eficiência, estrutura de custos, gestão de caixa e disciplina financeira.

Indicadores de Resultado	31/12/25	31/12/24	Varição
Receita operacional líquida	1.162.882	1.616.442	(453.560)
Lucro bruto	375.886	255.557	120.329
Margem Bruta	32,32%	15,81%	16,51%
Resultado do serviço (EBIT)	400.516	209.694	190.822
EBITDA (Lajida)	642.518	434.436	208.082
Margem EBITDA (Lajida)	55,25%	26,88%	28,38%
Resultado financeiro	(392.724)	(889.069)	496.345
Impostos diferidos	(7.930)	13.672	(21.602)
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	(138)	(665.703)	665.565
DSCR	1,12	1,14	(0,02)
Saldo de caixa e equivalentes	395,2	425,1	(29,9)
Endividamento total	3.741,6	3.970,5	(228,9)

• **Receita operacional líquida:** A receita operacional líquida de 2025 foi de R\$ 1.162.882 mil, queda de 28% frente a 2024, devido ao despacho significativamente menor em relação ao ano anterior. • **Lucro bruto, resultado do período e Ebitda:** Mesmo com receita menor, o lucro bruto cresceu para R\$ 375.886 mil, e o EBIT atingiu R\$ 400.516 mil. O EBITDA avançou para R\$ 642.518 mil, impulsionado por custos variáveis menores, SG&A reduzido e ganhos operacionais. • **Resultado financeiro:** O resultado financeiro líquido melhorou de (R\$ 889.069 mil) em 2024 para (R\$ 392.724 mil) em 2025, uma variação positiva de R\$ 496 milhões. Contribuíram para isso receitas financeiras maiores e efeitos favoráveis de variação cambial. • **Lucro líquido do exercício:** A UTE GNA I reduziu o prejuízo anterior com o registro de R\$ 138 em 2025, contra prejuízo de R\$ 665.703 mil em 2024. A melhora operacional e financeira compensou a queda na receita operacional líquida. **DSCR:** O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (DSCR/ICSD) encerrou 2025 em 1,12x, praticamente estável face a 1,14x em 2024 e em conformidade com os parâmetros contratuais. A manutenção do indicador decorre da gestão de liquidez, com otimização de fluxos e liquidação antecipada de facilidades de capital de giro, reduzindo encargos futuros e sustentando a capacidade de serviço da dívida. **Saldo de caixa:** O caixa e equivalentes totalizou R\$ 395,2 milhões ao final de 2025 (vs. R\$ 425,1 milhões em 2024), variação explicada, sobretudo, pela quitação antecipada das Notas Comerciais. Considerando os depósitos vinculados (conta de serviço da dívida e MRA), a liquidez ampliada de 2025 alcançou -R\$ 532,7 milhões, evidenciando reforço prudencial da posição de caixa para cumprimento de obrigações financeiras. • **Endividamento total:** O endividamento total atingiu R\$ 3.741 bilhões em 2025, redução de 5,8% frente aos R\$ 3.970 bilhões registrados em 2024, decorrente, principalmente, da liquidação antecipada das Notas Comerciais de capital de giro e da amortização regular dos financiamentos de LP. **v. Planejamento Estratégico:** O planejamento estratégico da UTE GNA I, integrado ao programa GNA+5 para o ciclo 2024-2029, orienta as prioridades operacionais, ambientais na governança da usina em um contexto de crescente relevância para a segurança energética nacional. A estratégia tem como foco a excelência operacional, a confiabilidade do fornecimento e a otimização do desempenho, especialmente diante do aumento da demanda por geração térmica decorrente da intermitência das fontes renováveis e dos eventos climáticos extremos observados recentemente. Nesse sentido, são priorizadas a estabilização contínua da operação, a ampliação da eficiência, da disponibilidade e da flexibilidade da usina para atendimento ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Paralelamente, o planejamento prevê a captura de sinergias com a entrada em operação da UTE GNA II, fortalecendo o parque termelétrico integrado e possibilitando ganhos operacionais relevantes por meio da gestão conjunta das unidades. O plano também reforça o compromisso com a sustentabilidade, o cumprimento dos requisitos de licenciamento ambiental, o monitoramento de emissões, biodiversidade e recursos hídricos, além do alinhamento aos princípios ESG (Environmental, Social, and Governance). Complementarmente, integra iniciativas corporativas de gestão de riscos, integridade e cibersegurança, assegurando a continuidade operacional e a atuação segura, eficiente e ambientalmente responsável da UTE GNA I no LP. **vii. Novos Negócios:** A GNA se prepara para participar de novos leilões de reserva de capacidade, com projetos de novas termelétricas compatíveis com as exigências de despacho rápido. A Cia. possui licença para expandir seu parque em mais 3,4 GW, alcançando até 6,4 GW, e segue estruturando modelos de negócio para viabilizar a conexão do parque termelétrico e do complexo industrial do Porto do Açú à malha nacional de gasodutos. No âmbito da conexão doméstica, a GNA possui dois projetos: o GASOG, ligando o parque termelétrico ao GASCAV (TAG), e o GASINF, conectando o parque ao Terminal de Cabiuínas (NTS). Ambos foram mencionados na versão para consulta pú-

blica do Plano Nacional Integrado das Infraestruturas de Gás Natural e Biometano, o PNIIGB 2025 da EPE, sendo o GASOG indicado como prioritário. Os gasodutos serão bidirecionais, com capacidade de até 12 milhões de m³/dia (expansível a 18 milhões de m³/dia), e previsão de conexão à malha integrada a partir de 2028. O PNIIGB também reconheceu a relevância do projeto do terminal onshore de estocagem e regaseificação de GNL, que poderá se tornar o primeiro terminal terrestre do tipo no Brasil, ampliando capacidade, flexibilidade e segurança de suprimento. Em 2026, será iniciado o processo concorrencial para contratação de capacidade e definição de parceiro. **viii. Governança Corporativa:** A GNA possui uma estrutura acionária robusta, formada por empresas líderes em seus setores — bp, Prumo Logística, Siemens AG, Siemens Energy e SPIC Brasil. A governança da Cia. está alinhada às diretrizes dos acordos de acionistas e às políticas internas, assegurando a observância das estratégias definidas e a adequada condução dos deveres de seus integrantes. Nos termos do Estatuto Social e da legislação brasileira, o Conselho de Administração, nomeado pelos acionistas, é responsável por definir o propósito, a missão, os valores e as estratégias da empresa, além de aprovar políticas e metas econômicas, ambientais e sociais. O Conselho atua com regras claras de prevenção a conflitos de interesse, delibera sobre transações com partes relacionadas e realiza reuniões periódicas, sendo apoiado por Diretores-Executivos e por Comitês de Assessoramento, como o *Advisory Committee* da UTE GNA I, que subsidiam as decisões estratégicas e o acompanhamento dos projetos. Em 2025, foram definidas diretrizes e metodologia padronizada de auditoria para a Cia. Foram instituídos a Norma de Auditoria Interna e o Procedimento de Elaboração do Plano Plurianual, assegurando continuidade e maturidade ao processo. Como resultado, elaboramos o Plano Plurianual de Auditoria com base em uma Matriz de Priorização, que classifica os processos com base em critérios previamente estabelecidos e define as prioridades de auditoria para um ciclo de três anos. O tema de Diversidade e Inclusão foi incorporado à temática da Semana de Compliance, originando a **Semana de Compliance e Diversidade e Inclusão**. Durante o evento, foi lançada a Cartilha de Diversidade e Inclusão da GNA, que traz os principais conceitos relacionados ao tema e tem foco em letramento e conscientização do público interno. Também foi lançada uma página dedicada à diversidade na intranet da GNA. **ix. Gestão de Pessoas:** Em 2025, a GNA publicou sua **Política de Recursos Humanos**, consolidando as diretrizes que orientam uma gestão de pessoas estratégica, eficiente e alinhada aos valores e à cultura organizacional. O documento reforça o compromisso da Cia. com a promoção de um ambiente de trabalho seguro, justo, saudável e ético. A iniciativa ganha uma especial relevância em um ano marcado pelo início da operação da UTE GNA II, processo que envolveu a desmobilização da mão de obra e foi conduzido com elevado padrão de governança, sem impactos negativos para a comunidade ou demais públicos de interesse. Neste mesmo ano, a GNA passou a integrar, pela primeira vez, o ranking nacional das **Melhores Indústrias para Trabalhar** (33º lugar), na categoria de empresas de médio porte, da consultoria *Great Place to Work®* (GPTV). Em 2025, também renovou o selo de Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil e figurou nos rankings de **Melhores do Estado do RJ** (16º lugar) e **Melhores para as Mulheres Trabalharem no Brasil** (10º lugar). Esses reconhecimentos valorizam as boas práticas de gestão de pessoas e evidenciam o compromisso da empresa com o bem-estar, a diversidade e a construção de um ambiente organizacional de excelência. A Cia. manteve avanços relevantes em Diversidade & Inclusão, alcançando 56% de mulheres no quadro total de colaboradores e 32% em posições de liderança, além de promover ações estruturadas de capacitação e revisar sua estratégia de D&I para ampliar resultados. A segurança permaneceu como valor negociável, sustentada por atuação preventiva robusta e cultura de responsabilidade compartilhada, encerrando o período sem registro de acidentes graves ou fatais. **x. Ambiente Regulatório:** A UTE GNA I opera em conformidade com o arcabouço regulatório do setor elétrico brasileiro, atendendo às exigências do ONS e da ANEEL, incluindo os requisitos de segurança cibernética. Em 2024, a Cia. reforçou esse compromisso com a implementação da Política e do Plano de Segurança Cibernética Industrial, alcançando nível de maturidade superior à média do setor. No âmbito ambiental, a usina mantém total conformidade com as obrigações referentes ao licenciamento do INEA, com monitoramento contínuo de emissões, recursos hídricos, resíduos, ruído, fauna e flora. Mantém alinhamento com os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation* e com EHS Guidelines do Banco Mundial, afetados por monitoramento socioambiental independente. A operação regulatória é sustentada por um Sistema de Gestão Integrado alinhado a referências reconhecidas internacionalmente, apoiado por auditorias periódicas, gestão de riscos e uma estrutura robusta de compliance, incluindo política anticorrupção e canal de denúncias independente. A participação ativa da GNA em entidades setoriais contribui para o alinhamento às evoluções regulatórias e às melhores práticas do setor, assegurando uma operação confiável, integrada e alinhada aos mais altos padrões da indústria energética. **xi. Saúde e Segurança:** Em 2025, a GNA consolidou uma estrutura robusta de Saúde, Segurança e Bem-Estar, aplicável a colaboradores próprios e terceiros, com foco em prevenção, gestão de riscos e promoção da qualidade de vida. Todos as unidades operacionais seguem o PGR e o PCMSO, com treinamentos contínuos, exercícios de emergência, inspeções em campo e infraestrutura dedicada, incluindo ambulatório e ambulância 24 horas. O sistema é sustentado por normas internas, mecanismos formais de reporte, direito de recusa e ampla participação dos colaboradores na gestão de riscos. No campo do bem-estar, o Programa Energizar ganhou ainda mais relevância em 2025, com a criação de uma página exclusiva no Portal de Sustentabilidade, reunindo benefícios e calendário de ações. Foram concluídas duas etapas do Milhas de Saúde, ampliando o engajamento por meio de gamificação; o Programa Nutricional passou sua segunda turma com resultados positivos; e foi implementada a *quick massage* no programa de Ergonomia, reforçando o cuidado com a saúde física e emocional das equipes. Em segurança, 2025 marcou o lançamento dos Princípios de Liderança em Segurança da GNA, documento estruturante alinhado a referências internacionais, que consolida diretrizes como protagonismo da liderança, disciplina operacional, preparação para emergências e aprendizado contínuo com incidentes. No mesmo período, foi publicado o Plano de Gestão de Crises, fortalecendo a governança e a capacidade de resposta da Cia. Os resultados refletem a consistência dessas práticas: 3.242.774 horas trabalhadas sem acidente com afastamento desde o início da operação da UTE GNA I; 20.932.832 horas sem afastamento em toda a obra da GNA I; e 206.152 horas sem afastamento desde o início da operação da UTE GNA II. Esses indicadores reforçam que, para a GNA, a segurança é valor negociável e um dos principais ativos do negócio. **xii. Sustentabilidade:** A sustentabilidade é um pilar estratégico para GNA. A Cia. atua de forma integrada ao desenvolvimento socioeconômico dos colaboradores e das comunidades de onde está presente, assegurando a conservação ambiental e a adoção dos mais elevados padrões de ética, integridade e transparência. A atuação da Cia. é orientada pela Política de Sustentabilidade, que incorpora os princípios ESG à gestão corporativa e direciona a execução da Estratégia de Sustentabilidade. Como signatária do Pacto Global da ONU, a GNA mantém compromisso público com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), alinhando suas iniciativas às melhores práticas internacionais. Em 2025, os principais avanços foram: **Revisão da Estratégia de Sustentabilidade**, com base na nova Matriz de Dupla Materialidade, reforçando a priorização de temas estratégicos para o negócio e para os stakeholders. • **Reconhecimento pelo quarto ano consecutivo com o selo de mais alto nível de qualificação no Registro Público de Emissões**, referente aos dados de Gases de Efeito Estufa (GEE) de 2024, evidenciando transparência e robustez na gestão climática. • **Aprimoramento do programa de gestão de riscos em violência baseada em gênero**, com ampliação do escopo junto a fornecedores terceirizados. • **Fortalecimento das iniciativas de conservação da biodiversidade**, com a continuidade do monitoramento do lagarto-da-cauda-verde, parceria para a preservação da preguiceira-de-coleira-do-sudeste com a Reserva Cauariaria e a UENF, e início de estudo próprio sobre o ratinho-guayacá. • **Execução de novos projetos de investimento social voltando o território**, ampliando o impacto positivo no território e o engajamento comunitário. **Agradecemos:** A Administração da Gás Natural Açú S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Cia. no ano de 2025.

Balancos patrimoniais Em 31/12/25 e 2024 (Em MR\$)

	Controladora		Consolidado		
	Nota	2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	13.162	26.694	15.127	28.855
Contas a receber - partes relacionadas	10	151	747	156	740
Adiantamentos		-	46	-	64
Despesas antecipadas		277	199	277	208
Impostos a recuperar	11	102	377	135	379
IR e C.S. a recuperar	11	37	37	48	673
Outros valores a receber		11	11	11	11
Total do ativo circulante		13.740	28.111	15.754	30.930
Não circulante					
Despesas antecipadas		35	73	35	73
Contas a receber - partes relacionadas	10	-	-	117.860	103.104
Impostos a recuperar	11	1.972	1.144	3.917	2.944
Participações societárias	12	161.596	150.632	76.885	79.948
Imobilizado	13	308	10.718	795	21.224
Intangível		15	16	15	17
Total do ativo não circulante		163.926	162.583	199.507	207.310
Total do ativo		177.666	190.694	215.261	238.240
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	14	7.269	871	7.331	896
Salários e encargos a pagar	15	-	3.152	-	3.395
Contas a pagar - partes relacionadas	10	1.198	587	1.475	827
Impostos e contribuições a recolher	16	15	110	83	198
IR e C.S. a recolher	16	-	-	402	346
Total do passivo circulante		8.482	4.720	9.291	5.662
Não circulante					
Instrumentos financeiros - Opção	12	-	-	-	10.542
Salários e encargos a pagar	15	-	450	-	450
Provisão para contingências	18	389	348	389	348
Impostos diferidos	17	-	-	24.726	24.726
Total do passivo não circulante		389	798	25.115	36.066
Patrimônio líquido					
Capital social	19	641.823	636.749	641.823	636.749
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	81	-	81
Reservas de capital		389.248	384.175	389.248	384.175
Outros resultados abrangentes		(1.238)	1.940	(1.238)	1.940
Resultados acumulados		(861.038)	(837.769)	(861.038)	(837.769)
Total do patrimônio líquido aos acionistas controladores		168.795	185.176	168.795	185.176
Participação de acionistas não controladores		-	-	12.060	11.336
Total do patrimônio líquido		168.795	185.176	180.855	196.512
Total do passivo e patrimônio líquido		177.666	190.694	215.261	238.240
Demonstrações dos resultados Em 31/12/25 e 2024 (Em MR\$)					
		Controladora	Consolidado		
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(33.431)	(8.323)	(36.492)	(12.018)
Outros ganhos e perdas		1	(1)	522	1
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		(33.430)	(8.324)	(35.970)	(12.017)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	21	2.536	1.686	17.353	12.735
Despesas financeiras	21	(5)	(33)	(65)	(58)
Total resultado financeiro		2.531	1.653	17.288	12.677
Resultado de equivalência patrimonial	12	7.630	(280.361)	(64)	(306.272)
Resultado antes dos impostos		(23.269)	(287.032)	(18.746)	(305.612)
IR e C.S. corrente	17	-	-	(3.979)	(2.465)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(23.269)	(287.032)	(22.725)	(308.077)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(23.269)	(287.032)	(23.269)	(287.032)
Acionistas não controladores		-	-	544	(21.045)
Prejuízo líquido do exercício		(23.269)	(287.032)	(22.725)	



Industrial do Porto do Açu. A UTE GNA I faz parte do desenvolvimento do chamado "Açu Gas Hub", localizado estrategicamente no nordeste do estado do RJ, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos. A usina termelétrica da controlada em conjunto indireta UTE GNA I, em conjunto com o Terminal de Regaseificação de GNL e a Linha de Transmissão 345 KV (*), entraram em operação comercial, com as devidas autorizações regulatórias, em 16/09/21. A controlada em conjunto indireta UTE GNA I discutiu com a BP Gas Marketing ("bpGM") a interpretação de cláusulas de precificação do LNG SPA. Mesmo cumprindo suas obrigações, realizou pagamentos provisórios em março de 2022, reservando-se ao direito de reembolso. Em julho de 2022, iniciou arbitragem para questionar valores cobrados pela bpGM. A sentença final, recebida em julho de 2024, foi favorável à bpGM. Em dezembro de 2024, a controlada em conjunto indireta UTE GNA I pagou os custos do processo e os honorários da contraparte, totalizando R\$ 33.523. A controlada em conjunto indireta UTE GNA I informa que a propositura do procedimento arbitral não resultou em impacto nas operações do projeto, ou na continuidade do fornecimento de GNL nos termos do LNG SPA. A GNA HoldCo também trabalha no desenvolvimento de novos projetos, com o intuito de participar em futuros leilões de energia, de modo a viabilizar a implantação de outros empreendimentos. **Licenças e autorizações:** A controlada em conjunto indireta UTE GNA I possui licenças ambientais preliminares para 1,3 GW em termelétrica em ciclo combinado. **Descrição:** Licença de Operação para Linha de Transmissão Açu-Campos de 345 KV, com aproximadamente 52 km de extensão e a subestação UTE Novo Tempo GNA II (UTE GNA II). Terminal de Regaseificação de gás natural liquefeito (TGNL), além da expedição de gás natural com capacidade de regaseificação de 21.000.000 Nm3/dia, localizado no Molhe Norte do Terminal 2 do Porto do Açu, compreendendo as seguintes unidades: Unidade de Armazenamento e Regaseificação (FSRU); estruturas de atracação e amarração de FSRU, LNGC e rebocadores; sistema de descarregamento de gás natural a alta pressão, incluindo os braços de descarregamento marinhos, caixões, estradas, linhas de transferência de custódia; estação de regulação de pressão; lançado e receptor de PIG; estação de tratamento de esgoto; sistemas de apoio (distribuição interna de água e combate a incêndio); estruturas de integração com as usinas termelétricas (gasoduto, sistema de captação e distribuição de água do mar, sistema de lançamento de efluentes); instalações administrativas. **Documento:** LO N° IN051350 e LO N° IN006540 AVB004490. **Data de Emissão:** 26/05/20. **Vigência:** 26/05/30. **Descrição:** Licença autoriza a operação da Usina Termelétrica UTE GNA I, a gás natural, com capacidade instalada de 1.336,3MW em ciclo combinado e sua infraestrutura auxiliar (utilidades, tratamento de água e unidade de dessalinização, prédios administrativos, oficina, contêineres, sala de estocagem e laboratório), além da realização de captação, transporte, resgate e monitoramento de fauna silvestre, na FAZENDA SAÇO DANTAS, S/N, AREA 1 E AREA-2 - UTE GNA I - PRAIA DO AÇU, município SÃO JOÃO DA BARRA. **Documento:** LO N° IN051787. **Data de Emissão:** 08/12/20. **Vigência:** 08/12/28. **a. Continuidade operacional:** As DFs foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Cia. obterá recursos financeiros suficientes para gerar fluxo de caixa futuro. A Cia. reconheceu um prejuízo líquido de R\$ 23.269 na controladora e R\$ 22.725 no consolidado para o exercício findo em 31/12/25 e (prejuízo líquido no exercício de R\$ 287.032 na controladora e R\$ 308.077 no consolidado em 31/12/24) e nesta data, apresenta capital circulante positivo em R\$ 5.258 na controladora e R\$ 6.463 no consolidado para o exercício findo em 31/12/24 e (R\$ 23.391 na controladora e R\$ 25.268 no consolidado em 31/12/24). A Administração entende que existem fundamentos suficientes para apoiar a avaliação de continuidade operacional da Cia, considerando suporte financeiro previsto dos acionistas no exercício de 2026. • UTE GNA I: A controlada em conjunto indireta UTE GNA I reconheceu prejuízo líquido no montante de R\$ 138 para o exercício findo em 31/12/25 e (prejuízo líquido de R\$ 665.703 em 31/12/24), e nessa data, apresenta capital circulante positivo em R\$ 28.284 (o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 134.545 em 31/12/24). Em 31/05/24 ocorreu o início do comissionamento de UTE GNA II, fato que permitiu um compartilhamento de custos operacionais de controlada em conjunto UTE GNA I e que trará, de forma gradual, uma melhoria na margem operacional da Cia. Além disto, a margem operacional é positivamente impactada anualmente pelo efeito combinado de receitas fixas indexadas ao IPCA, balanceada por custos fixos e despesas gerais evoluindo abaixo da inflação. Por fim, a amortização do saldo devedor da dívida confere um perfil decrescente de gastos com juros a cada exercício futuro. Em 31/01/24, a controlada em conjunto indireta UTE GNA I contratou empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 150.000 junto ao Banco ABC Brasil S.A., por meio da emissão de Notas Comerciais Escriturais, com prazo original de vencimento de 1 ano, remuneração correspondente ao CDI acrescido de 2,25% ao ano e amortização do principal em parcela única no vencimento ("bullet"). Os recursos captados foram destinados exclusivamente ao pagamento de cargas de gás. Em 27/12/24, o vencimento das Notas Comerciais foi prorrogado por mais 1 ano, passando a ocorrer em 5/01/26. Em 23/12/25, a controlada em conjunto indireta UTE GNA I efetuou a liquidação integral antecipada do principal e dos respectivos encargos financeiros, no montante de R\$ 175.015. A avaliação dos fluxos de caixa futuros demonstra que a controlada em conjunto indireta UTE GNA I terá geração de caixa gradativamente melhorada ao longo dos períodos, e suficiente para pagamentos das parcelas da dívida e de seus compromissos de curto e LPs. Portanto, a administração considera em sua melhor estimativa que o risco de ocorrência de quaisquer inadimplimentos e consequente continuidade operacional estão mitigados.

2 Empresas do grupo

Controladas diretas

País	Participação acionária	
	2024	2025
Gás Natural Açu Infraestrutura ("GNA Infra") a)	93,06%	93,02%
Açu Trucked LNG S.A ("Açu Trucked")	100,00%	100,00%

Controladas em conjunto indiretas

UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("UTE GNA I") Brasil 44,89% 44,89%
a) Em 28/02/25, foi convenicionado o aumento do capital social e reserva da Cia., no montante total de R\$ 6.512, mediante a emissão e subscrição privada de 47 novas ações, com preço de emissão de R\$ 138.565,92. **3 Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As DFs foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das DFs foi autorizada pela Administração da Cia. em 13/03/26. Detalhes sobre as políticas contábeis da Cia. estão apresentadas na nota explicativa 7. **4 Base de mensuração:** As DFs foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros a valor justo por outros resultados abrangentes. **5 Moeda funcional:** Estas DFs estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **6 Uso de estimativas e julgamentos:** Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das DFs da Cia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem a avaliação de vida útil do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados, intangíveis, a avaliação do valor recuperável do IR e C.S. diferidos, instrumentos financeiros, dentre outros, de sua controlada em conjunto indireta que pode impactar o investimento reconhecido na Cia. A liquidação futura das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas DFs devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Cia. revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/25 e 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal está incluída: • Nota explicativa 13.1 - Avaliação de trigger para impairment - principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos investimentos. **7 Políticas contábeis materiais:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs, salvo indicação ao contrário. **a. Base de Consolidação: (i) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos da Cia. em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Cia. o controle compartilhado da entidade e dá a Cia. direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as DFs incluem a participação da Cia. no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas DFs individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **(ii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Cia. na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos. A Cia. reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cia. se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão - para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contábil a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Cia. deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia. transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Cia. não transfere nem substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro. **(ii) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. **c. Investimentos: (i) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos da Cia. em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em empreendimentos controlados em conjunto. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Cia. o controle compartilhado da entidade e dá a Cia. direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as DFs incluem a participação da Cia. no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas DFs individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **(ii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Cia. na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **d. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Definida em termos da utilização esperada do ativo para a entidade. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em uso são as seguintes: Equipamentos de informática: 5 anos; Móveis e utensílios: 10 anos; Máquinas e equipamentos: 10 anos; Benefícios em propriedades de terceiros: 25 anos. **e. Intangível:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável. A vida útil estimada do ativo intangível são: Licença de uso de Software: 5 anos. **f. Redução ao valor recuperável ("impairment"): Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida

GÁS NATURAL AÇU S.A.

CNPJ nº 11.472.927/0001-40

são revisitos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **Ativos financeiros não-derivativos:** A Cia. reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; **g. IR e C.S.:** O IR e a C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas aliquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IR e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de C.S., Ltda. a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IR e C.S. compreende os impostos de renda e C.S. correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Despesas de IR e C.S. corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Despesas de IR e C.S. diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de DFs e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo é reduzido ao montante que se espera recuperar. **h. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. **i. Receitas e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **j. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Cia. tem acesso nessa data. O valor justo de um ativo reflete o seu risco de desempenho (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Cia. requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Cia. mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Cia. utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Cia. mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Cia. determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para definir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado num base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Para mensuração e determinação do valor justo, a Cia. utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. **8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/25. A Cia. não adotou essas normas na preparação destas DFs. **o IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 01/01/27. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de IR. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas DFs. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas DFs. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Cia. ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Cia., a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Cia. também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas DFs. **o Outras Normas Contábeis:** • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações ao CPC 48/IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7). • Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros - Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7. Com base na avaliação da Administração, as normas não afetarão materialmente as DFs da Cia.

9 Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos (a)	633	4	796	20

Aplicações financeiras

	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras (a)	12.531	26.693	14.333	28.838
Total	13.164	26.697	15.129	28.858
	(2)	(3)	(2)	(3)
Total	13.162	26.694	15.127	28.855

(a) Em 31/12/25, o saldo de caixa e bancos está mantido em contas correntes nos bancos Santander, Bradesco e Itaú. Os equivalentes de caixa correspondem a aplicações em CDB do Santander, instituição financeira de primeira linha, com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas a taxas pós-fixadas, com rentabilidade média de 99,50% do CDI (99,50% em 31/12/24). (b) As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estado de Corporate Default publicado pela S&P em 31/12/25, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de default de empresas em cada nível de rating. O caixa e equivalentes de caixa estão alocados em contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu rating na Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a Cia. possui saldos em aberto em 31/12/25 são classificadas em AAA, com base na média de suas classificações. A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco. No entanto, não há expectativa de perda de caixa neste cenário.

	Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	em R\$		Provisão (%)	Taxa de perda (%)	de Perdida
				2025	2024			
Controladora	Nível 1	AAA	13.164	-	0,01%	(2)	(2)	
Consolidado	Nível 1	AAA	15.129	-	0,01%	(2)	(2)	

(1) Taxa de Perda considera a Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 31/12/25. A movimentação em 31/12/25 e 2024 da perda estimada foi:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 01/01/24	-	(2)	-	(4)
Adição (Reversão)	-	(1)	-	1
Saldo em 31/12/24	-	(3)	-	(3)
Reversão	-	1	-	1
Saldo em 31/12/25	-	(2)	-	(2)

10 Partes relacionadas: A Cia. adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação e regulamentação em vigor. O Acordo de Acionistas da Cia. estabelece diretrizes que visam assegurar que as transações entre a Cia. e suas partes relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da GNA, com independência e transparência, de forma a prevenir situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo partes relacionadas. Além disso, o Código de Conduta da GNA estabelece regras com o objetivo de prevenir situações de conflito de interesses envolvendo qualquer colaborador da Cia., as quais são aplicáveis a todos os colaboradores e stakeholders da GNA. Em conformidade com a Lei das S.A., os membros do Conselho de Administração da Cia. estão proibidos de deliberar sobre qualquer matéria ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Cia. Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/25 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Cia. com empresas sob controle comum, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

Ativo: Contas a receber e despesas a recuperar - circulante	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
GNA Infra - controlada direta (a)	4	36	-	-
UTE GNA I - controlada em conjunto da controlada direta (a)	37	314	39	328
UTE GNA II - Investida de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	110	397	117	412
Total	151	747	156	740
Contas a receber - mútuo - não circulante	-	-	-	-
UTE GNA I - controlada em conjunto da controlada direta (c)	-	-	117.860	103.104
Total	-	-	117.860	103.104
Passivo: Contas a pagar - circulante	-	-	-	-
GNA Infra - controlada direta (a)	-	74	-	-
UTE GNA I - controlada em conjunto da controlada direta (a)	1.188	501	1.462	815
UTE GNA II - Investida de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	4	12	7	12
Prumo Logística S.A - Acionista direto (b)	6	-	6	-
Total	1.198	587	1.475	827
Resultado:	-	-	-	-
Gastos e reembolsos compartilhados	2025	2024	2025	2024
GNA Infra - Controlada direta (a)	(155)	(524)	(155)	(524)
UTE GNA I - controlada em conjunto da controlada direta (a)	(6.148)	(1.990)	(8.651)	(4.970)
UTE GNA II - Investida de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	596	3.963	634	4.123
Total	(5.707)	(1.449)	(8.172)	(1.371)

Receitas financeiras	Controlada		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024

UTE GNA I - controlada em conjunto da controlada direta (c) - - 14.756 10.499
Total - - 14.756 10.499
(a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do grupo GNA; (b) Compartilhamento de outras despesas gerais comuns entre empresas do grupo GNA e Prumo; (c) Em fevereiro de 2021, a GNA Infra, fez aporte em Reais na controlada em conjunto UTE GNA I como mútuo. O mútuo com a UTE GNA I possui vencimento vinculado aos pagamentos subordinados (*). Em 2025 e 2024 houve apenas o acréscimo de juros. Veja abaixo a movimentação:

	Consolidado	
	UTE 100% CDI	Total
Saldo em 01/01/24	92.605	92.605
Juros apropriados	10.499	10.499
Saldo em 31/12/24	103.104	103.104
Juros apropriados	14.756	14.756
Saldo em 31/12/25	117.860	117.860

(* Contrato com acionistas com pagamento subordinado - Dentro do Acordo de acionistas na empresa UTE GNA I há contratos que possuem a cláusula de pagamento subordinado. Os contratos subordinados são: Porto do Açu contrato de arrendamento do terreno, contrato de O&M e LTM parcela fixa com a Siemens Energy e contrato de *Flexible fee* com a BP Global e SPIC Brasil. Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Controlada		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Diretores	(416)	(438)	(642)	(745)
Pró-labore	(638)	(535)	(638)	(536)
Bônus	(126)	(132)	(194)	(225)
Benefícios e Encargos	(1.180)	(1.105)	(1.474)	(1.506)
Total	(1.180)	(1.105)	(1.474)	(1.506)

11 Impostos a recuperar

Ativo circulante

Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IR retido na fonte ("IRRF")	77	352	110	354
PIS / COFINS a recuperar	21	21	21	21
ISS a recuperar	4	4	4	4
Total	102	377	135	379

IR e C.S. a recuperar

Total

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IR e C.S. ("IRPJ/CSLL")	37	37	48	673
Total	37	37	48	673

Ativo não circulante

IR e C.S. a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IR e C.S. ("IRPJ/CSLL")	1.972	1.144	3.917	2.944
Total	1.972	1.144	3.917	2.944

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
12 Participações Societárias: a. Saldo de investimentos em controladas e controladas em conjunto				

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Controlada direta	93,06%	93,06%	161.658	151.017
GNA Infra (*)	100,00%	100,00%	(62)	(385)
Açu Trucked LNG			324	23
Total			161.596	150.632
Controlada em conjunto da controlada direta	44,89%	44,89%	76.885	79.948
UTE GNA I			(64)	(306.272)
Total			76.885	79.948
Total de investimento - Controladora			161.596	150.632
Total de investimento - Consolidado			76.885	79.948

(*) Em 28/02/25 houve o aumento do capital social e reserva de capital no montante R\$ 6.512 da Gás Natural Açu.

b. Movimentações dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024



GÁS NATURAL AÇU S.A.

CNPJ nº 11.472.927/0001-40

HoldCo identificou uma redução do valor recuperável dos ativos dos projetos alocados no GASINF e GASOG. A falta de recuperabilidade dos ativos ocorre pela não apresentação da documentação comprobatória, assim de forma conservadora, a opção foi registrar a baixa dos projetos na linha de gastos com consultoria e auditoria conforme mencionado na nota 20. (*) Informação não auditada.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
14 Fomecedores				
Passivo circulante				
Fomecedores nacionais	35	197	37	219
Despesas provisionadas	7.234	674	7.294	677
Total	7.269	871	7.331	896

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
15 Salários e encargos a pagar				
Passivo circulante				
Gratificações a pagar	-	2.415	-	2.539
Férias	-	42	-	105
Encargos sobre férias	-	32	-	76
INSS	-	650	-	656
FGTS	-	13	-	19
Total	-	3.152	-	3.395

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo não circulante				
Bônus de retenção	-	450	-	450
Total	-	450	-	450

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
16 Impostos e contribuições a recolher				
Passivo circulante				
Impostos e contribuições a recolher				
IR retido na fonte ("IRRF")	1	86	1	104
PIS/COFINS a recolher	10	8	78	78
PIS/COFINS/CSLL - Retenção	4	16	4	16
Total	15	110	83	198

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IR e C.S. a recolher				
IR e C.S. ("IRPJ/CSLL")	-	-	402	346
Total	-	-	402	346

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
17 Impostos diferidos:				
17.1 Saldo de impostos diferidos ativos e passivos:				
Impostos diferidos passivo (*)	-	-	24.726	24.726
Total	-	-	24.726	24.726

(*) Imposto diferido referente a diferença temporária - remensuração participação valor justo do investimento da GNA Infra na controlada direta UTE GNA I

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
17.2 Conciliação da alíquota de imposto efetiva				
Prejuízo contábil antes dos impostos	(23.269)	(287.032)	(18.746)	(305.612)
Alíquota IR e C.S.	34%	34%	34%	34%

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IR e C.S. diferido (base x alíquota)				
Adições permanentes:	7.911	97.591	6.374	103.908
Brindes	(3)	-	(3)	-
Gratificação/Bônus retenção	127	(668)	127	(668)
INSS s/Bônus/Gratificações	25	(197)	25	(197)
Equivalência patrimonial	2.594	(95.330)	(22)	(104.132)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adições permanentes:				
Brindes	(3)	-	(3)	-
Gratificação/Bônus retenção	127	(668)	127	(668)
INSS s/Bônus/Gratificações	25	(197)	25	(197)
Equivalência patrimonial	2.594	(95.330)	(22)	(104.132)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
18 Provisão para contingências:				
Contingências possíveis	(10.861)	(1.541)	(10.861)	(1.541)
Contingências prováveis	207	145	359	141
Outras	-	-	(2)	-
Adicional IRPJ	-	-	24	24
Total do IR e C.S.	-	-	(3.979)	(2.465)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
19 Provisão para contingências:				
Contingências possíveis	(10.861)	(1.541)	(10.861)	(1.541)
Contingências prováveis	207	145	359	141
Outras	-	-	(2)	-
Adicional IRPJ	-	-	24	24
Total do IR e C.S.	-	-	(3.979)	(2.465)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
19 Provisão para contingências:				
Contingências possíveis	(10.861)	(1.541)	(10.861)	(1.541)
Contingências prováveis	207	145	359	141
Outras	-	-	(2)	-
Adicional IRPJ	-	-	24	24
Total do IR e C.S.	-	-	(3.979)	(2.465)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
19 Provisão para contingências:				
Contingências possíveis	(10.861)	(1.541)	(10.861)	(1.541)
Contingências prováveis	207	145	359	141
Outras	-	-	(2)	-
Adicional IRPJ	-	-	24	24
Total do IR e C.S.	-	-	(3.979)	(2.465)

Estudos técnicos de viabilidade indicam incapacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, a Cia. em 31/12/25 detém de base prejuízo fiscal no montante de R\$ 91.907, com o montante de imposto de R\$ 31.249 (R\$ 59.962 em 31/12/24, com montante de imposto de R\$ 20.387). Adicionalmente, a Cia. em 31/12/25 detém R\$ 227 mil (R\$ 433 mil em 31/12/24) referente a diferenças temporárias ativas não reconhecidas em razão da ausência de expectativa de recuperação futura. **18 Provisão para contingências:** A Administração realiza uma avaliação periódica de processos administrativos e judiciais em que a Cia. possa ser envolvida. A prática de registro contábil de provisão para contingência é baseada na classificação de probabilidade de perda provável, definida pela Administração com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
a. Contingências prováveis				
Processos trabalhistas	389	348	389	348
Total	389	348	389	348

Esclarece-se que os processos trabalhistas envolvem, respectivamente, disputa legal entre a GNA HoldCo e seu funcionário (pleito de indenizatório de periculosidade), bem como e sobre questão sindical (representatividade). A movimentação em 31/12/25 e 2024 das contingências prováveis foram:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 01/01/24				
Adições	228	228	228	228
Saldo em 31 de dezembro 2024	348	348	348	348

b. Contingências possíveis: Atualmente a Cia. possui uma Ação Civil Pública que, na avaliação de nossos assessores jurídicos internos e externos, possui um prognóstico de perda possível. Em 31/12/25 a Cia. possuía R\$255 (R\$ 100 em 31/12/24) relacionada a exposições passivas cuja probabilidade de perda é considerada possível. Detalhamos abaixo a principal exposição existente: **Ação Civil Pública nº 0800051-12.2023.8.19.0084- Instituto Internacional Arayara:** Em 06/01/23, a empresa Gás Natural Açú S.A., recebeu uma Ação Civil Pública por meio da qual pretende o Instituto Autor a anulação da Licença Ambiental Prévia IN 528101 concedida pelo INEA e das outorgas de direito de uso de recursos hídricos e Certidões de Reserva de Disponibilidade Hídrica emitidas pelo INEA na Bacia Hidrográfica do Rio Macaé e Ostras e da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba e Itabapoana em relação ao empreendimento objeto da presente demanda (Unidade de Processamento de Gás Natural - UPGN e infraestruturas de gasodutos). Em suma, alega o Autor haver necessidade de que o INEA realize, previamente aos Estudos de Impactos Ambientais, (i) a Avaliação Ambiental Estratégica - AAE, (ii) a apresentação de estudos relativos ao volume hídrico que serão necessários para analisar a viabilidade do empreendimento, (iii) a atualização do plano de bacia hidrográfica e do estudo de disponibilidade hídrica da Bacia Hidrográfica do Rio Macaé e das Ostras e do Diagnóstico Climático nos procedimentos que correm no INEA, (iv) outra audiência pública, (v) a readequação do traçado dos gasodutos que irão passar dentro da Represa de Maricota, principal manancial de abastecimento de água potável do Município de Carapebus e (vi) consideração dos efeitos climáticos que os empreendimentos irão causar, por meio do inventário de emissões de gases do efeito estufa. Aguarda-se decisão do magistrado e manifestação de todos os réus quanto à tutela provisória de urgência.

19 Patrimônio líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Acionistas				
Prumo (i)	213.893	70,00%	211.881	70,00%
BP (i)	91.668	30,00%	90.806	30,00%
Total	305.561	100,00%	302.687	100,00%

(i) Na AGE de 20/08/25, foi conveniado o aumento de capital da Cia. no montante de R\$ 10.146 mediante a emissão e subscrição privada de 2.874.062 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão arredondado de R\$ 3,530269. Do valor total do aumento de capital, o montante de R\$ 5.073 foi destinado ao capital social, e R\$ 5.073 foi destinado a conta de reserva de capital, informada na nota 13 letras a e b. **a. Capital social:** Em 31/12/25, o capital da Cia. é de R\$ 641.823 (R\$ 636.749 em 31/12/24) representado por 305.561 (302.687 em 31/12/24) ações ordinárias e sem valor nominal, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Acionista		Reserva de capital	
	Prumo	BP	Capital Social	
Saldo em 01/01/24	436.676	193.763	630.439	
13/12/24 - Aporte de Capital	4.417	1.893	6.310	
Saldo em 31/12/24	441.093	195.656	636.749	
27/08/25 - Aporte de Capital	3.552	1.522	5.074	
Saldo em 31/12/25	444.645	197.178	641.823	

b. Reserva de capital: Em 31/12/25, a reserva de capital da Cia. é R\$ 389.248 (R\$ 384.175 em 31/12/24), onde a Prumo possui o montante de R\$ 267.412 (R\$ 263.861 em 31/12/24) e a BP R\$ 121.836 (R\$ 120.314 em 31/12/24). As movimentações de Reserva de Capital no período estão demonstradas conforme abaixo:

	Acionista		Reserva de capital	
	Prumo	BP	Capital Social	
Saldo em 01/01/24	259.444	118.421	377.865	
13/12/24 - Aporte de Capital	4.417	1.893	6.310	
Saldo em 31/12/24	263.861	120.314	384.175	
29/08/25 - Aporte de Capital	3.551	1.522	5.073	
Saldo em 31/12/25	267.412	121.836	389.248	

c. Adiantamento para futuro aumento de capital: Em 27/08/25, o montante através de Instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") foi totalmente convertido em Capital Social (R\$ 81 em 31/12/24).

d. Outros resultados abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ganho/(perda) na variação percentual em investida (i)	(9.854)	(9.467)	(9.854)	(9.467)
Ajuste de avaliação patrimonial (ii)	(4.584)	(1.793)	(4.584)	(1.793)
Bônus de subscrição Siemens-reflexa (iii)	13.200	13.200	13.200	13.200
Total	(1.238)	1.940	(1.238)	1.940

Os saldos que compõem outros resultados abrangentes são relacionados a: i) Corresponde à diferença entre aportes da Siemens Energy e GNA HoldCo na GNA Infra; ii) Corresponde a parcela do hedge da UTE GNA I reconhecido via efeito reflexo da equivalência da GNA Infra na GNA HoldCo; iii) Corresponde a parcela investida pela Siemens Energy na GNA Infra em dezembro de 2017. **e. Prejuízos acumulados:** A Cia. é uma S.A. Fechada e observa, para fins de apuração e destinação do resultado, as disposições previstas na Lei nº 6.404/1976. **• Resultado do Exercício de 2025:** Prejuízo líquido do exercício em 2025: R\$ (23.269) na controladora e R\$ (22.725) no consolidado. Prejuízos acumulados de exercícios anteriores: R\$ (837.769) na controladora. Capital social: R\$ 641.823. **f. Reserva legal:** Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. No exercício findo em 31/12/25 não houve constituição de reserva legal, pois, não houve lucro disponível após a absorção dos prejuízos acumulados (31/12/24 apresentou prejuízo). **g. Dividendos:** As ações da Cia. participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findos em 31/12/25 e 2024 a Cia. apresentou prejuízos acumulados não havendo distribuição de dividendos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
20 Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	(5.991)	(5.953)	(8.047)	(8.698)
Consultoria e auditoria (a)	(25.913)	(681)	(26.349)	(985)
TI e Telecom	(618)	(601)	(924)	(951)
Comunicação e assuntos institucionais	(110)	(167)	(170)	(236)
Serviços administrativos	(161)	(135)	(226)	(198)
Depreciação e amortização	(47)	(49)	(48)	(51)
Outros serviços de terceiros	(66)	(93)	(90)	(118)
Despesas gerais e manutenção	(40)	(31)	(62)	(47)
Viagens	(108)	(83)	(148)	(122)
Despesas jurídicas	(272)	(426)	(307)	(471)
Outras despesas	(105)	(104)	(121)	(141)
Total	(33.431)	(8.323)	(36.492)	(12.018)

(a) Em 31/12/25 houve o reconhecimento no montante de R\$ 25.432 referente a gastos com projetos, onde o montante de R\$ 10.959 é referente a baixa com gastos com projetos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Ativos financeiros (circulante/ não circulante)				
Caixa e equivalentes de caixa	13.162	13.162	26.694	26.694
Contas a receber com partes relacionadas	151	151	747	747
Mensurados pelo custo amortizado				
Passivos financeiros (circulante/ não circulante)				
Fomecedores	7.269	7.269	871	871
Contas a pagar com partes relacionadas	1.198	1.198	587	587
Instrumentos financeiros - Opção (i)	-	-	-	-

(i) Em 04/12/23, ocorreu a emissão do bônus de subscrição no montante de R\$ 10.542 da BP Gas & Power Investments Limited. A BP possui uma opção de compra vigente para aquisição da totalidade das ações da Açu Trucked LNG pelo valor de US\$ 1,00, que poderá ser exercida a qualquer momento a seu exclusivo critério. Desta forma, a opção de compra foi precificada a valor justo. Em setembro de 2025, conforme mencionado na nota 13 ocorreu a baixa dos ativos/projetos alocados na Açu Trucked. Tendo em vista que a Açu Trucked detinha de um único projeto, a opção de compra teve seu valor justo reduzido a zero. **Métodos e técnicas de avaliação para mensuração do valor justo:** A GNA HoldCo entende que valor justo de fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas se aproxima do seu valor contábil. **23 Cobertura de seguros:** A Cia. adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/25 e 31/12/24, a cobertura de seguro é a seguinte:

	2025	2024
D&O - Directors and Officers	200.000	200.000



UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

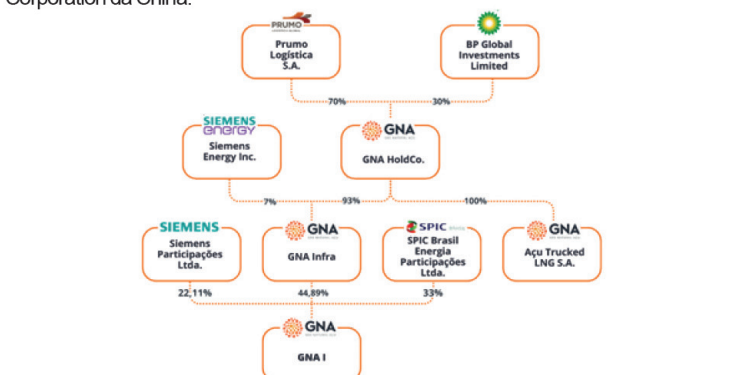
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, a Administração da UTE GNA I Geração de Energia S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração relativo ao exercício de 2025 e as principais atualizações operacionais e financeiras comparadas com o exercício de 2024. **I. Mensagem da Administração:** O ano de 2025 representou mais um marco importante na trajetória da UTE GNA I, com foco na consolidação dos resultados operacionais e financeiros, reforçando o nosso papel estratégico para a segurança energética do Brasil complementando a geração intermitente e sazonal das fontes renováveis. A UTE GNA I fechou o ano com uma disponibilidade operacional real de 92,8%, desconsiderando expurgos regulatórios e de garantia. O nosso terminal alcançou uma disponibilidade real de 96,3% e operou 14 transbordos de GNL em 2025, entre GNA I e GNA II, contribuindo ao comissionamento, entrada em operação em maio de 2025 bem como a primeira fase de inflexibilidade da UTE GNA II entre julho e novembro de 2025. Nossa eficiência ambiental foi reconhecida, pelo terceiro ano consecutivo como a usina mais eficiente do Brasil, ou seja, com a menor intensidade de emissão (tCO₂e/GWh) e a maior eficiência entre as usinas do Sistema Interligado Nacional (SIN), segundo estudo do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA). Outro diferencial é o uso sustentável da água. Nossa planta de dessalinização e desmineralização de água do mar abastece os tanques de água de reserva, torres de resfriamento e combate a incidência da UTE GNA I e da UTE GNA II. Essa iniciativa proporciona uma produção independente do fornecimento externo ou de captação de água doce. Continuamos atuando fortemente na nossa cultura de saúde e segurança, concluindo a implantação da UTE GNA II e mais um ano de operação das plantas sem acidentes de trabalho com afastamento. Em 2025, fizemos uma intensa agenda de simulados de emergência e o lançamento de dois programas importantes para reforçar as ações preventivas: Princípios de Liderança em Segurança da GNA e Regras que Salvam Vidas, baseado em diretrizes da IOGP No campo econômico-financeiro, apresentamos uma evolução significativa. O prejuízo líquido do exercício, de R\$ 138 mil, revertido o resultado do ano anterior, enquanto o EBITDA avançou 48% e atingiu R\$ 642,5 milhões. A expressiva melhora no desempenho econômico-financeiro, fruto de disciplina na gestão de caixa, receitas financeiras maiores e efeitos positivos de variação cambial, demonstra a resiliência do negócio. Evoluímos também em governança, sustentabilidade e gestão de pessoas. Destacamos o lançamento do programa de inovação, InovaE, a adoção de metodologia padronizada de auditoria interna, o fortalecimento dos programas socioambientais e a conquista de posições relevantes nos rankings *Great Place To Work*® (GPTW), com avanços importantes em diversidade, segurança e bem-estar. O início da operação comercial da UTE GNA II representou um marco histórico para a Cia. e consolidou nosso complexo como o maior parque termelétrico a gás natural da América Latina, com 3 GW de capacidade instalada. Guiados pelo planejamento estratégico GNA+5, seguimos focados em excelência operacional, sinergias entre UTE GNA I e UTE GNA II e compromisso com os mais altos padrões ambientais, sociais e de integridade corporativa. Agradecemos aos acionistas, conselheiros, colaboradores, parceiros e comunidades pelo apoio contínuo. Estamos preparados para seguir avançando com responsabilidade, inovação e visão de LP. Atenciosamente, **Emmanuel Delfosse-Diretor Presidente.**

ii. Destaques 2025:

- Destaques Operacionais:** Ao longo de 2025, a GNA concluiu com sucesso o processo de dragagem, dentro do prazo e a um custo 20% inferior ao previsto, bem como a formalização do contrato de rebocadores dedicados, o que resultou em maior segurança operacional e redução de custos de aproximadamente 28%. Além disso, a recertificação do Código ISPS foi concluída com sucesso, incluindo a aprovação do Estudo de Análise de Riscos (EAR) e a conclusão das auditorias pelos Portos para atualização da Declaração de Conformidade.
- Eficiência Energética:** UTE GNA I foi reconhecida, pelo terceiro ano consecutivo, como a usina mais eficiente do Brasil. O estudo conduzido pelo Instituto de Energia e Meio Ambiente revela que a UTE GNA I apresenta a **menor taxa de emissão de carbono do estudo**, emitindo menos gases de efeito estufa por GWh gerado quando comparada a outras 55 termelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN).
- Destaques Financeiros:** Realização do resgate antecipado integral das Notas Comerciais, com pagamento total de R\$ 175.240.434,07, comprovando a boa situação financeira da empresa e reduzindo o seu nível de endividamento.
- Destaques Corporativos:** Inovação: Lançamento do Programa InovaE, que define os objetivos estratégicos de inovação na GNA e destaca *Eficiência Operacional*, *Transição Energética*, e *Saúde, Meio Ambiente e Segurança e Desenvolvimento Social* como as principais temáticas de atuação dos projetos de inovação.
- Gestão de Pessoas:** Publicação da **Política de Recursos Humanos** e estreia da GNA no ranking nacional de indústrias de médio porte da GPTW, além do *Top 10* entre as melhores empresas para as mulheres trabalharem no Brasil.
- Destaques Socioambientais:** **Combate à Violência Baseada em Gênero:** Revisão do programa de gestão de riscos em violência baseada em gênero estreita a atuação da GNA com os fornecedores terceirizados em prol de um ambiente de trabalho mais seguro e saudável para todas as pessoas.
- Conservação da Fauna:** Parceria com UENF e Reserva Cauara cria projeto de conservação da preguiça-de-coleira-do-sudeste, espécie ameaçada de extinção na área de restinga.
- Destaques de Governança:** **Compliance e Diversidade & Inclusão:** Realização da 1ª Semana Integrada de Compliance e D&I, com tópicos relacionados ao Código de Conduta Ética, Ambiente de Trabalho, Canal de Denúncia e divulgação de cartilha interna focada em treinamento sobre Diversidade e Inclusão; **Plano Plurianual de Auditoria Interna:** Publicação de diretrizes e políticas internas, em linha com as melhores práticas do mercado, com o objetivo de instituir metodologia padronizada para o planejamento e execução de auditorias internas plurianuais, fortalecendo a governança e a gestão de riscos da Cia.
- Reconhecimentos/Premiações:** **GPTW:** Pelo sexto ano consecutivo, conquistamos o selo de uma das Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, concedido pela consultoria *Great Place to Work*®.
- 10 lugar no ranking Melhores Empresas para as Mulheres Trabalharem no Brasil:** → Fomos reconhecidos como a melhor empresa do setor de energia para mulheres trabalharem no Brasil e ficamos em 10 lugar no ranking nacional do GPTW Mulher 2025 para empresas médias.
- 16 lugar no ranking das melhores empresas do Estado do RJ:** → Pelo quinto ano seguido, estamos entre as melhores empresas para trabalhar no RJ.
- 33º lugar no ranking Indústria:** → Fomos reconhecidos, pela primeira vez, como uma das Melhores Empresas para Trabalhar - Indústria de Porte Médio, sendo a única do setor de energia presente no ranking.
- Premio ESG, da Associação Brasileira de ESG®:** 2º lugar na categoria Equidade de Gênero e Empoderamento Feminino, com o programa de qualificação profissional executado durante as obras da GNA II.
- Latin America & Caribbean LNG Industry Awards 2025:** Conquistamos o prêmio *Company of the Year* durante o 5º *International GNL Global Forum*, como reconhecimento pela contribuição ao mercado de GNL na América Latina e Caribe.
- Conecta Cais 2025:** Evento de inovação e sustentabilidade do Porto do Açu. Conquistamos o 1º lugar na categoria Transição Energética (projeto Hipocrito) e o 2º lugar na categoria Transformação Digital (projeto GNoVolo).
- Selo Ouro do programa brasileiro GHG Protocol:** Conquistamos, pelo quarto ano seguido, o selo que atesta o mais alto nível de qualificação no cumprimento dos critérios para publicação e verificação de dados de emissão de GEE, referente ao ano de 2024, para a sociedade, por meio do Registro Público de Emissões.
- Perfil Corporativo e Organograma Societário:** A UTE GNA I Geração de Energia S.A. com sede em São João da Barra, no estado do RJ, foi constituída em 17/09/15. Em 20/10/17, foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Sociedade, que passou de sociedade empresarial Ltda. para S.A. de capital fechado. Tem como objeto societário estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito; comercializar energia elétrica; atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração e transmissão de energia; construir, manter, operar e explorar terminais de gás natural liquefeito (GNL) e dutos de gás natural; a UTE GNA I opera comercialmente, desde 16/09/21, no Porto do Açu, em São João da Barra/

RJ, dois ativos estratégicos: **i. Usina Termelétrica a gás natural em ciclo combinado**, com capacidade instalada de 1,3 GW, destinada ao atendimento das obrigações contratuais da UTE Novo Tempo em seus contratos de comercialização de energia. A energia gerada pela usina está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio de uma **Linha de Transmissão (LT) 345kV** e subestações associadas. **Terminal de Regaseificação de GNL (TGNL)**, com capacidade de regaseificação de até 21 milhões de metros cúbicos por dia, que assegura a importação de gás natural para o Projeto GNA I, para futuras usinas de energia e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açu. A UTE GNA I, em conjunto com a UTE GNA II, também instalada no mesmo complexo, compõe o maior parque termelétrico a gás natural em operação da América Latina, totalizando 3GW de capacidade instalada, o suficiente para abastecer aproximadamente 14 milhões de residências. Reconhecidas entre as mais modernas do país, as UTEs GNA I e GNA II operam em ciclo combinado, sendo compostas, cada uma, por três turbinas a gás e uma turbina a vapor. Dotadas de tecnologia de ponta, alcançam eficiência energética de até 59%, aliando elevado desempenho operacional aos menores níveis de emissão entre as usinas em operação no Brasil. Desde 28/01/21, a UTE GNA I tem como acionistas controladores, em conjunto, a Gás Natural Açu Infraestrutura S.A. ("GNA Infra"), Siemens Participações Ltda ("Siemens") e SPIC Brasil Energia Participações Ltda ("SPIC"), subsidiária da State Power Investment Corporation da China.



iv. Ambiente Macroeconômico: A economia brasileira registrou em 2025 um crescimento moderado, com expansão de 2,5% segundo o IBCCR. A inflação manteve trajetória de desaceleração, encerrando o ano com alta acumulada de 4,44%, dentro do intervalo de tolerância da meta oficial. O câmbio operou em média ao redor de 5,70 BRL/USD. A taxa Selic fechou o ano no patamar de 15%. **v. Desempenho operacional:** O ano de 2024 foi marcado por um aumento no despacho devido a ondas de calor e menor geração renovável, enquanto 2025 tem se caracterizado por uma operação focada em prontidão e eficiência em períodos de baixo despacho. • **Produção de Energia:** A produção de energia da usina apresentou queda entre os dois exercícios, enquanto 2024 registrou 2.134.905 MWh gerados, em 2025 a produção caiu para 42.308 MWh, refletindo um cenário de despacho limitado e pontual ao longo do ano. • **Disponibilidade:** Apesar do baixo uso, a planta se manteve disponível, registrando 92,78% de disponibilidade média em 2025. Esse desempenho confirma a nossa prontidão técnica mesmo em um cenário de operação reduzida. • **Eficiência:** O consumo de gás natural somou 1.663.999 MMtub em 2025, comportamento coerente com o despacho mínimo. **vi. Desempenho econômico-financeiro:** No ano de 2025, a UTE GNA I apresentou um bom desempenho econômico-financeiro. A organização apresentou avanços em eficiência, estrutura de custos, gestão de caixa e disciplina financeira.

Indicadores de Resultado	31/12/25	31/12/24	Variação
Receita operacional líquida	1.162.882	1.616.442	(453.560)
Lucro bruto	375.886	255.557	120.329
Margem Bruta	32,32%	15,81%	16,51%
Resultado do serviço (EBIT)	400.516	209.694	190.822
EBITDA (Lajida)	642.518	434.436	208.082
Margem EBITDA (Lajida)	55,25%	26,88%	28,38%
Resultado financeiro	(392.724)	(889.069)	496.345
Impostos diferidos	(7.930)	(13.672)	(21.602)
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	(138)	(665.703)	665.565
DSCR	1,12	1,14	(0,02)
Saldo de caixa e equivalentes	395,2	425,1	(29,9)
Endividamento total	3.741,6	3.970,5	(228,9)

• **Receita operacional líquida:** A receita operacional líquida de 2025 foi de R\$ 1.162.882 mil, queda de 28% frente a 2024, devido ao despacho significativamente menor em relação ao ano anterior; **Lucro bruto, resultado do período e Ebitda:** Mesmo com receita menor, o lucro bruto cresceu para R\$ 375.886 mil, e o EBIT atingiu R\$ 400.516 mil. O EBITDA avançou para R\$ 642.518 mil, impulsionado por custos variáveis menores, SG&A reduzido e ganhos operacionais. • **Resultado financeiro:** O resultado financeiro líquido melhorou de (R\$ 889.069 mil) em 2024 para (R\$ 392.724 mil) em 2025, uma variação positiva de R\$ 496 milhões. Contribuíram para isso receitas financeiras maiores e efeitos favoráveis de variação cambial. • **Lucro líquido do exercício:** A UTE GNA I reduziu o prejuízo anterior com o registro de R\$ 138 em 2025, contra prejuízo de R\$ 665.703 mil em 2024. A melhora operacional e financeira compensou a queda na receita operacional líquida. • **DSCR:** O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (DSCR/ICSD) encerrou 2025 em 1,12x, praticamente estável face a 1,14x em 2024 e em conformidade com os parâmetros contratuais. A manutenção do indicador decorre da gestão de liquidez, com otimização de fluxos e liquidação antecipada de facilidades de capital de giro, reduzindo encargos futuros e sustentando a capacidade de serviço da dívida. • **Saldo de caixa:** O caixa e equivalentes totalizou R\$ 395,2 milhões ao final de 2025 (vs. R\$ 425,1 milhões em 2024), variação explicada, sobretudo, pela quitação antecipada das Notas Comerciais. Considerando os depósitos vinculados (conta de serviço da dívida e MRA), a liquidez ampliada de 2025 alcançou -R\$ 532,7 milhões, evidenciando reforço prudencial da posição de caixa para cumprimento de obrigações financeiras. • **Endividamento total:** O endividamento total atingiu R\$ 3.741 bilhões em 2025, redução de 5,8% frente aos R\$ 3.970 bilhões registrados em 2024, decorrente, principalmente, da liquidação antecipada das Notas Comerciais de capital de giro e da amortização regular dos financiamentos de LP. **vii. Planejamento Estratégico:** O plano 2024-2029, orienta as prioridades operacionais, ambientais na governança da usina em um contexto de crescente relevância para a segurança energética nacional. A estratégia tem como foco a excelência operacional, a confiabilidade do fornecimento e a otimização do desempenho, especialmente diante do aumento da demanda por geração térmica decorrente da intermitência das fontes renováveis e dos eventos climáticos extremos observados recentemente. Nesse sentido, são prioritizadas a estabilização contínua da operação, a ampliação da eficiência, da disponibilidade e da flexibilidade da usina para atendimento ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Paralelamente, o planejamento prevê a captura de sinergias com a entrada em operação da UTE GNA II, fortalecendo o parque termelétrico integrado e possibilitando ganhos operacionais relevantes por meio da gestão conjunta das unidades. O plano também reforça o compromisso com a sustentabilidade, o cumprimento dos requisitos de licenciamento ambiental, o monitoramento de emissões, biodiversidade e recursos hídricos, além do alinhamento aos princípios

ESG (*Environmental, Social, and Governance*). Complementarmente, integra iniciativas corporativas de gestão de riscos, integridade e obsequerança, assegurando a continuidade operacional e a atuação segura, eficiente e ambientalmente responsável da UTE GNA I no LP. **viii. Governança Corporativa:** A GNA possui uma estrutura acionária robusta, formada por empresas líderes em seus setores — bp, Prumo Logística, Siemens AG, Siemens Energy e SPIC Brasil. A governança da Cia. está alinhada às diretrizes dos acordos de acionistas e às políticas internas, assegurando a observância das estratégias definidas e a adequada condução dos deveres de seus integrantes. Nos termos do Estatuto Social e da legislação brasileira, o Conselho de Administração, nomeado pelos acionistas, é responsável por definir o propósito, a missão, os valores e as estratégias da empresa, além de aprovar políticas e metas econômicas, ambientais e sociais. O Conselho atua com regras claras de prevenção a conflitos de interesse, delibera sobre transações com partes relacionadas e realiza reuniões periódicas, sendo apoiado por Diretorias-Executivas e por Comitês de Assessoramento, como o *Advisory Committee* da UTE GNA I, que subsidia as decisões estratégicas e o acompanhamento dos projetos. Em 2025, foram definidas diretrizes e metodologia padronizada de auditoria para a Cia. Foram instituídos a Norma de Auditoria Interna e o Procedimento de Elaboração do Plano Plurianual, assegurando continuidade e maturidade ao processo. Como resultado, elaboramos o Plano Plurianual de Auditoria com base em uma Matriz de Priorização, que classifica os processos com base em critérios previamente estabelecidos e define as prioridades de auditoria para um ciclo de três anos. O tema de Diversidade e Inclusão foi incorporado à temática da Semana de Compliance, originando a **Semana de Compliance e Diversidade e Inclusão**. Durante o evento, foi lançada a Cartilha de Diversidade e Inclusão da GNA, que traz os principais conceitos relacionados ao tema e tem foco em letramento e conscientização do público interno. Também foi lançada uma página dedicada à diversidade na intranet da **GNA. ix. Gestão de Pessoas:** Em 2025, a GNA publicou sua **Política de Recursos Humanos**, consolidando as diretrizes que orientam uma gestão de pessoas estratégica, eficiente e alinhada aos valores e à cultura organizacional. O documento reforça o compromisso da Cia. com a promoção de um ambiente de trabalho seguro, justo, saudável e ético. A iniciativa ganha uma especial relevância em um ano marcado pelo início da operação da UTE GNA II, processo que envolveu a desmobilização da mão de obra e foi conduzido com elevado padrão de governança, sem impactos negativos para a comunidade ou demais públicos de interesse. Neste mesmo ano, a GNA passou a integrar, pela primeira vez, o ranking nacional das **Melhores Indústrias para Trabalhar** (33º lugar), na categoria de empresas de médio porte, da consultoria *Great Place to Work*® (GPTW). Em 2025, também renovou o selo de Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil e figurou nos rankings de **Melhores do Estado do RJ** (16 lugar) e **Melhores para as Mulheres Trabalharem no Brasil** (10 lugar). Esses reconhecimentos valorizam as boas práticas de gestão de pessoas e evidenciam o compromisso da empresa com o bem-estar, a diversidade e a construção de um ambiente organizacional de excelência. A Cia. manteve avanços relevantes em Diversidade & Inclusão, alcançando 56% de mulheres no quadro total de colaboradores e 32% em posições de liderança, além de promover ações estruturadas de capacitação e revisar sua estratégia de D&I para ampliar resultados. A segurança permaneceu como valor negociável, sustentada por atuação preventiva robusta e cultura de responsabilidade compartilhada, encerrando o período sem registro de acidentes graves ou fatais. **x. Ambiente Regulatório:** A UTE GNA I opera em conformidade com o arcabouço regulatório do setor elétrico brasileiro, atendendo às exigências do ONS e da ANEEL, incluindo os requisitos de segurança cibernética. Em 2024, a Cia. reforçou esse compromisso com a implementação da Política e do Plano de Segurança Cibernética Industrial, alcançando nível de maturidade superior à média do setor. No âmbito ambiental, a usina mantém total conformidade com as obrigações referentes ao licenciamento do INEA, com monitoramento contínuo de emissões, recursos hídricos, resíduos, ruído, fauna e flora. Mantém alinhamento com os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation* e com EHS Guidelines do Banco Mundial, afetados por monitoramento socioambiental independente. A operação regulatória é sustentada por um Sistema de Gestão Integrado alinhado a referencias reconhecidos internacionalmente, apoiado por auditorias periódicas, gestão de riscos e uma estrutura robusta de compliance, incluindo política anticorrupção e canal de denúncias independente. A participação ativa da GNA em entidades setoriais contribui para o alinhamento às evoluções regulatórias e às melhores práticas do setor, assegurando uma operação confiável, integrada e alinhada aos mais altos padrões da indústria energética. **xi. Saúde e Segurança:** Em 2025, a GNA consolidou uma estrutura robusta de Saúde, Segurança e Bem-Estar, aplicável a colaboradores próprios e terceiros, com foco em prevenção, gestão de riscos e promoção da qualidade de vida. Todas as unidades operacionais seguem o PGR e o PCMSO, com treinamentos contínuos, exercícios de emergência, inspeções em campo e infraestrutura dedicada, incluindo ambulatório e ambulância 24 horas. O sistema é sustentado por normas internas, mecanismos formais de reporte, direito de recusa e ampla participação dos colaboradores na gestão de riscos. No campo do bem-estar, o Programa Energizar ganhou ainda mais relevância em 2025, com a criação de uma página exclusiva no Portal de Sustentabilidade, reunindo benefícios e calendário de ações. Foram concluídas duas etapas do Milhas de Saúde, ampliando o engajamento por meio de gamificação; o Programa Nutricional encerrou sua segunda turma com resultados positivos, e foi implementada a *quick massage* no programa de Ergonomia, reforçando o cuidado com a saúde física e emocional das equipes. Em segurança, 2025 marcou o lançamento dos Princípios de Liderança em Segurança da GNA, documento estruturante alinhado a referências internacionais, que consolida diretrizes como protagonismo da liderança, disciplina operacional, preparação para emergências e aprendizado contínuo com incidentes. No mesmo período, foi publicado o Plano de Gestão de Crises, fortalecendo a governança e a capacidade de resposta da Cia. Os resultados refletem a consistência dessas práticas: 3.242.774 horas trabalhadas sem acidente com afastamento desde o início da operação da UTE GNA I; 20.932.832 horas sem afastamento em toda a obra da GNA II; e 206.152 horas sem afastamento desde o início da operação da UTE GNA II. Esses indicadores reforçam que, para a GNA, a segurança é valor negociável e um dos principais ativos do negócio. **xii. Sustentabilidade:** A sustentabilidade é um pilar estratégico para GNA. A Cia. atua de forma integrada ao desenvolvimento socioeconômico dos colaboradores e das comunidades de onde está presente, assegurando a conservação ambiental e a adoção dos mais elevados padrões de ética, integridade e transparência. A atuação da Cia. é orientada pela Política de Sustentabilidade, que incorpora os princípios ESG à gestão corporativa e direciona a execução da Estratégia de Sustentabilidade. Como signatária do Pacto Global da ONU, a GNA mantém compromisso público com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), alinhando suas iniciativas às melhores práticas internacionais. Em 2025, os principais avanços foram: **Revisão da Estratégia de Sustentabilidade**, com base na nova Matriz de Dupla Materialidade, reforçando a priorização de temas estratégicos para o negócio e para os stakeholders. **Reconhecimento pelo quarto ano consecutivo com o selo de mais alto nível de qualificação no Registro Público de Emissões**, referente aos dados de Gases de Efeito Estufa (GEE) de 2024, evidenciando transparência e robustez na gestão climática. **Aprimoramento do programa de gestão de riscos em violência baseada em gênero**, com ampliação do escopo junto a fornecedores terceirizados. **Fortalecimento das iniciativas de conservação da biodiversidade**, com a continuidade do monitoramento do lagarto-da-cauda-verde, parceria para a preservação da preguiça-de-coleira-do-sudeste com a Reserva Cauara e a UENF, e início de estudo próprio sobre o ratinho-goytacá. **Execução de novos projetos de investimento social voluntário**, ampliando o impacto positivo no território e o engajamento comunitário. **Agradecimentos:** A Administração da UTE GNA I agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Cia. no ano de 2025. *A Administração*

Balancos patrimoniais em 31/12/25 e 2024

	Nota	2025	2024
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	395.156	425.055
Depósitos bancários vinculados	9	137.523	32.758
Clientes	11	150.728	294.430
Contas a receber - partes relacionadas	10	11.254	4.459
Estoque	12	80.669	65.923
Adiantamentos		7.370	8.067
Despesas antecipadas	13	32.495	42.284
Impostos a recuperar	14	6.303	5.746
IR e C.S. a recuperar	14	10.567	16
Instrumentos financeiros derivativos	31	636	5.119
Total do ativo circulante		832.701	883.857
Não circulante			
Despesas antecipadas	13	385	15.789
Impostos a recuperar	14	-	1
Impostos diferidos	15	564.950	569.835
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	4.343
Depósitos bancários vinculados	9	11.039	10.306
Imobilizado	16	3.963.946	4.122.750
Intangível	17	26.016	27.248
Direito de uso	18	288.648	296.928
Total do ativo não circulante		4.854.984	5.047.200
Total do ativo		5.687.685	5.931.057
Passivo Circulante			
Fornecedores	19	91.363	102.296
Salários e encargos a pagar	20	21.360	11.722
Contas a pagar - partes relacionadas	10	149.811	321.835
Empréstimos e financiamentos	23	386.230	430.511
Impostos e contribuições a recolher	21	9.136	22.149
Encargos setoriais e benefícios tributários	22	60.411	55.562
Instrumentos financeiros derivativos	31	3.327	-
Passivos de arrendamento	18	82.667	74.247
Outras contas a pagar		112	80
Total do passivo circulante		804.417	1.018.402
Não circulante			
Contas a pagar - partes relacionadas	10	903.478	764.527
Mútuo - partes relacionadas	10	276.352	241.751
Empréstimos e financiamentos	23	3.037.073	3.179.637
Salários e encargos a pagar		639	3.504
Provisão para contingências	24	-	330
Passivos de arrendamento	18	656.455	706.812
Total do passivo não circulante		4.873.997	4.896.561
Patrimônio líquido	25		
Capital social		1.007.002	1.007.002
Reservas de capital		1.007.002	1.007.002
Outros resultados abrangentes		(695)	5.990
Prejuízos acumulados		(2.004.038)	(2.003.900)
Total do patrimônio líquido		9.271	16.094
Total do passivo e patrimônio líquido		5.687.685	5.931.057

Notas explicativas às DFs (Em MRS, exceto quando indicado de outra forma)
1 Contexto operacional: A UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("UTE GNA I" ou "Cia.") com sede em São João da Barra, no estado do RJ, foi constituída em 17/09/15 e em 20/10/17 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Sociedade, que passou de sociedade empresarial Ltda. para S.A. de capital fechado. Tem como objeto societário estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito; comercializar energia elétrica; atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração e transmissão de energia; construir, manter, operar e explorar terminais de gás natural liquefeito (GNL) e dutos de gás natural; transportar gases e líquidos por dutos de transporte e de transferência e participar em outras sociedades, bem como representar sociedades nacionais e estrangeiras. A UTE GNA I opera (i) uma usina termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.338 MW que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo derivadas de seus contratos de comercialização de energia; (ii) um terminal de regaseificação de GNL ("Terminal de Regaseificação"), o qual disponibilizará capacidade para importar gás natural para o Projeto GNA I, para futuras usinas de energia, e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açu. A Cia. faz parte do desenvolvimento do chamado "Açu Gás Hub", localizado estrategicamente no nordeste do estado do RJ, que

Demonstrações dos resultados em 31/12/25 e 2024 (Em MRS)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	26	1.162.882	1.616.442
Custo de bens e/ou serviços	27	(786.996)	(1.360.885)
Resultado bruto		375.886	255.557
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	28	(37.808)	(85.734)
Redução ao valor realizável líquido dos estoques e outras perdas	8	(14)	(90)
Outras receitas	29	62.467	40.098
Outras despesas	29	(15)	(137)
Resultado antes do resultado financeiro		400.516	209.694
Resultado financeiro	30		
Receitas financeiras		307.809	95.986
Despesas financeiras		(700.533)	(985.055)
Resultado financeiro líquido		(392.724)	(889.069)
Resultado antes dos impostos		7.792	(679.375)
IR e C.S. diferido	15	(7.930)	(13.672)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(138)	(665.703)
Resultado por ação			
Lucro (prejuízo) por ação ordinária - básico e diluído em R\$		0,00007	(0,33054)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/25 e 2024 (Em MRS)

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(138)	(665.703)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ganhos e perdas em operações hedge	(9.730)	27.589
IR e C.S. sobre outros resultados abrangentes	3.045	(9.380)
Total do prejuízo abrangente do exercício	(6.823)	(647.494)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/25 e 2024 (Em MRS)

	Capital social	Reserva de emissão de ações	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01/01/24	1.007.002	1.007.002	(12.219)	(1.338.197)	663.

UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 23.449.511/0001-90

ocoreu o início do comissionamento de UTE GNA II, fato que permitiu um compartilhamento de custos operacionais de UTE GNA I e que trará, de forma gradual, uma melhora na margem operacional da Cia. Além disto, a margem operacional é positivamente impactada anualmente pelo efeito combinado de receitas fixas indexadas ao IPCA, balanceada por custos fixos e despesas gerais evoluindo abaixo da inflação. Por fim, a amortização do saldo devedor da dívida confere um perfil decrescente de gastos com juros a cada exercício futuro. Em 3/01/24, a Cia. contratou empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 150.000 junto ao Banco ABC Brasil S.A., por meio da emissão de Notas Comerciais Escriturais, com prazo original de vencimento de 1 ano, remuneração correspondente ao CDI acrescido de 2,25% ao ano e amortização do principal em parcela única no vencimento ("bullet"). Os recursos captados foram destinados exclusivamente ao pagamento de cargas de gás. Em 27/12/24, o vencimento das Notas Comerciais foi prorrogado por mais 1 ano, passando a ocorrer em 5/01/26. Em 23/12/25, a UTE GNA I efetuou a liquidação integral antecipada do principal e dos respectivos encargos financeiros, no montante de R\$ 175.015, conforme apresentado na Nota 23. A avaliação dos fluxos de caixa futuros demonstra que a Cia. terá geração de caixa gradativamente melhorada ao longo dos períodos, e suficiente para pagamentos das parcelas da dívida e de seus compromissos de curto e LPs. Portanto, a administração considera em sua melhor estimativa que o risco de ocorrência de quaisquer inadimplementos e consequente continuidade operacional estão mitigados. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC):** As DFs foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das DFs foi autorizada pela Administração da Cia. em 13/03/26. Detalhes sobre as políticas contábeis da Cia. estão apresentadas na nota explicativa 6. **3 Base de mensuração:** As DFs foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros a valor justo por outros resultados abrangentes. **4 Moeda funcional:** Estas DFs estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas DFs, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Cia. e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas DF-s estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 15** - reconhecimento de impostos de renda e C.S. diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados; **Notas 16 e 17** - definição da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis; **Nota 16.1** - Avaliação de indicadores para impairment; principais premissas em relação aos valores recuperáveis dos ativos; **6 Políticas contábeis materiais:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs, salvo indicação ao contrário. **a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros:** Incluem caixa e equivalente de caixa, clientes, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos. A Cia. reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cia. se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão - para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Cia. deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia. transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Cia. não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro. **Classificação e Mensuração Subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes) ou VJR (Valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros; nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Cia. mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro darem origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Cia. altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *Impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *Impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **(ii) Passivos Financeiros:** são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Cia. deixa de conhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. Não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contra-prestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos:** A Cia. faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido. No início de relacionamentos de hedge designados, a Cia. documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Cia. também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente. **Hedges de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes - ORA, e são Ltda.s à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde a designação do hedge. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização de hedge ou se o instrumento de hedge for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente. **b. Imobilizado: b.1 Imobilizado em operação e administrativo Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*Impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens definida em termos da utilidade esperada do ativo para a Cia. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em uso são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Benefitorias em propriedades de terceiros	25 anos
Imobilizado em operação (*)	23 anos

(*) A Cia. contratou a consultoria de empresa especializada em avaliação de vida útil de ativos durante o exercício de 2021 para avaliar o imobilizado em operação.

Itens de Imobilizado (operação)	Tempo de depreciação
Edificações, Obras civis e benfeitorias	23 anos
Máquinas e equipamentos	6 a 23 anos
Móveis e utensílios	6 a 23 anos
Serviçoes	23 anos
Softwares	5 anos
Veículos	7 anos

b.2 - Peças sobressalentes O&M e LTMP: Reconhecimento e mensuração: As peças sobressalentes são reconhecidas pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*Impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de uma peça sobressalente são reconhecidos no resultado. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens definida em termos da utilidade esperada do ativo para a Cia. A vida útil estimada das peças sobressalentes é de 23 anos, devido elas fazerem parte de um conjunto de peças que formam uma turbina a vapor. **c. Intangível:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. O direito de comercialização de energia possui taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, Ltda. ao prazo de vencimento do contrato de *Power Purchase Agreement* (PPA). As vidas úteis estimadas do ativo intangível são as seguintes:

Licença de uso de Software	5 anos
Direito de exploração	23 anos

d. Redução ao valor recuperável ("impairment") Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma proporcional. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **Ativos financeiros não-derivativos:** A Cia. reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. **e. Estoques:** Os estoques

são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no PEPS (primeiro que entra primeiro que sai). Conforme mencionado na nota 2, em 31/12/24, a Cia. revisou a sua política contábil. **f. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida conforme o CPC 47 / IFRS 15, quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Cia. e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, independentemente do momento do recebimento. A Cia. aplica os cinco passos definidos pela norma para reconhecimento da receita: 1. Identificação dos contratos com clientes no ambiente regulado (CCEARs); 2. Identificação das obrigações de desempenho, sendo: • Disponibilidade de energia (receita fixa); • Entrega de energia gerada (receita variável); 3. Determinação do preço da transação, conforme cláusulas contratuais dos CCEARs; 4. Alocação do preço às obrigações de desempenho; 5. Reconhecimento da receita, sendo: • Receita fixa reconhecida linearmente ao longo do prazo contratual (disponibilidade); • Receita variável reconhecida conforme geração e entrega de energia, inclusive no MCP (Mercado de Curto Prazo), quando aplicável. O Receita de venda de GNL (*Intank Transfer*) em operações intercompra, reconhecida conforme a transferência do controle do combustível entre as unidades, de acordo com o regime de competência. As receitas estão em conformidade com os contratos de concessão e as regras do mercado de energia. **g. Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas de energia elétrica da Cia., referentes ao contrato de autorização, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo); COFINS (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo); Esses tributos são deduzidos das receitas operacionais da Cia., as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis. **h. Pesquisa e desenvolvimento (encargos setoriais):** As empresas reguladas pela ANEEL têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24/07/2000, e, por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida - ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico. **i. IR e C.S.:** O IR e a C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IR e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de C.S., Ltda. a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IR e C.S. compreende os impostos de renda e C.S. correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Despesas de IR e C.S. corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Despesas de IR e C.S. diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de IR e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. **j. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **k. Receitas e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **1. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Cia. tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Cia. requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Cia. mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Cia. utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Cia. mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Cia. determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **m. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Cia. pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **n. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Cia. avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Cia. utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16. Esta política foi aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º/01/19. **(j) Como arrendatário:** A Cia. reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas renovações do passivo de arrendamento. Os prazos dos contratos de arrendamento vigentes em 2025 são: FSRU: 23 anos; Terreno: 23 anos; Sala Comercial: 5 anos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Cia. A Cia. determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Cia. alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Cia. apresenta ativos de direito de uso de arrendamento em "direito de uso" e passivos de arrendamento em "passivos de arrendamento" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Cia. optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos com valores abaixo de USD 5 mil e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Cia. reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos com uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/25. A Cia. não adotou essas normas na preparação destas DFs: • IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/27. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de IR. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtítulo de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas DFs. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas DFs. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtítulo do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa e para apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Cia. ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Cia., a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. As DFs também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas DFs.

Em MRS		Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda (1)	Provisão de Perda
Nível 1	AAA		395.290	0,01%	(134)
(1) Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 31/12/25. A movimentação em 31/12/25 e 2024 da perda estimada foi:					
Saldo em 01/01/24					(30)
Adição					(90)
Saldo em 31/12/24					(120)
Adição					(14)
Saldo em 31/12/25					(134)
9 Depósitos bancários vinculados			2025		2024
Ativo circulante					
Depósito para serviço da dívida (a)			107.323		1
Depósito MRA (b)			30.200		32.757
			137.523		32.757
Ativo não circulante					
Depósito NTN-B (c)			11.039		10.306
			11.039		10.306

(a) Saldo para pagamento do serviço da dívida, conforme obrigatoriedade exigida em contrato de conta controlada Citibank. (b) Em outubro de 2024, a UTE GNA I realizou o depósito de USD 5.250 em conta offshore designada MRA - Maintenance Reserve Account - para atender a uma obrigação contratual (Contrato: Global Amendment and Restatement Agreement) de uma possível necessidade de manutenção da turbina (modelo SG76-8000H) da usina, o montante em conta offshore deve ficar disponível até o sexto aniversário de operação da UTE GNA I. (c) Em maio de 2019, a GNA I cedeu fiduciariamente em garantia, em favor do BNDES, Títulos Públicos Federais 2.619 títulos (NTN-B 2035), com vencimento em 2035, que permanecerão disponíveis até o final das obrigações no contrato de financiamento. A quantidade de títulos não sofreu alteração desde a aquisição. A movimentação em 31 de dezembro 2025 e 2024 do título foi:

		2025	2024
	Saldo em 01/01/24	11.654	85.229
Pagamento para serviço da dívida (fluxo de caixa)	(85.228)	-	(85.228)
Depósito para serviço da dívida (fluxo de caixa)	-	29.878	29.878
Variação cambial	-	2.632	2.632
Recebimento de juros (fluxo de caixa)	(668)	-	247
Provisão de juros (nota 23 result. financeiro)	(680)	-	(680)
Saldo em 31/12/24	10.306	1 32.757	43.064
Pagto. para serviço da dívida (fluxo de caixa)	(147.553)	-	(147.553)
Depósito para serviço da dívida (fluxo de caixa)	-	254.875	-
Variação cambial	-	-	(3.663)
Recebimento de juros (fluxo de caixa)	(702)	-	1.106
Provisão de juros (nota 23 result. financeiro)	1.435	-	-
Saldo em 31/12/25	11.039	107.323	30.200

10 Partes Relacionadas: A Cia. adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/o exigidas pela legislação e regulamentação em vigor. O Acordo de Acionistas da Cia. estabelece diretrizes que visam assegurar que as transações entre a Cia. e suas partes relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da GNA, com independência e transparência, de forma a prevenir situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo partes relacionadas. Além disso, o Código de Conduta da GNA estabelece regras com o objetivo de prevenir situações de conflito de interesses envolvendo qualquer colaborador da Cia., as quais são aplicáveis a todos os colaboradores e *stakeholders* da GNA. Em conformidade com a Lei das S.A., os membros do Conselho de Administração da Cia. estão proibidos de deliberar sobre qualquer matéria ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Cia. Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/25 e 31/12/24, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Cia. com empresas sob controle comum, acionistas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

		2025	2024
Total Ativo:			
Contas a receber - circulante			
GNA Infra - Controlador em conjunto (a)		273	314
GNA HoldCo - Acionista indireto (a)		1.193	501
UTE GNA II - Sob controle comum (a)		7.201	2.429
		8.667	3.244
Total do ativo			
Contas a receber - Rateio custos variáveis (SFA-Shared Facilities Agreement)			
UTE GNA II - Sob controle comum (h)		2.587	1.215
		2.587	1.215
Total		11.254	4.459
Total Passivo:			
Contas a pagar			
Contas a pagar - transações - circulante			
GNA HoldCo - Acionista indireto (a)		42	314
GNA Infra - Controlador em conjunto (a)		2	14
UTE GNA II - Sob controle comum (a)		23	11
Porto do Açú Operações S.A. - Investida do acionista (b) e (f)		17	11
Siemens Aktiengesellschaft - Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto (c) e (g)		1.596	24.964
Siemens Energy Brasil Ltda - Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto (c)		1.887	2.732
Siemens Energy Inc. - Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto (c)		62.779	79.287
Siemens Power Generation Service - Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto (c)		35	884
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (d)		82.979	209.268
Reserva Ambiental Fazenda Caruara - Investida do acionista e)		32	28
Ambipar Environment Water Solutions Açú S/A - Investida do acionista (i)		7	34
EFEN Combustíveis Marítimos Ltda. - Investida do acionista (k)		412	-
		149.811	317.547
Total			
Adiantamento-Monthly Charge (SFA - Shared Facilities Agreement)			
UTE GNA II - Sob controle comum (h)		-	4.288
		-	4.288
Total		149.811	321.835
Contas a pagar-contrato subordinado - não circulante			
Siemens Energy Brasil Ltda (f) - Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto		89.199	71.525
Siemens Energy Inc. - Acionista indireto (f)		40.741	34.659
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (f)		548.478	494.093
SPIC Brasil - Controlador em conjunto (f)		225.060	164.250
		903.478	764.527
Contas a pagar - mútuo - não circulante			
GNA Infra - Controlador em conjunto (l)		117.860	103.104
Siemens - Controlador em conjunto (l)		67.273	58.849
SPIC Brasil - Controlador em conjunto (l)		91.219	79.798
		276.352	241.751
Total Resultado:			
Custos sobre contrato subordinado		2025	2024
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (f)		(133.028)	(126.569)
Siemens Energy Inc. - Acionista indireto (f)		(7.107)	(7.499)
Siemens Energy Brasil Ltda (f) - Parte do grupo econômico da Siemens Par, a qual é controlador em conjunto		(23.010)	(21.176)
SPIC Brasil - Controlador em conjunto (f)		(26.357)	(23.101)
		(189.502)	(178.345)
Gastos e reembolsos compartilhados			
GNA HoldCo - Acionista indireto (a)		6.174	1.990
GNA Infra - Controlador em conjunto (a)		2.503	2.980
UTE GNA II - Sob controle comum (a)		37.911	27.945
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (j)		-	(33.523)
Ferroport - Investida do acionista (a)		(3)	(21)
		46.585	(629)
Custos e reembolsos-GNL			
BP Global - Controlada do acionista minoritário da acionista majoritária (d)		50.387	21.851
		50.387	21.851
Custos e reembolsos compartilhados-SFA			
UTE GNA II - Sob controle comum (h)		15.181	9.315
		15.181	9.315
Outros resultados			
UTE GNA II - Sob controle comum (h)		53.643	30.157
		53.643	30.157
Despesas Financeiras-juros sobre mútuo			
GNA Infra - Controlador em conjunto (l)		(14.756)	(10.499)
Siemens - Controlador em conjunto (l)		(8.423)	(5.933)
SPIC Brasil - Controlador em conjunto (l)		(11.422)	(8.126)
		(34.601)	(24.61



UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Cia. e do mercado, tendo iniciado suas operações em 16/09/21.

tratos EPC UTE - Fomecimento de equipamentos e serviços para a implantação da térmica / O&M e LTMP UTE - Fomecimento de peças sobressalentes e serviços de operação e manutenção; (d) Valores referentes ao Contrato de Fomecimento de Gás Natural, Reconcliação Invoices e reembolso de Demurrage; (e) Prestação de serviços na reserva Caruaru referente ao controle de mudas; (f) Contrato subordinado faz parte das condições do contrato de financiamento, que prevê que os pagamentos serão efetuados quando do atingimento de índices de caixa determinados em contrato pela UTE GNA I. Como a obrigação dos contratos iniciaram com a operação comercial, mas o pagamento não foi realizado em razão da subordinação mencionada acima, vem sendo constituída a respectiva obrigação como passivo de partes relacionadas. Contratos subordinados referente à: (i) Porto do Açu-Contrato de arrendamento do terreno mencionado na nota 12 de Direito de uso e passivo de arrendamento, (ii) contrato de Operation and maintenance (O&M) e Long term maintenance plan ("LTMP") parcela fixa com a Siemens Energy, (iii) contrato de suprimento de GNL que prevê o pagamento de Flexible Fee com a bp Gas Marketing Limited ("bpGM"). Além disso, em razão da sub-rogação da SPIC Brasil em parcela do montante devido nos contratos subordinados da PdA e bpGM, a UTE GNA I pagará tais valores à SPIC Brasil quando cumpridas todas as condições para a liberação dos pagamentos subordinados; g) A parcela remanescente da indenização de seguros objeto do acordo firmado com a Siemens Aktiengesellschaft foi integralmente liquidada em dezembro de 2025, por meio do respectivo acordo de liquidação de seguros (R\$ 22.125 em 31/12/24). No mesmo período, os impostos de importação pagos de forma antecipada pela Siemens, no montante de R\$ 2.821 (R\$ 2.839 em 31/12/24), foram quitados. Em dezembro de 2025, ocorreu o pagamento da obrigação relacionada à indenização, que foi compensado com os valores referentes aos impostos de importação da UTE GNA I. Dessa forma, o saldo residual refere-se exclusivamente aos impostos de importação pagos anteriormente pela Siemens, os quais deverão ser ressarcidos pela UTE GNA I; (h) Shared Facilities Agreement-SFA: Contrato de compartilhamento de gás entre as empresas UTE GNA I x UTE GNA II (Monthly Charge + Rateio custos variáveis). Valor recebido de forma antecipada, e compensada no mês subsequente; (i) Valor referente a serviços de abastecimento de água industrial do Complexo Industrial do Porto do Açu; (j) Gastos dos encargos judiciais do processo da arbitragem BPGM; (k) Gasto com abastecimento de diesel marítimo da FSRU; (l) Apropriação dos juros sobre mútuo. Esses mútuos em Reais não possuem vencimento e são indexados a 100% CDI. Veja movimentação abaixo:

	Infra	SPIC	Siemens	Total
Saldo em 01/01/24	92.605	71.672	52.856	217.133
Juros apropriados	10.499	8.126	5.993	24.618
Saldo em 31/12/24	103.104	79.798	58.849	241.751
Juros apropriados	14.756	11.421	8.424	34.601
Saldo em 31/12/25	117.860	91.219	67.273	276.352

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	2025	2024
Diretores		
Pró-labore	(2.296)	(2.091)
Bônus	(8.506)	(4.729)
Benefícios e encargos	(694)	(632)
Total	(11.496)	(7.452)

	2025	2024
11 Clientes		
Ativo circulante		
Clientes Nacionais - Mercado Regulado - Receita Fixa (a)	133.002	131.696
Clientes Nacionais - Mercado Regulado - Receita Variável (a)	17.726	11.976
Clientes Nacionais - Mercado de Curto Prazo (b)	-	150.758
Total	150.728	294.430

(a) Valores referentes a venda de energia elétrica no Mercado Regulado; (b) Valores referentes a venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo. No decorrer do ano de 2025, a usina foi enquadrada na ordem de mérito para despacho, porém não foi efetivamente acionada pelo ONS, configurando um cenário de *constrained-off*, conforme previsto nas diretrizes operacionais do setor elétrico. Esse evento não gerou impacto no resultado do período.

	2025	2024
12 Estoques		
Ativo circulante		
Estoque GNL - gás natural liquefeito	80.255	64.908
Estoque MGO - <i>marine gas oil</i>	414	692
Estoque O&M - operação e manutenção	-	323
Total	80.669	65.923

Em 31/12/25 o consumo de GNL e MGO para operação registrados foi de R\$ 41.355 (R\$ 614.736 em 31/12/24). As movimentações do estoque em 2025 e 2024 estão devidamente demonstradas abaixo:

	Estoque GNL	Estoque MGO	Estoque O&M	Total
Saldo em 01/01/24	53.773	639	323	54.735
Adição	623.889	2.035	-	625.924
Saída para consumo operação	(578.964)	(1.982)	-	(580.946)
Saída para venda - <i>Intank transfer*</i>	(33.790)	-	-	(33.790)
Saldo em 31/12/24	64.908	692	323	65.923
Adição	92.690	557	-	93.247
Saída para consumo operação	(40.197)	(835)	(323)	(41.355)
Saída para venda - <i>Intank transfer*</i>	(37.146)	-	-	(37.146)
Saldo em 31/12/25	80.255	414	-	80.669

(*) *Intank Transfer* (ITT) é o processo que viabiliza a transferência de moléculas de GNL entre as usinas termelétricas, sendo uma operação essencial para assegurar o suprimento contínuo de combustível, considerando a capacidade limitada de armazenamento da FSRU e as condições específicas de despacho de cada unidade. A movimentação registrada representa uma realocação interna de volumes. Com base na sua norma de avaliação de estoque de GNL, a Cia. avaliou que para 31/12/25 não há necessidade de provisão para reduzir os estoques de gás natural ao valor líquido de realização.

	2025	2024
13 Despesas antecipadas		
Ativo circulante		
Prêmio de seguros (a)	15.701	33.840
Créditos com terceiros (P&D) (b)	16.758	8.444
Despesa antecipada - Outras (c)	36	-
Total	32.495	42.284

	2025	2024
Ativo não circulante		
Prêmio de seguros (a)	385	15.789
Total	385	15.789

(a) Prêmios de seguros: riscos de engenharia, responsabilidade civil, transportes, FSRU, fiança, incêndio e garantia; (b) Créditos com terceiros (P&D): a composição se dá por serviços de gestão, planejamento, estudo, controle, execução, e consultoria em projetos de P&D. Conforme Art. 2º da Lei 9.991/20, as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico; (c) Renovação das licenças de software.

	2025	2024
14 Impostos a recuperar		
Ativo circulante		
Impostos a recuperar		
IR retido na fonte ("IRRF")	1.123	5.256
PIS / COFINS a recuperar	5.003	326
ICMS a recuperar	172	159
ISS a recuperar	5	5
Total	6.303	5.746

	2025	2024
IR e C.S. a recuperar		
IR e C.S. ("IRPJ/CSLL")	10.567	16
Total	10.567	16

	2025	2024
Ativo Não circulante		
IR e C.S. a recuperar	-	1
IR e C.S. ("IRPJ/CSLL")	-	1
Total	-	1

	2025	2024
15 Impostos diferidos: 15.1 Saldo de impostos diferidos ativos e passivos:		
Impostos diferidos ativos	564.991	572.921
Impostos diferidos passivos	(41)	(3.086)
Total	564.950	569.835

	2025	2024
15.2 Saldo de impostos diferidos por natureza:		
Prejuízo fiscal e base negativa	564.991	568.111
Diferenças temporárias outras	-	4.810
Total impostos diferidos ativos	564.991	572.921
Diferenças temporárias outras	(41)	(3.086)
Total impostos diferidos passivos	(41)	(3.086)
Total impostos diferidos	564.950	569.835

	2025	2024
15.3 Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:		
Impostos dife-ridos ativos	587.316	(18.003)
Impostos dife-ridos passivos	(19.205)	(19.205)
Saldo em 01/01/24	587.316	(18.003)

	2025	2024
Prejuízo fiscal e base negativa	(19.205)	(19.205)
Diferenças temporárias variação cambial IFRS 16	-	331
Diferenças temporárias - resultado financeiro	-	10.243
Diferenças temporárias outras	4.810	4.343
Saldo em 31/12/2024	572.921	(3.086)

	2025	2024
Prejuízo fiscal e base negativa	(3.120)	(3.120)
Derivativos marcados a MTM	-	3.045
Diferenças temporárias outras	(4.810)	(4.810)
Saldo em 31/12/2025	564.991	(41)

	2025	2024
15.4 Conciliação da alíquota de imposto efetiva		
Lucro (prejuízo) contábil antes dos impostos	7.792	(679.375)
Alíquota IR e C.S.	34%	34%
IR e C.S. (base x alíquota)	(2.649)	230.988

	2025	2024
Adições permanentes:		
Diferenças Permanentes	(3.839)	(2.462)
Ajuste Transfer Pricing	-	(3.779)
Diferenças Temporárias não reconhecidas no ano	49.530	(81.106)
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(50.972)	(129.969)
Total do IR e C.S. do exercício (*)	(7.930)	13.672
Diferido	(7.930)	13.672
Total	(7.930)	(101,77) % (2,01%)

(*) Em 31/12/25, com base em revisão do estudo de recuperabilidade, a Cia. concluiu que parte dos ativos fiscais diferidos registrados deveriam ser provisionados para perda devido falta de expectativa de realização. Dessa forma, foi efetuada a baixa do montante de R\$ 7.930. Estudos técnicos de viabilidade indicam capacidade de recuperação parcial, nos exercícios subsequentes. A Cia. em 31/12/25 detém de base prejuízo fiscal no montante de R\$ 2.284.425, com o montante de imposto de R\$ 776.705 (R\$ 2.157.832 em 31/12/24), com montante de imposto de R\$ 733.663, onde reconhece como ativo diferido o montante de R\$ 564.991 (R\$ 568.111 em 31/12/24). Adicionalmente, a Cia. em 31/12/25 detém R\$ 67.311 (R\$ 119.097 em 31/12/24) referente a diferenças temporárias ativas que não estão reconhecidas. Os montantes reconhecidos como ativo diferido

	Adiantamentos para formação de imobilizado (a)	Benefiteira em propriedade de terceiros	Imobilizado em andamento LT/SE	Imobilizado em operação	Peças Sobressalentes O&M e LTMP	Instalações Portuárias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de TI	Total
16 Imobilizado										
Saldo em 01/01/24	10.012	1.034	2.209	4.201.939	129.346	-	614	553	589	4.346.296
Adições	4.995	193	-	285	21.595	-	13.198	65	140	40.471
Baixas	-	-	-	(55.461)	-	-	-	(4)	(5)	(55.470)
Depreciação	-	(62)	-	(199.594)	(7.454)	-	(1.138)	(57)	(242)	(208.547)
Saldo em 31/12/24	15.007	1.165	2.209	3.947.169	143.487	-	12.674	557	482	4.122.750
Custo	15.007	1.292	2.209	4.630.171	165.603	-	13.897	811	1.813	4.830.803
Depreciação acumulada	-	(127)	-	(683.002)	(22.116)	-	(1.223)	(254)	(1.331)	(708.053)
Saldo em 31/12/24	15.007	1.165	2.209	3.947.169	143.487	-	12.674	557	482	4.122.750
Adições	17.564	185	-	-	40.057	-	7.150	188	1.186	66.330
Baixas	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)	(2)	(15)
Transferências	(14.657)	-	(2.209)	-	2.209	13.497	1.160	-	-	-
Depreciação	-	(92)	-	(205.444)	(11.823)	(5.624)	(1.703)	(74)	(359)	(225.119)
Saldo em 31/12/25	17.914	1.258	-	3.741.725	173.930	7.873	19.279	660	1.307	3.963.946
Custo	17.914	1.477	-	4.630.171	207.869	13.497	22.205	988	2.997	4.897.118
Depreciação acumulada	-	(219)	-	(888.446)	(33.939)	(5.624)	(2.926)	(328)	(1.690)	(933.172)
Saldo em 31/12/25	17.914	1.258	-	3.741.725	173.930	7.873	19.279	660	1.307	3.963.946
Taxa de depreciação	-%	-%	-%	4,96%	4,96%	10%	10%	10%	20%	

a) Adiantamento para peças sobressalentes: O saldo de adiantamentos em 31/12/25 e 31/12/24 é composto por valores de adiantamentos feitos para entrega de peças sobressalentes O&M e LTMP. **16.1 Avaliação dos indicadores de perda:** De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Cia. avalia periodicamente a existência de indicadores de desvalorização que possam afetar a recuperabilidade dos ativos. Em 31/12/24, a Cia. avaliou os indicadores de impairment considerando o cenário macroeconômico, taxa de desconto e previsões de despacho térmico. Apesar da redução na expectativa de despacho, não foram identificados indícios de que os valores contábeis superassem os valores recuperáveis. Em 31/12/25, não ocorreram mudanças relevantes nas premissas financeiras, macroeconômicas ou operacionais que configurassem indícios de desvalorização. Assim, não foi necessário realizar o teste completo de impairment. A Administração continuará monitorando periodicamente a existência de indicadores de perda, conforme previsto no CPC 01 (R1).

	Direito de comercialização de energia (*)	Licenças de software	Implantação de Sistemas	Total
17 Intangível				
Saldo em 01/01/24	26.957	1.032	749	28.738
Adições	(1.304)	(502)	316	316
Amortização	-	-	-	(1.806)
Saldo em 31/12/24	25.653	530	1.065	27.248
Custo	30.000	2.618	1.065	33.683
Amortização acumulada	(4.347)	(2.088)	-	(6.435)
Saldo em 31/12/24	25.653	530	1.065	27.248
Adições	-	1.541	135	1.676
Baixas	-	-	(1.066)	(1.066)
Amortização	(1.304)	(538)	-	(1.842)
Saldo em 31/12/25	24.349	1.533	134	26.016
Custo	30.000	4.159	134	34.293
Amortização acumulada	(5.651)	(2.626)	-	(8.277)
Saldo em 31/12/25	24.349	1.533	134	26.016
23 anos	5 anos	5 anos		

(*) Em 19/12/17, através da resolução autorizativa nº 6.769, a ANEEL transfere o direito de comercialização de energia à UTE GNA I. Iniciamos a amortização do direito de comercialização de energia após a entrada em operação que ocorreu no dia 16/09/21. **Direito de uso / Passivo de arrendamento:** As movimentações em 31/12/25 e 2024 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

	Salda comercial	FSRU	Total
18 Direito de uso			
Saldo em 01/01/24	90.036	1.697	203.466
Atualização de índice	5.936	78	6.014
Outros	-	10.853	10.853
Depreciação	(4.389)	(385)	(10.364)
Saldo em 31/12/24	91.583	1.390	203.965
Adições	-	307	307
Atualização de índice			



UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

IR Retido na Fonte ("IRRF"), relativos ao período 03/19 a dezembro de 2019, acumulados com juros de mora e multa de ofício, no valor total de R\$ 669.101 (R\$ 611.266 em 31/12/24). Os referidos impostos informados no auto de infração seriam incidentes sobre operações de remessa de recursos ao exterior, cujas naturezas foram identificadas como importação de mercadorias, pagamento de prêmio de seguro, Commitment fee e "outras remessas". Em 27/03/24, a UTE GNA I apresentou Impugnação em face dos autos de infração. Atualmente, aguarda-se a remessa dos autos à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento ("DRJ"), para distribuição e julgamento da Impugnação. A UTE GNA I analisou o documento em conjunto com seus especialistas jurídicos e tributários e chegou à conclusão de que os argumentos e fatos utilizados para a autuação da Cia. não possuem fundamentação adequada para o valor total cobrado em autuação. Portanto, a Cia., em sua melhor estimativa, considera que o montante equivalente à probabilidade de perda possível monta a R\$ 64.899 (R\$ 161.131 em 31/12/24). Excluindo-se a parcela avaliada como probabilidade de perda informada acima, o montante remanescente deste auto de infração é avaliado pela Administração com prognóstico de perda remoto. Em setembro de 2024 os autos do Processo foram distribuídos para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba/PR. Em novembro de 2024 foi proferido acórdão pela Delegacia de Julgamento que julgou parcialmente procedente a Impugnação apresentada pela UTE GNA I, reconhecendo (i) a autuação das remessas à Acciona Industrial e Siemens AG pelo IRRF 25% e CIDE 10%, (ii) o efetivo recolhimento do IRRF sobre as demais remessas realizadas à Innovera, e (iii) o efetivo recolhimento do IRRF sobre a remessa não informada em DCTF realizada à BP GLOBAL INVESTMENTS LIMITED. Em dezembro de 2024 a UTE GNA I apresentou Recurso Voluntário em face do Acórdão nº 109-023.018 proferido pela 12ª Turma da Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil-09, que julgou a Impugnação procedente em parte. Atualmente, por conta de uma questão processual, a relatora do caso sugeriu devolver o processo para separar os dois tributos em discussão-IRRF e CIDE -, que passarão a tramitar em processos distintos. Aguarda-se os próximos passos nessa tramitação. • **Arbitragem Acciona:** A UTE GNA I teve conhecimento da instauração de requerimento de arbitragem no dia 29/04/21, junto ao Tribunal ICC (International Chamber of Commerce), na qual foi requerida em procedimento instaurado pelas prestadoras de serviço Acciona Construcción e Acciona Industrial, as quais foram contratadas para viabilizar a implantação de projeto do terminal de GNL. Em 20/01/22, a Acciona apresentou as suas "alegações iniciais" onde requerem cerca de R\$ 185.000 (R\$ 185.000 em 31/12/23) para compensar possíveis perdas resultantes da violação de obrigações contratuais. Em 05/08/24 foi realizado acordo, no qual a Acciona realizou o pagamento do valor de R\$ 20.000 para a UTE GNA I. A sentença arbitral homologou o acordo entre as partes em 11/10/24.

25 Patrimônio líquido

	2025		2024	
	Quantidade de ações ordinárias	% participação	Quantidade de ações ordinárias	% participação
Acionistas				
GNA Infra	904.086	44,89%	904.086	44,89%
Siemens	445.297	22,11%	445.297	22,11%
SPIC	664.621	33,00%	664.621	33,00%
Total	2.014.004	100,00%	2.014.004	100,00%

a. **Capital social:** Em 31/12/25 e 2024, o capital social da Cia. é igual a R\$1.007.002, representado por 2.014.004 ações ON e sem valor nominal.

	Acionista			
	GNA Infra	Siemens	SPIC	Capital Social
Saldo em 01/01/24	452.043	222.648	332.311	1.007.002
Saldo em 31/12/24	452.043	222.648	332.311	1.007.002
Saldo em 31/12/25	452.043	222.648	332.311	1.007.002

b. **Reserva de capital:** Em 31/12/25 e 2024 a reserva de capital da Cia. é de R\$ 1.007.002, onde a GNA Infra possui o montante de R\$ 452.043, Siemens R\$ 222.648 e a SPIC R\$ 332.311.

	Acionista				Reserva de capital
	GNA Infra	Siemens	SPIC	Capital Social	
Saldo em 01/01/24	452.043	222.648	332.311	1.007.002	
Saldo em 31/12/24	452.043	222.648	332.311	1.007.002	
Saldo em 31/12/25	452.043	222.648	332.311	1.007.002	

c. **Outros resultados abrangentes:** Os saldos que compõem outros resultados abrangentes são relacionados ao reconhecimento da marcação a mercado do *hedge accounting* e imposto diferido reconhecido dessas marcações a mercado. d. **Prejuízos acumulados:** A Cia. é uma S.A. Fechada e observa, para fins de apuração e destinação do resultado, as disposições previstas na Lei nº 6.404/1976. • **Resultado do Exercício de 2025:** Prejuízo líquido do exercício em 2025: R\$ (138); Prejuízos acumulados de exercícios anteriores: R\$ (2.003.900); Capital social: R\$ 1.007.002. e. **Reserva legal:** Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. Nos exercícios findos em 31/12/25 e 2024 a Cia. apresentou prejuízo não havendo constituição de reserva legal (31/12/24 apresentou prejuízo). f. **Dividendos:** As ações da Cia. participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da Lei 6.404/76. Nos exercícios findos em 31/12/25 e 2024 a Cia. apresentou prejuízos não havendo distribuição de dividendos. g. **26 Receita líquida de serviços:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que esses benefícios econômicos serão gerados para a Cia., quando é possível retratar a transferência de bens e ou serviços, neste caso o fornecimento de energia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita por disponibilidade, geração e comercialização de energia elétrica (faturada e provisionada) e pela venda de energia no mercado de curto prazo, ambiente CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), que estão reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. O prazo de vigência do contrato de autorização é de 23 anos, encerrando em maio de 2044. No decorrer do ano de 2025, a usina foi enquadrada na ordem de mérito para despacho, porém não foi efetivamente acionada pelo ONS, configurando um cenário de *constrained-off* , conforme previsto nas diretrizes operacionais do setor elétrico. Esse evento não gerou impacto no resultado do período. A composição da receita líquida da Cia. é conforme quadro abaixo:

	2025	2024
Receita bruta		
Mercado Regulado Receita Fixa	1.152.414	1.102.029
Mercado Regulado Receita Variável	99.669	485.524
Mercado de Curto Prazo	1.085	204.091
Venda de GNL	75.020	43.605
Receita de Comercialização-Mercado Livre	588	-
	1.328.776	1.835.249
Encargos sobre faturamento		
PIS/COFINS-Mercado Livre	(54)	-
PIS/COFINS - Mercado Regulado	(115.818)	(146.848)
ICMS/FECP - Mercado Regulado	(23.841)	(28.536)
Encargos setoriais - Mercado Regulado	(10.957)	(13.928)
PIS/COFINS - Mercado Curto Prazo	(100)	(18.879)
Encargos setoriais - Mercado Curto Prazo	(10)	(1.834)
PIS/COFINS - Venda de GNL	(6.107)	(3.549)
ICMS - Venda de GNL	(9.002)	(5.233)
Encargos setoriais-Mercado Livre	(5)	-
	(165.894)	(218.807)
	1.162.882	1.616.442
Receita líquida		
27 Custos de bens e/ou serviços prestados		
Consumo operação GNL a)	(40.197)	(578.964)
Saída para venda GNL a)	(37.146)	(33.790)
Serviços operacionais	(289.929)	(329.590)
Depreciação e amortização	(239.469)	(222.353)
Impostos, multas e taxas	(141.471)	(151.876)
Seguros	(34.905)	(27.998)
Consumo operação MGO b)	(835)	(1.982)
Outras	(3.044)	(14.332)
	(786.996)	(1.360.885)

a) Parcela do consumo de estoque GNL para operação, conforme informado na nota 12 e em 31/12/25 consumo referente a venda de GNL para a empresa UTE GNA II no montante de R\$ 37.146. b) Parcela do consumo de estoque MGO para operação conforme informado na nota 12.

28 **Despesas gerais e administrativas**

	2025	2024
Pessoal	(23.864)	(19.229)
TI e Telecom	(3.729)	(2.788)
Depreciação e amortização	(2.533)	(2.389)
Despesas jurídicas a)	(951)	(54.302)
Outras	(6.731)	(7.026)
Total	(37.808)	(85.734)

a) Conforme mencionado na nota 1 contexto operacional foi reconhecido o montante de R\$ 33.523 referente aos encargos judiciais e impostos do processo da arbitragem com a bpGM.

29 **Outras despesas e receitas**

	2025	2024
SFA - Share Facility Agreement a)	62.458	35.821
Recuperação de despesas b)	-	4.264
Outras	9	13
	62.467	40.098

Outras despesas

	2025	2024
Imobilizado	(15)	(4)
Perda	-	(133)
	(15)	(137)

Outros resultados

	2025	2024
	62.452	39.961

a) A partir do início do SFA (Share Facility Agreement), em 31/05/24, a UTE GNA I passou a emitir mensalmente para a UTE GNA II duas taxas denominadas "Monthly Charge" e "SFA other costs" referente ao compartilhamento de infraestrutura necessárias para a operação da UTE GNA II. b) Acciona - Em 05/08/24 foi concluído o acordo, onde foi dada a quitação do saldo devido entre UTE GNA I e Acciona, onde parte do valor foi reconhecido como recuperação de despesas.

30 **Resultado financeiro**

	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(396.169)	(411.134)
Encargos financeiros	-	(10.866)
Custo de transação	(43.973)	(41.790)
Juros de arrendamento	(93.355)	(87.721)
Perda em operações de Hedge (NDF)	(2.635)	(262)
Comissões e corretagens	(7.731)	(23.118)
Juros sobre mútuos	(34.601)	(24.618)
IOF	(949)	(3.332)
Juros e multas contratos subordinados	(6.517)	(6.154)
Despesa variação cambial de arrendamento	(43.669)	(147.017)
Variação cambial	(7.899)	(40.444)
Despesa variação cambial contrato subordinado	(58.057)	(182.947)
Outras	(4.978)	(5.652)
Total	(700.533)	(985.055)

Receitas financeiras

	2025	2024
Receita variação cambial de arrendamento	109.691	21.097
Variação cambial	13.254	-
Receita variação cambial contrato subordinado	132.605	49.860
Juros sobre aplicações financeiras	49.345	23.257
Ganho em operações de Hedge (NDF)	644	1.379
Outras	2.270	393
Total	307.809	95.996

Resultado financeiro líquido

	2025	2024
	(392.724)	(889.069)

31 **Gestão de riscos financeiros: a. Considerações gerais e políticas internas:** A gestão dos riscos financeiros da Cia. segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, e na Política de Risco de Crédito aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros. O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados. Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito a proteção e mitigação de riscos de mercado, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos. A Cia. está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Riscos	Origem da exposição	Gestão	Valores 2025	Valores 2024
Risco de mercado-taxa de câmbio	Instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de hedge com NDF.	Montante total de NDF contratada R\$ 100.321; Montante NDF contratada para fornecedores estrangeiros R\$ 23.985; Montante NDF contratada para contrato de arrendamento em moeda estrangeira R\$ 76.336; Demais exposições não cobertas via operação de hedge descritas no item (i) abaixo.	Montante total de NDF contratada R\$ 56.460; Montante NDF contratada para fornecedores estrangeiros R\$ 14.435; Montante NDF contratada para contrato de arrendamento em moeda estrangeira R\$ 42.024; Demais exposições não cobertas via operação de hedge descritas no item (i) abaixo.
Risco de mercado - Taxa de juros	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo CDI e IPCA e aplicações financeiras.	Gestão de limite de exposições de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.	Montante de Empréstimos e financiamentos R\$ 3.423.303; Montante de Aplicações financeiras R\$ 217.944.	Montante de Empréstimos e financiamentos R\$ 3.610.148; Montante de Aplicações financeiras R\$ 382.033.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo	Montante de compromissos assumidos R\$ 11.419.100; Montante de fornecedores R\$ 91.363; Montante de contas a pagar partes relacionadas R\$ 1.053.289; Montante de Empréstimos e financiamentos R\$ 3.423.303; Montante de contrato de arrendamento R\$ 739.122.	Montante de compromissos assumidos R\$ 12.983.464; Montante de fornecedores R\$ 102.296; Montante de contas a pagar partes relacionadas R\$ 1.086.362; Montante de Empréstimos e financiamentos R\$ 3.610.148; Montante de contrato de arrendamento R\$ 781.059.
Risco de crédito	Recebíveis e transações com derivativos	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.	Montante de contas a receber partes relacionadas R\$ 11.254; Montante depósito bancário vinculado R\$148.562.	Montante de contas a receber partes relacionadas R\$ 4.459; Montante depósito bancário vinculado R\$43.064.

b. **Gestão de risco de mercado: (i) Risco cambial:** A Cia., visando se proteger de eventos decorrentes de oscilações nas cotações de moedas de fornecedores estrangeiros e partes relacionadas, principalmente vinculados a operação ou investimentos em novos projetos, adotou operações de hedge cambial. Essas operações têm como objetivo proteger o resultado e o fluxo de caixa da empresa. Em 31/12/25, a Cia. possui um contrato de arrendamento em moeda estrangeira, referente ao período operacional, no montante de USD 98.636 (31/12/24 USD 94.804), no qual o montante de USD 85.731 (31/12/24 USD 87.110) não possui proteção via operações de hedge. Em 31/12/25, a Cia. possui contratos de pagamentos subordinados com a Siemens Energy, referente ao Operation and maintenance (O&M) e Long term maintenance plan ("LTMP") no montante de USD 7.383 (31/12/24 USD 5.554) e com a BP, referente ao Flexible fee no montante de USD 104.033 (31/12/24 USD 79.791) nos quais não possuem proteção via operações de hedge. Em 31/12/25, a Cia. possui contrato com a BP com saldo a pagar, referente ao fornecimento de GNL, onde não existem mais saídas a liquidar, em razão da baixa das Reconciliation Invoices, decorrente do acordo celebrado com a BP referente à apuração da tranche três nos despachos por ordem de mérito (31/12/24 USD 9.000), nos quais não possuem proteção via operações de hedge. Em 31/12/25, a Cia. possui depósito bancário vinculado MRA "Maintenance Reserve Account" no montante de USD 5.489 (31/12/24 USD 5.290) no qual não possuem proteção via operações de hedge. As estratégias de hedge cambial são descritas no item "Informações complementares sobre os instrumentos derivativos". (ii) **Risco de taxas de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Cia. incorrer perdas, devido a flutuações nas taxas de juros anuais, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas aos rendimentos das aplicações financeiras e custo de dívida. Desta forma, a Cia. monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. c. **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Cia. não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Cia. busca constantemente a mitigação do risco de liquidez. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez. Em 31/12/25, a Cia. mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 217.944 (31/12/24 R\$ 382.033) e depósitos bancários vinculados de R\$ 148.562 (31/12/24 R\$ 43.064).

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 6 meses	6 a 12 meses	2027	2028	2029	2030 em diante
Fornecedores	91.363	91.363	72.889	18.474	-	-	-	-
Contas a Pagar - partes relacionadas	1.053.289	1.053.289	123	149.687	134.686	224.476	544.317	-
Mútuos - partes relacionadas	276.352	276.352	-	-	-	110.541	146.467	19.344
Empréstimos	3.423.303	6.760.902	190.758	202.044	336.234	394.466	409.650	5.227.750
Passivos de arrendamento	739.122	2.008.802	42.733	46.360	92.118	91.940	363.104	1.372.547

Passivos financeiros derivativos

Non-deliverable Forwards (NDF)	(2.690)	(477)	(2.123)	-	-	-	-	-
--------------------------------	---------	-------	---------	---	---	---	---	---

d. **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Cia. incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **Risco de crédito junto a instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Cia. segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com saudável qualidade de crédito. E realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de LP publicados pelas agências de rating para as principais instituições financeiras com as quais a Cia. possui operações.

Ratings de LP em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco Santander S.A	AAA.br	brAAA	-
Banco BTG Pactual	AAA.br	brAAA	AAA(bra)
Banco Bradesco S.A	AAA.br	brAAA	AAA(bra)
Banco do Brasil S.A	AAA.br	brAAA	AAA(bra)
Banco ABC Brasil S.A	AAA.br	brAAA	AAA(bra)
Banco Votorantim S.A.	AA+.br	brAAA	AAA(bra)
XP Investimentos	-	brAAA	AAA(bra)
Citibank	-	AAA(bra)	-

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Cia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

Mensurados pelo custo amortizado	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	395.156	425.055
Clientes	150.728	294.430
Depósito bancário vinculado	148.562	43.064
Instrumentos financeiros derivativos	(695)	5.990

e. **Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Cia. possui instrumentos derivativos de *Non-deliverable Forwards* (NDF) com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco flutuação cambial. Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício. Como o objetivo de determinar a relação econômica entre protegidos pagamentos a fornecedores e o instrumento de hedge, a Cia. adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge das Non-Deliverable Forward-NDF:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Cia. pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar e Euro.

Ativo	2025	2024
Circulante	636	9.462
Não circulante	636	5.119
	-	4.343
Passivo	3.327	-
Circulante	3.327	-
Outros resultados abrangentes	(695)	5.990
Total do patrimônio líquido	(695)	5.990
Ganho (Perda) Operações de Hedge-Provisão (i)	(2.421)	1.227
Total do Resultado Financeiro	(2.421)	1.227

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição(BRL)	cenário provável	Impacto cenário(II)	Impacto cenário(III)
NDF							
Item protegido: parte de desembolso em USD	Dólar	Queda do dólar	5,9082	(100.321)	(2.691)	(2.065)	(1.409)
Exposição líquida				(100.321)	(2.691)	(2.065)	(1.409)

||
||
||



UTE GNA | GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 23.449.511/0001-90

Relatório dos auditores independentes sobre as DFs: Aos Diretores e Acionistas da UTE GNA | Geração de Energia S.A. RJ-RJ. Opinião: Examinamos as DFs da UTE GNA | Geração de Energia S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UTE GNA | Geração de Energia S.A. em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de DFs de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Veja Nota Explicativa 15 das DFs: Principal assunto de auditoria: Em 31/12/2025, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15 às DFs, a Cia. possui registrado montantes de ativos fiscais diferidos referentes a prejuízos fiscais e base negativas de C.S. Para elaborar as projeções de lucros tributáveis futuros, a Cia. utiliza de certas premissas e julgamentos relevantes, tais como premissas macro-econômicas como projeção do dólar e indicadores de inflação. Consideramos esse assunto como significativo para a auditoria das DFs pelo julgamento das estimativas utilizadas na determinação de bases tributárias futuras, advindas da projeção de resultado da Cia. que levam em consideração premissas relevantes.

Como auditoria endereçou esse assunto: - Recuperabilidade do I.R. e C.S. diferidos ativos: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Entendimento do processo de preparação e revisão do modelo de negócios e análises da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos da Cia. (ii) Avaliação das premissas relevantes utilizadas na preparação da projeção dos lucros tributáveis futuros, como, inflação e dólar que impactam as receitas e os custos futuros da Cia., confrontando-as com dados obtidos de fontes externas e internas. (iii) Comparação das análises preparadas pela Administração para a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos reconhecidos na extensão pela qual haverá lucros tributáveis futuros suficientes para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de C.S. reconhecidas com histórico e estudos de anos anteriores (iv) Avaliamos ainda a adequação das divulgações nas notas explicativas, incluindo os valores de ativos fiscais diferidos não reconhecidos ou baixados devido às incertezas relevantes para recuperação. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajuste imaterial que afetou a mensuração e a divulgação do I.R. e C.S. diferido ativo que foi parcialmente registrado e divulgado pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, mas não limitados a eles, consideramos que são aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, o saldo dos ativos fiscais diferidos, no contexto das demonstrações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outras informações que acompanham as DFs e o relatório dos auditores: A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as DFs não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das DFs. Em conexão com a auditoria das DFs, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as DFs ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração DFs: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das DFs do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 13/03/2026. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Juliana Ribeiro de Oliveira - Contadora CRC RJ-095335/O-0.

País

BENEDITO GONÇALVES

Ministro do STJ se declara impedido em casos do banco Master

AGUIRRE TALENTO, GUSTAVO CÔRTEZ E VINÍCIUS VALFRÉ/AE

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves apresentou à Corte uma declaração de impedimento para julgar qualquer processo relacionado ao Banco Master. Procurado, o ministro não retornou aos contatos do Estadão.

O ministro fez a declaração por meio do sistema eletrônico do próprio STJ, o que gera seu afastamento automático dos casos que envolvam o banco.

Desde o início das investigações sobre o banqueiro Daniel Vorcaro, é a primeira vez que surge um vínculo do banco com um ministro do STJ - até agora, as apurações já tinham indicado a existência de relações de Vorcaro com três ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Depois dessa comunicação, o STJ enviou aos processos do Master, no último dia 31 de março, uma certidão com o impedimento de Benedito Gonçalves. Uma delas foi protocolada em um recurso do Banco Master ao STJ para tentar obter a liberação de precatórios do setor sucroalcooleiro.

O ministro participou como palestrante de um evento jurídico em Londres, em abril de 2024, patrocinado pelo Banco Master e que teve a presença de diversas autoridades do Judiciário brasileiro

Em paralelo a esse evento, Vorcaro promoveu uma degustação de whisky Macallan para ministros e outras autoridades, com custo estimado de R\$ 3,3 milhões. De acordo com reportagem do site Poder 360, Benedito foi um dos participantes do evento,

além dos ministros do STF Alexandre de Moraes e Dias Toffoli.

As provas já colhidas nas investigações também apontaram outros indícios de proximidade entre o ministro do STJ e o dono do Master. O contato telefônico de Benedito estava salvo no telefone celular de Daniel Vorcaro, que foi apreendido pela Polícia Federal e também teve seu sigilo quebrado pela CPI do INSS.

De acordo com os metadados encontrados no celular, o contato de Benedito foi salvo em 26 de abril de 2024, justamente o período do evento em Londres bancado pelo Banco Master. O Estadão apurou que o número gravado corresponde efetivamente ao telefone usado pelo ministro naquela época.

A declaração de impedimento foi dada por Benedito antes que ele tivesse que atuar nos casos do Master no STJ. Sua antecipação a eventuais questionamentos foi diferente, por exemplo, do ministro Dias Toffoli, que só deixou a relatoria da investigação sobre o Master no STF depois que a Polícia Federal entregou um relatório contendo diálogos entre ele e Daniel Vorcaro e menções a pagamentos de ao menos R\$ 35 milhões, como revelou o Estadão.

As regras para a declaração de impedimento e suspensão por um magistrado estão definidas no Código de Processo Penal e Código de Processo Civil. O juiz pode dar uma declaração desse tipo se considerar que tem amizade íntima ou inimizade com uma das partes, se tiver algum parente como advogado da parte ou outros motivos previstos em lei.

SENADO

Alcolumbre não irá prorrogar CPI do Crime Organizado

GUSTAVO CÔRTEZ/AE

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (foto), decidiu não prorrogar a CPI do Crime Organizado, que, com isso, será encerrada na próxima terça-feira. Segundo o relator, Alessandro Vieira (MDB-SE), a decisão se deve aos possíveis desgastes que o colegiado poderia gerar a políticos em ano eleitoral.

Ele havia protocolado um requerimento com pedido de prorrogação dos trabalhos, que foi negado por Alcolumbre.

"Ele justifica dizendo que se trata de um ano eleitoral e que, na visão dele, não é bom ter uma CPI tramitando. É óbvio que a gente não concorda com esse posicionamento. Eu en-

tendo que o presidente Davi Alcolumbre presta um grande desserviço para a nação", disse Vieira em entrevista coletiva no Senado.

A comissão estava em funcionamento desde novembro do ano passado, quando foi instalada com o objetivo de investigar facções como o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho. O colegiado criado após operação policial que deixou mais de cem mortos no Rio de Janeiro, mas mudou o foco dos trabalhos para apurar o escândalo do Banco Master, de Daniel Vorcaro.

No âmbito da CPI, foram quebrados os sigilos da instituição financeira e da Reag DTVM, gestora que administrava parte dos ativos de Vorcaro.

LULA MARQUES/ABRASIL



PROJETO

Câmara aprova criação de regras para a transição entre governos

VICTOR OHANA/AE

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, um projeto de lei que cria obrigações na transição administrativa entre governos após a proclamação dos resultados eleitorais. O relatório apreciado foi aprovado em 2007, em comissão especial, sobre a relatoria do então deputado e hoje prefeito de Goiânia, Sandro Mabel (União Brasil). O texto terá a redação final elaborada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O projeto dispõe sobre a administração pública federal.

De acordo com o projeto, o titular do cargo e o candidato vencedor deverão designar uma equipe de transição paritária no prazo de 72 horas após a proclamação do resultado da eleição. A equipe deverá ser composta por membros indicados pelo chefe do Poder Executivo que sai e por membros indicados pelo chefe eleito, sob a supervisão de dois coordenadores, um indicado pelo governo que sai e outro pelo que entra.

Deverá haver publicação no Diário Oficial da União dos integrantes da equipe de transi-

ção. Os administradores que saem têm o dever de propiciar e facilitar o acesso dos administradores eleitos, ou de seus representantes legitimamente constituídos, às instalações materiais e a todas as informações administrativas pertinentes à gestão que se encerra, digitais ou não.

Os membros da equipe de transição não perceberão remuneração pelo desempenho de suas atividades, salvo no caso de servidores públicos da unidade federativa correspondente à transição. O gabinete do chefe

do Poder Executivo deverá disponibilizar um local e a infraestrutura para o desempenho das atividades concernentes à transição.

O descumprimento das obrigações poderá acarretar sanções administrativas cabíveis e multa. São circunstâncias agravantes sonegar informações de forma deliberada, inutilizar bancos de dados ou equipamentos de informática, danificar patrimônio público material ou imaterial, intimidar servidor ou agente público ou causar dano irreparável ou irreversível.

STF

Alcolumbre evita dar previsão para votação de Jorge Messias

NAOMI MATSUI/AE

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), evitou ontem, dar uma previsão sobre a votação da indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF) Perguntado sobre o assunto, Alcolumbre respondeu: "Pretendo falar com os líderes e com o presidente da CCJ Comissão de Constituição e Justi-

ça", referindo-se ao senador Otto Alencar (PSD-BA), sem citar data.

A indicação foi encaminhada pelo governo ao Senado na semana passada.

Agora, cabe a Alcolumbre despachar a mensagem para a CCJ.

O presidente do Senado, no entanto, defendeu o nome de Rodrigo Pacheco (PSB-MG) para a vaga.

ANVISA

Operação da PF combate comércio ilegal de canetas antiobesidade

GABRIEL DAMASCENO/AE

A Polícia Federal, com apoio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), realizou ontem, uma operação contra a entrada irregular, a produção clandestina, a falsificação e o comércio ilegal de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados à perda de peso no País.

A ação, intitulada Heavy Pen, mira produtos vendidos como semaglutina (princípio ativo de

Ozempic e Wegovy) e tirzepatida (Mounjaro), substâncias usadas no tratamento do diabetes e da obesidade. Ela engloba também supostas doses de retatrutida, composto ainda em fase de testes e sem autorização para venda no Brasil.

A investigação abrange toda a cadeia ilegal, da importação fraudulenta à distribuição e venda irregular dessas substâncias injetáveis.

Ao todo, a operação cumpriu 45 mandados de busca e

apreensão, além da realização de 24 ações de fiscalização, em 12 estados.

Durante as ações, agentes fiscalizaram farmácias de manipulação, clínicas de estética e empresas que produzem, fracionam ou vendem medicamentos sem registro ou de origem desconhecida.

O material recolhido vai ser usado para subsidiar investigações em andamento, e os investidos poderão responder por falsificação e venda irregular de

medicamentos, além de contrabando.

Segundo a PF, as apreensões de medicamentos para perda de peso têm crescido. Elas saltaram de 609 unidades em 2024 para 60.787 em 2025. Até março deste ano, 54.577 unidades já foram apreendidas.

REGRAS MAIS DURAS

Na segunda-feira passada, a Anvisa anunciou que vai endurecer a regulação da importação e manipulação de canetas.

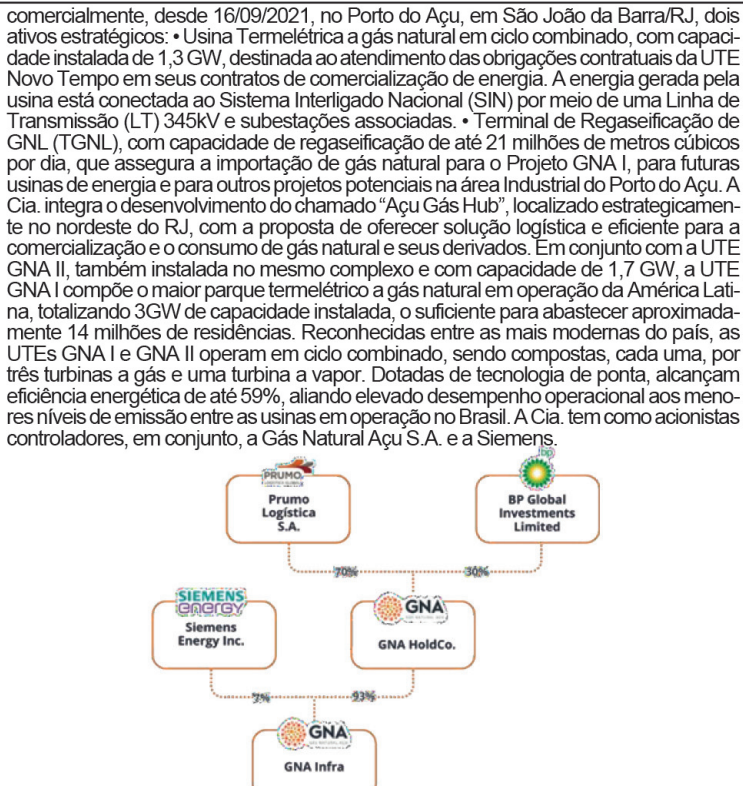


GÁS NATURAL AÇU INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ: 27.982.942/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, a Administração da Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração relativo ao exercício de 2025 e as principais atualizações operacionais e financeiras comparadas com o exercício de 2024. **i. Mensagem da Administração:** O ano de 2025 representou mais um marco importante na trajetória da UTE GNA I, com foco na consolidação dos resultados operacionais e financeiros, reforçando o nosso papel estratégico para a segurança energética do Brasil complementando a geração intermitente e sazonal das fontes renováveis. A UTE GNA I fechou o ano com uma disponibilidade operacional real de 92,8%, desconsiderando expurgos regulatórios e de garantia. O nosso terminal alcançou uma disponibilidade real de 96,3% e operou 14 transbordos de GNL em 2025, entre GNA I e GNA II, contribuindo ao comissionamento, entrada em operação em maio de 2025 bem como a primeira fase de inflexibilidade da UTE GNA II entre julho e novembro de 2025. Nossa eficiência ambiental foi reconhecida, pelo 3º ano consecutivo como a usina mais eficiente do Brasil, ou seja, com a menor intensidade de emissão (CO₂e/GWh) e a maior eficiência entre as usinas do Sistema Interligado Nacional (SIN), 2º estudo do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA). Outro diferencial é o uso sustentável da água. Nossa planta de dessalinização e desmineralização de água do mar abastece os tanques de água de serviço, torres de resfriamento e combate a incidência da UTE GNA I e da UTE GNA II. Essa iniciativa proporciona uma produção independente do fornecimento externo ou de captação de água doce. Continuamos atuando fortemente na nossa cultura de saúde e segurança, concluindo a implantação da UTE GNA II e mais um ano de operação das plantas sem acidentes de trabalho com afastamento. Em 2025, fizemos uma intensa agenda de simulados de emergência e o lançamento de dois programas importantes para reforçar as ações preventivas: Princípios de Liderança em Segurança da GNA e Regras que Salvam Vidas, baseado em diretrizes da IOGP. No campo econômico-financeiro, apresentamos uma evolução significativa. O prejuízo líquido do exercício, de R\$ 138 mil, reverteu o resultado do ano anterior, enquanto o EBITDA avançou 48% e atingiu R\$ 642,5 milhões. A expressiva melhoria no desempenho econômico-financeiro, fruto de disciplina na gestão de caixa, receitas financeiras maiores e efeitos positivos de variação cambial, demonstra a resiliência do negócio. Evoluímos também em governança, sustentabilidade e gestão de pessoas. Destacamos o lançamento do programa de inovação, InovaE, a adoção de metodologia padronizada de auditoria interna, o fortalecimento dos programas socioambientais e a conquista de posições relevantes nos rankings *Great Place To Work*[®] (GPTW), com avanços importantes em diversidade, segurança e bem-estar. O início da operação comercial da UTE GNA II representou um marco histórico para a Cia. e consolidou nosso complexo como o maior parque termelétrico a gás natural da América Latina, com 3 GW de capacidade instalada. Guiados pelo planejamento estratégico GNA+5, seguimos focados em excelência operacional, sinergias entre UTE GNA I e UTE GNA II e comprometimento com os mais altos padrões ambientais, sociais e de integridade corporativa. Agradecemos aos acionistas, conselheiros, colaboradores, parceiros e comunidades pelo apoio contínuo. Estamos preparados para seguir avançando com responsabilidade, inovação e visão de longo prazo. Atenciosamente, **Emmanuel Delfosse** - *Diretor Presidente*. **ii. Destaques 2025:** **◆ Destaques Operacionais:** O ano longo de 2025, a GNA concluiu com sucesso o processo de dragagem, dentro do prazo e a um custo 20% inferior ao previsto, bem como a formalização do contrato de rebocadores dedicados, o que resultou em maior segurança operacional e redução de custos de aproximadamente 28%. Além disso, a recertificação do Código ISPS foi concluída com sucesso, incluindo a aprovação do Estudo de Análise de Riscos (EAR) e a conclusão das auditorias pelos Portos para atualização da Declaração de Conformidade. **○ Eficiência Energética:** UTE GNA I foi reconhecida, pelo 3º ano consecutivo, como a usina mais eficiente do Brasil. O estudo conduzido pelo Instituto de Energia e Meio Ambiente revela que a UTE GNA I apresenta a menor taxa de emissão de carbono do estudo, emitindo menos gases de efeito estufa por GWh gerado quando comparada a outras 55 termelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN). **◆ Destaque Financeiro:** Realização do resgate antecipado integral das Notas Comerciais, com pagamento total de R\$ 175.240.434,07, comprovando a boa situação financeira da empresa e reduzindo o seu nível de endividamento. **◆ Destaques Corporativos:** **○ Inovação:** Lançamento do Programa *InovaE*, que define os objetivos estratégicos de inovação na GNA e destaca *Eficiência Operacional*; *Transição Energética*; e *Saúde, Meio Ambiente e Segurança e Desenvolvimento Social* como as principais temáticas de atuação dos projetos de inovação. **○ Gestão de Pessoas:** Publicação da *Política de Recursos Humanos* e estreia da GNA no ranking nacional de indústrias de médio porte da GPTW, além do Top 10 entre as melhores empresas para as mulheres trabalharem no Brasil. **◆ Destaques Socioambientais:** **○ Combate à Violência Baseada em Gênero:** Revisão do programa de gestão de riscos em violência baseada em gênero estreita a atuação da GNA com os fornecedores terceirizados em prol de um ambiente de trabalho mais seguro e saudável para todas as pessoas. **○ Conservação da Fauna:** Parceria com UENF e Reserva Caruruá cria projeto de conservação da preguiceira-de-coleira-do-sudeste, espécie ameaçada de extinção na área de restinga. **◆ Destaques de Governança:** **○ Compliance e Diversidade & Inclusão:** Realização da 1ª Semana Integrada de Compliance e D&I, com tópicos relacionados ao Código de Conduta ETEC, Ambiente de Trabalho, Canal de Denúncia e divulgação de cartilha interna focada em letramento sobre Diversidade e Inclusão. **○ Plano Plurianual de Auditoria Interna:** Publicação de diretrizes e políticas internas, em linha com as melhores práticas do mercado, com o objetivo de instituir metodologia padronizada para o planejamento e execução de auditorias internas plurianuais, fortalecendo a governança e a gestão de riscos da Cia.. **○ Reconhecimentos/Premiações:** **○ GPTW:** Pelo 6º ano consecutivo, conquistamos o selo de uma das Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, concedido pela consultoria *Great Place to Work*[®]. **○ 10º lugar no ranking Melhores Empresas para as Mulheres Trabalharem no Brasil:** Fomos reconhecidos como a melhor empresa do setor de energia para mulheres trabalharem no Brasil e ficamos em 10º lugar no ranking nacional do GPTW Mulher 2025 para empresas médias. **○ 16º lugar no ranking das melhores empresas do RJ:** Pelo 5º ano seguido, estamos entre as melhores empresas para trabalhar no RJ. **○ 33º lugar no ranking Indústria:** Fomos reconhecidos, pela primeira vez, como uma das Melhores Empresas para Trabalhar – Indústria de Porte Médio, sendo a única do setor de energia presente no ranking. **○ Prêmio ESG, da Associação Brasileira de ESG:** 2º lugar na categoria Equidade de Gênero e Empoderamento Feminino, com o programa de qualificação profissional executado durante as obras da GNA II. **○ Latin America & Caribbean LNG Industry Awards 2025:** Conquistamos o prêmio *Company of the Year* durante o 5º *International GNL Global Forum*, como reconhecimento pela contribuição ao mercado de GNL na América Latina e Caribe. **○ Conecta Cais 2025:** Evento de inovação e sustentabilidade do Porto do Açú. Conquistamos o 1º lugar na categoria *Transição Energética* (projeto Hipopolório) e o 2º lugar na categoria *Transformação Digital* (projeto GNoMo). **○ Selo Ouro do programa brasileiro GHG Protocol:** Conquistamos, pelo 4º ano seguido, o selo que atesta o mais alto nível de qualificação no cumprimento dos critérios para publicação e verificação de dados de emissão de GEE, referente ao ano de 2024, para a sociedade, por meio do Registro Público de Emissões. **iii. Perfil Corporativo e Organograma Societário:** A Gás Natural Açú Infraestrutura S.A., com sede no RJ, em São João da Barra, no RJ, foi constituída em 20/05/2017. Em 21/08/2017, foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Cia., que passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado. Tem como objeto social a compra e venda de gás natural liquefeito (GNL) ou gás produzido offshore; o processamento e tratamento de gás natural da produção offshore e regaseificação de GNL; a geração, transmissão e venda de energia e capacidade elétrica; a intermediação na compra e venda de energia e capacidade elétrica; e o desenvolvimento e o exercício de quaisquer atividades relacionadas aos anteriores, que possam interessar direta ou indiretamente aos propósitos da Cia.; e também pode participar de outras sociedades simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista. A UTE GNA I opera



iv. Ambiente Macroeconômico: A economia brasileira registrou em 2025 um crescimento moderado, com expansão de 2,5% 2º o IBCBr. A inflação manteve trajetória de desaceleração, encerrando o ano com alta acumulada de 4,44%, dentro do intervalo de tolerância da meta oficial. O câmbio operou em média ao redor de 5,70 BRL/USD. A taxa Selic fechou o ano no patamar de 15%. **v. Desempenho operacional:** O ano de 2024 foi marcado por um aumento no despacho devido a ondas de calor e menor geração renovável, enquanto 2025 tem se caracterizado por uma operação focada em prontidão e eficiência em períodos de baixo despacho. **○ Produção de Energia:** A produção de energia da usina apresentou queda entre os dois exercícios; enquanto 2024 registrou 2.134.905 MWh gerados, em 2025 a produção caiu para 42.309 MWh, refletindo um cenário de despacho limitado e pontual ao longo do ano. **○ Disponibilidade:** Apesar do baixo uso, a planta se manteve disponível, registrando 92,78% de disponibilidade média em 2025. Esse desempenho confirma a nossa prontidão técnica mesmo em um cenário de operação reduzida. **○ Eficiência:** O consumo de gás natural somou 1.663.999 MMBtu em 2025, comportamento coerente com o despacho mínimo. **vi. Desempenho econômico-financeiro:** No ano de 2025, a UTE GNA I apresentou um bom desempenho econômico-financeiro. A organização apresentou avanços em eficiência, estrutura de custos, gestão de caixa e disciplina financeira.

Indicadores de Resultado	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Receita operacional líquida	1.162.882	1.616.442	(453.560)
Lucro bruto	375.886	255.557	120.329
Margem Bruta	32,32%	15,81%	16,51%
Resultado do serviço (EBIT)	400.516	209.694	190.822
EBITDA (Lajida)	642.518	434.436	208.082
Margem EBITDA (Lajida)	55,25%	26,88%	28,38%
Resultado financeiro	(392.724)	(889.069)	496.345
Impostos diferidos	(7.930)	13.672	(21.602)
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	(138)	(665.703)	665.565
DSCR	1,12	1,14	(0,02)
Saldo de caixa e equivalentes	395,2	425,5	(29,9)
Endividamento total	3.741,6	3.970,5	(228,9)

• **Receita operacional líquida:** A receita operacional líquida de 2025 foi de R\$ 1.162.882 mil, queda de 28% frente a 2024, devido ao despacho significativamente menor em relação ao ano anterior. **○ Lucro bruto, resultado do período e EBITDA:** Mesmo com receita menor, o lucro bruto cresceu para R\$ 375.886 mil, e o EBIT atingiu R\$ 400.516 mil. O EBITDA avançou para R\$ 642.518 mil, impulsionado por custos variáveis menores, SG&A reduzido e ganhos operacionais. **○ Resultado financeiro:** O resultado financeiro líquido melhorou de (R\$ 889.069 mil) em 2024 para (R\$ 392.724 mil) em 2025, uma variação positiva de R\$ 496 milhões. Contribuíram para isso receitas financeiras maiores e efeitos favoráveis de variação cambial. **○ Lucro líquido do exercício:** A UTE GNA I reduziu o prejuízo anterior com o registro de R\$ 138 em 2025, contra prejuízo de R\$ 665.703 mil em 2024. A melhoria operacional e financeira compenhou a queda na receita operacional líquida. **○ DSCR:** O Índice de Cobertura da Dívida (DSCR/ICSD) encerrou 2025 em 1,12x, praticamente estável face a 1,14x em 2024 e em conformidade com os parâmetros contratuais. A manutenção do indicador decorre da gestão de liquidez, com otimização de fluxos e liquidação antecipada de facilidades de capital de giro, reduzindo encargos futuros e sustentando a capacidade de serviço da dívida. **○ Saldo de caixa:** O caixa e equivalentes totalizou R\$ 395,2 milhões ao fim de 2025 (vs. R\$ 425,1 milhões em 2024), variação explicada, sobretudo, pela liquidação antecipada das Notas Comerciais. Considerando os depósitos vinculados (conta de serviço da dívida e MRA), a liquidez ampliada de 2025 alcançou – R\$ 532,7 milhões, evidenciando reforço prudencial da posição de caixa para cumprimento de obrigações financeiras. **○ Endividamento total:** O endividamento total atingiu R\$ 3.741 bilhões em 2025, redução de 5,8% frente aos R\$ 3.970 bilhões registrados em 2024, decorrente, principalmente, da liquidação antecipada das Notas Comerciais de capital de giro e da amortização regular dos financiamentos de longo prazo. **vii. Planejamento Estratégico:** O planejamento estratégico da UTE GNA I, integrado ao programa GNA+5 para o ciclo 2024–2029, orienta as prioridades operacionais, ambientais da na governança da usina em um contexto de crescente relevância para a segurança energética nacional. A estratégia tem como foco a excelência operacional, a confiabilidade do fornecimento e a otimização do desempenho, especialmente diante do aumento da demanda por geração térmica decorrente da intermitência das fontes renováveis e dos eventos climáticos extremos observados recentemente. Nesse sentido, são prioritizadas a estabilização contínua da operação, a ampliação da eficiência, da disponibilidade e da flexibilidade da usina para atendimento ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Paralelamente, o planejamento prevê a captura de sinergias com a entrada em operação da UTE GNA II, fortalecendo o parque termelétrico integrado e possibilitando ganhos operacionais relevantes por meio da gestão conjunta das unidades. O plano também reforça o compromisso com a sustentabilidade, o cumprimento dos requisitos de licenciamento ambiental, o monitoramento de emissões, biodiversidade e recursos hídricos, além do alinhamento aos princípios ESG (*Environmental, Social and Governance*). Complementarmente, integra iniciativas corporativas de gestão de riscos, integridade e cibersegurança, assegurando a continuidade opera-

cional e a atuação segura, eficiente e ambientalmente responsável da UTE GNA I no longo prazo. **viii. Governança Corporativa:** A GNA possui uma estrutura acionária robusta, formada por empresas líderes em seus setores — bp, Prumo Logística, Siemens AG, Siemens Energy e SPIC Brasil. A governança da Cia. está alinhada às diretrizes dos acordos de acionistas e às políticas internas, assegurando a observância das estratégias definidas e a adequada condução dos deveres de seus integrantes. Nos termos do Estatuto Social e da legislação brasileira, o Conselho de Administração, nomeado pelos acionistas, é responsável por definir o propósito, a missão, os valores e as estratégias da empresa, além de aprovar políticas e metas econômicas, ambientais e sociais. O Conselho atua com regras claras de prevenção a conflitos de interesse, delibera sobre transações com partes relacionadas e realiza reuniões periódicas, sendo apoiado por Diretorias-Executivas e por Comitês de Assessoramento, como o *Advisory Committee* da UTE GNA I, que subsidiam as decisões estratégicas e o acompanhamento dos projetos. Em 2025, foram definidas diretrizes e metodologia padronizada de auditoria para a Cia. Foram instituídos a Norma de Auditoria Interna e o Procedimento de Elaboração do Plano Plurianual, assegurando continuidade e maturidade ao processo. Como resultado, elaboramos o Plano Plurianual de Auditoria com base em uma Matriz de Priorização, que classifica os processos com base em critérios previamente estabelecidos e define as prioridades de auditoria para um ciclo de três anos. O tema de Diversidade e Inclusão foi incorporado à temática da Semana de Compliance, originando a **Semana de Compliance e Diversidade e Inclusão**. Durante o evento, foi lançada a Cartilha de Diversidade e Inclusão da GNA, que traz os principais conceitos relacionados ao tema e tem foco em letramento e conscientização do público interno. Também foi lançada uma página dedicada à diversidade na intranet da GNA. **ix. Gestão de Pessoas:** Em 2025, a GNA publicou sua **Política de Recursos Humanos**, consolidando as diretrizes que orientam uma gestão de pessoas estratégica, eficiente e alinhada aos valores e à cultura organizacional. O documento reforça o compromisso da Cia. com a promoção de um ambiente de trabalho seguro, justo, saudável e ético. A iniciativa ganha uma especial relevância em um ano marcado pelo início da operação da UTE GNA II, processo que envolveu a desmobilização da mão de obra e foi conduzido com elevado padrão de governança, sem impactos negativos para a comunidade ou demais públicos de interesse. Neste mesmo ano, a GNA passou a integrar, pela primeira vez, o ranking nacional das **Melhores Indústrias para Trabalhar** (33º lugar), na categoria de empresas de médio porte, da consultoria *Great Place to Work*[®] (GPTW). Em 2025, também renovou o selo de Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil e figurou nos rankings de **Melhores do RJ** (16º lugar) e **Melhores para as Mulheres Trabalharem no Brasil** (10º lugar). Esses reconhecimentos valorizam as boas práticas de gestão de pessoas e evidenciam o compromisso da empresa com o bem-estar, a diversidade e a construção de um ambiente organizacional de excelência. A Cia. manteve avanços relevantes em **Diversidade & Inclusão**, alcançando 56% de mulheres no quadro total de colaboradores e 32% em posições de liderança, além de promover ações estruturadas de capacitação e revisar sua estratégia de D&I para ampliar resultados. A segurança permaneceu como valor negociável, sustentada por atuação preventiva robusta e cultura de responsabilidade compartilhada, encerrando o período sem registro de acidentes graves ou fatais. **x. Ambiente Regulatório:** A UTE GNA I opera em conformidade com o arcabouço regulatório do setor elétrico brasileiro, atendendo às exigências do CNS e da ANEEL, incluindo os requisitos de segurança cibernética. Em 2024, a Cia. reforçou esse compromisso com a implementação da Política e do Plano de Segurança Cibernética Industrial, alcançando nível de maturidade superior à média do setor. No âmbito ambiental, a usina mantém total conformidade com as obrigações referentes ao licenciamento do INEA, com monitoramento contínuo de emissões, recursos hídricos, resíduos, ruído, fauna e flora. Mantém alinhamento com os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation* e com EHS Guidelines do Banco Mundial, aferidos por monitoramento socioambiental independente. A operação regulatória é sustentada por um Sistema de Gestão Integrado alinhado a referências reconhecidas internacionalmente, apoiado por auditorias periódicas, gestão de riscos e uma estrutura robusta de compliance, incluindo política anticorrupção e canal de denúncias independente. A participação ativa da GNA em entidades setoriais contribuiu para o alinhamento às evoluções regulatórias e às melhores práticas do setor, assegurando uma operação confiável, integrada e alinhada aos mais altos padrões da indústria energética. **xi. Saúde e Segurança:** Em 2025, a GNA consolidou uma estrutura robusta de Saúde, Segurança e Bem-Estar, aplicável a colaboradores próprios e terceiros, com foco em prevenção, gestão de riscos e promoção da qualidade de vida. Todas as unidades operacionais seguem o PGR e o PCMSO, com treinamentos contínuos, exercícios de emergência, inspeções em campo e infraestrutura dedicada, incluindo ambulatório e ambulância 24 horas. O sistema é sustentado por normas internas, mecanismos formais de reporte, direito de recusa e ampla participação dos colaboradores na gestão de riscos. No campo do bem-estar, o Programa Energizar ganhou ainda mais relevância em 2025, com a criação de uma página exclusiva no Portal de Sustentabilidade, reunindo benefícios e calendário de ações. Foram concluídas duas etapas do Milhas de Saúde, ampliando o engajamento por meio de gamificação; o Programa Nutricional encerrou sua segunda turma com resultados positivos; e foi implementada a *quick massage* no programa de Ergonomia, reforçando o cuidado com a saúde física e emocional das equipes. Em segurança, 2025 marcou o lançamento dos Princípios de Liderança em Segurança da GNA, documento estruturante alinhado a referências internacionais, que consolida diretrizes com protagonismo da liderança, disciplina operacional, preparação para emergências e aprendizado contínuo com incidentes. No mesmo período, foi publicado o Plano de Gestão de Crises, fortalecendo a governança e a capacidade de resposta da Cia.. Os resultados refletem a consistência dessas práticas: 3.242.774 horas trabalhadas sem acidente com afastamento desde o início da operação da UTE GNA I; 20.932.832 horas sem afastamento em toda a obra da GNA II; e 206.152 horas sem afastamento desde o início da operação da UTE GNA II. Esses indicadores reforçam que, para a GNA, a segurança é valor negociável e um dos principais ativos do negócio. **xii. Sustentabilidade:** A sustentabilidade é um pilar estratégico para GNA. A Cia. atua de forma integrada ao desenvolvimento socioeconômico dos colaboradores e das comunidades de onde está presente, assegurando a conservação ambiental e a adoção dos mais elevados padrões de ética, integridade e transparência. A atuação da Cia. é orientada pela Política de Sustentabilidade, que incorpora os princípios ESG à gestão corporativa e direciona a execução da Estratégia de Sustentabilidade. Como signatária do Pacto Global da ONU, a GNA mantém compromisso público com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), alinhando suas iniciativas às melhores práticas internacionais. Em 2025, os principais avanços foram: **○ Revisão da Estratégia de Sustentabilidade**, com base na nova Matriz de Dupla Materialidade, reforçando a priorização de temas estratégicos para o negócio e para os stakeholders. **○ Reconhecimento pelo 4º ano consecutivo com o selo de mais alto nível de qualificação no Registro Público de Emissões**, referente aos dados de Gases de Efeito Estufa (GEE) de 2024, evidenciando transparência e robustez na gestão climática. **○ Aprimoramento do programa de gestão de riscos em violência baseada em gênero**, com ampliação do escopo junto a fornecedores terceirizados. **○ Fortalecimento das iniciativas de conservação da biodiversidade**, com a continuidade do monitoramento do lagarto-da-cauda-verde, parceria para a preservação da preguiceira-do-sudeste com a Reserva Caruruá e a UENF, e início de estudo próprio sobre o rato-limpo-goytacá. **○ Execução de novos projetos de investimento social voluntário**, ampliando o impacto positivo no território e o engajamento comunitário. **Agradecimentos:** A Administração da UTE GNA I agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Cia. no ano de 2025. **A Administração.**

Balancos patrimoniais em 31/12/2025 e 2024 (Em MRS)

	Nota	2025	2024
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.669	1.654
Contas a receber – partes relacionadas	10	5	103
Adiantamentos			18
Despesas antecipadas			9
Impostos a recuperar	11	33	2
I.R. e C.S. a recuperar	11		636
Total do ativo circulante		1.707	2.422
Não circulante			
Contas a receber – partes relacionadas	10	117.860	103.104
Impostos a recuperar	11	1.945	1.800
Participações societárias	12	76.885	79.949
Imobilizado	13	856	856
Intangível			1
Total do ativo não circulante		197.546	185.710
Total do ativo		199.253	188.132
Passivo Circulante			
Fornecedores		62	25
Salários e encargos a pagar	14		243
Contas a pagar – partes relacionadas	10	277	350
Impostos e contribuições a recolher	15	68	88
I.R. e C.S. a recolher	15	402	345
Total do passivo circulante		809	1.051
Não circulante			
Impostos diferidos	16	24.726	24.726
Total do passivo não circulante		24.726	24.726
Patrimônio líquido			
Capital social	17	654.012	650.756
Reservas de capital		352.819	349.563
Outros resultados abrangentes		(48.390)	(45.390)
Prejuízos acumulados		(784.723)	(792.574)
Total do patrimônio líquido		173.718	162.355
Total do passivo e patrimônio líquido		199.253	188.132

Demonstrações dos resultados em 31/12/2025 e 2024 (Em MRS)

	Nota	2025	2024
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(2.823)	(3.679)
Outros ganhos e perdas	9		2
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial		(2.823)	(3.677)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	14.776	11.004
Despesas financeiras	19	(59)	(24)
Total resultado financeiro		14.717	10.980
Resultado de equivalência patrimonial	12	(64)	(306.272)
Resultado antes dos impostos		11.830	(298.969)
I.R. e C.S. corrente	16	(3.979)	(2.460)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		7.851	(301.429)

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2025 e 2024 (Em MRS)

	2025	2024
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	7.851	(301.429)
Reconhecimento do hedge via equivalência	(3.000)	8.174
Total do resultado abrangente do exercício	4.851	(293.255)

Notas explicativas às DFs (Em MRS, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. ("GNA Infra" ou "Cia."), foi constituída em 2/05/2017, e em 21/08/2017 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Cia. que, passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado, alterando a razão social de Terminal de Regaseificação do Açú Ltda. para Gás Natural Açú Infraestrutura Ltda. Possui como controladora direta a Gás Natural Açú S.A. ("GNA HoldCo") e controladora indireta Prumo Logística S.A. ("Prumo"). A GNA Infra possui investimento societário na UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("UTE GNA I"). A Cia. e sua controlada em conjunto tem como objetivo desenvolver compra e venda de gás natural liquefeito ("GNL"), processamento, beneficiamento e tratamento de gás natural (oriundo da produção offshore e de regaseificação de GNL), geração, transmissão e comercialização de energia e de capacidade elétrica e ainda intermediação na compra e venda de energia e de capacidade elétrica. A controlada em conjunto UTE GNA I opera (i) uma usina termelétrica de ciclo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2025 e 2024 (Em MRS)

	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes		Prejuízos acumulados			
	Capital social integralizar	Ágio e deságio na emissão de ações	Variação percentual em investida	Bônus de subscrição Siemens	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos dos	Total	
Saldo em 01/01/2024	650.822	(66)	340.520	(43.469)	13.200	(10.095)	(491.145)	459.767
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(301.429)	(301.429)
Recompra de ações (nota 17 patrimônio líquido)	-	-	(4.157)	-	-	-	(4.157)	(4.157)
Reconhecimento do Hedge via equivalência	-	-	-	-	8.174	-	8.174	8.174
Saldo em 31/12/2024	650.822	(66)	336.363	(43.469)	13.200	(1.921)	(792.574)	162.355
Lucro líquido do exercício	-	-	336.363	-	-	-	7.851	7.851
Aumento de capital - GNA HoldCo	3.256	-	3.256	-	-	-	-	6.512
Reconhecimento do Hedge via equivalência	-	-	-	-	(3.000)	-	(3.000)	(3.000)
Saldo em 31/12/2025	654.078	(66)	339.619	(43.469)	13.200	(4.921)	(784.723)	173.718

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2025 e 2024 (Em MRS)

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		11.830	(298.969)
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Depreciação e amortização		1	1
Juros sobre mútuo	19	(14.756)	(10.499)
Outras perdas			(2)
Resultado de equivalência patrimonial	12	64	(306.272)
Resultado líquido ajustado		(2.861)	(3.197)
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:			
Impostos a recuperar		4.127	2.166
Despesas antecipadas		9	(4)
Adiantamentos		18	-
Contas a receber – partes relacionadas		98	692
Fornecedores		37	(48)
Contas a pagar – partes relacionadas		(73)	(695)
Impostos e contribuições a recolher		(3.942)	(2.087)
Salários e encargos a pagar		(243)	9
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais		(2.830)	(3.164)
I.R. e C.S. pagos		(3.667)	(1.874)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		(6.497)	(5.038)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	</		



GÁS NATURAL AÇU INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ: 27.982.942/0001-79

pela Administração da Cia. em 13/03/2026. Detalhes sobre as políticas contábeis da Cia. estão apresentadas na nota explicativa 7. **4 Base de mensuração:** As DFs foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **5 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas DFs estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cia.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **6 Uso de estimativas e julgamentos:** Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das DFs da Cia.. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem a avaliação de vida útil do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados, a avaliação do valor recuperável do I.R. e C.S. diferidos, dentre outros de sua controlada em conjunto que pode impactar o investimento reconhecido na Cia.. A liquidação futura das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas DFs devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Cia. revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2025 e 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal está incluída: **• Nota 13.1 – Avaliação de trigger impairment:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos investimentos. **7 Políticas contábeis materiais:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs, salvo indicação ao contrário. **a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos. A Cia. reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cia. se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão – para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Cia. deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Cia. transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Cia. não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade, não detém o controle do ativo financeiro. **(ii) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. **b. Investimentos:** O investimento em controlada em conjunto é avaliado pelo método de equivalência patrimonial na DF. **c. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens definida em termos da utilização esperada do ativo para a entidade. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em uso são as seguintes:

Equipamentos de informática 5 anos
d. Intangível: Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável. A vida útil estimada do ativo intangível são:

Licença de uso de Software 5 anos

e. Redução ao valor recuperável (“impairment”): Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **Ativos financeiros não-derivativos:** A Cia. reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: **• Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. f. I.R. e C.S.:** O I.R. e a C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas aliquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para I.R. e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de C.S., limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com I.R. e C.S. compreende os impostos de renda e C.S. correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Despesas de I.R. e C.S. corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Despesas de I.R. e C.S. diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de DFs e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. **g. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. **h. Receitas e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **i. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Cia. tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Cia. requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Cia. mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Cia. utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Cia. mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Cia. determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Por mensuração e determinação do valor justo, a Cia. utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. **8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2025. A Cia. não adotou essas normas na preparação destas DFs. **• IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. **o** As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de I.R.. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. **o** As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas DFs. **o** Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas DFs. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Cia. ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Cia., a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Cia. também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas DFs. **• Outras Normas Contábeis:** **o** Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações ao CPC 48/IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7). **o** Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7. Com base na avaliação da Administração, as normas não afetarão materialmente as DFs da Cia.

9 Caixa e equivalente de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos (a)	164	14
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (a)	1.505	1.640
Total	1.669	1.654

(a) Em 31/12/2025, o saldo de caixa e bancos está mantido em contas correntes no Santander, Bradesco, Itaú e BTG Pactual. Os equivalentes de caixa correspondem a aplicações em CDB do Santander, instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e risco insignificante de alteração de valor. As aplicações financeiras são remuneradas a taxas pós-fixadas, com rentabilidade média de 100% do CDI (100% em 31/12/2024). O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupadas em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu rating na Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a Cia. possui saldos em aberto em 31/12/2025 são classificadas em AAA, com base na média de suas classificações. A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses

e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco.

Em milhares de Reais

Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda (%)	Provisão de Perda
Nível 1	AAA	1.669	0,01%	-

(1) Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 31/12/2025. A movimentação em 31/12/2025 e 2024 da perda estimada foi: **Saldo em 01/01/2024: (2); Reversão: 2; Saldo em 31/12/2024: -; Saldo em 31/12/2025: - 10 Partes relacionadas:** A Cia. adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação e regulamentação em vigor. O Acordo de Acionistas da Cia. estabelece diretrizes que visam assegurar que as transações entre a Cia. e suas partes relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da GNA, com independência e transparência, de forma a prevenir situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo partes relacionadas. Além disso, o Código de Conduta da GNA estabelece regras com o objetivo de prevenir situações de conflito de interesses envolvendo qualquer colaborador da Cia., as quais são aplicáveis a todos os colaboradores e *stakeholders* da GNA. Em conformidade com a Lei das S.A., os membros do Conselho de Administração da Cia. estão proibidos de deliberar sobre qualquer matéria ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Cia.. Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Cia. com empresas sob controle comum, acionistas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	2025	2024
Ativo		
Contas a receber – Circulante		
GNA HoldCo – Acionista direto (a)	-	74
UTE GNA I – Controlado em conjunto (a)	2	14
UTE GNA II – Investida de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	3	15
Total	5	103
Mútuos a receber – não circulante		
UTE GNA I – Controlado em conjunto (b)	117.860	103.104
Total	117.860	103.104

Passivo:

	2025	2024
Contas a pagar – Circulante		
GNA HoldCo – Acionista direto (a)	3	36
UTE GNA I – Controlado em conjunto (a)	274	314
Total	277	350

Resultado:

	2025	2024
Gastos e reembolsos compartilhados		
GNA HoldCo – Acionista direto (a)	161	524
UTE GNA I – Controlado em conjunto (a)	(2.503)	(2.980)
UTE GNA II – Investida de acionista não controlador pertencente ao mesmo grupo econômico (a)	38	160
Total	(2.304)	(2.296)
Receitas financeiras		
UTE GNA I – Controlado em conjunto (b)	14.756	10.499
Total	14.756	10.499

a. Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do Grupo GNA; b. Em fevereiro de 2021, a GNA Infra, fez aporte em Reais na controlada em conjunto UTE GNA I como mútuo. a. O vencimento do mútuo entre UTE GNA I e GNA Infra estão vinculados aos pagamentos subordinados (*). Veja abaixo a movimentação:

	UTE I	100% CDI	Total
Saldo em 01/01/2024			
Juros apropriados	92.605	92.605	
Saldo em 31/12/2024			
Juros apropriados	103.104	103.104	
Saldo em 31/12/2025			
Juros apropriados	14.756	14.756	
Saldo em 31/12/2025			
Juros apropriados	117.860	117.860	

(*) Contrato com acionistas com pagamento subordinado – Dentro do Acordo de acionistas na empresa UTE GNA I há contratos que possuem a cláusula de pagamento subordinado. Os contratos subordinados são: Porto do Açú contrato de arrendamento do terreno, contrato de O&M e LTMP parcela fixa com a Siemens Energy e contrato de Flexible fee com a BP Global e SPIC Brasil. Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	2025	2024
Diretores		
Pró-labore	(226)	(307)
Benefícios e Encargos	(68)	(93)
Total	(294)	(400)
11 Impostos a recuperar		
Ativo circulante		
Impostos a recuperar	33	2
Total	33	2
I.R. e C.S. a recuperar		
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL")	-	636
Total	-	636
Ativo não circulante		
I.R. e C.S. a recuperar		
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL")	1.945	1.800
Total	1.945	1.800

12 Participações societárias: a. Saldo de investimentos em controlada em conjunto

	Investimentos	Equivalência patrimonial
	2025	2024
Controlada em conjunto		
UTE GNA I	76.885	79.949
Total	76.885	79.949

b. Movimentação dos investimentos

	UTE GNA I
Saldo em 01/01/2024 (*)	378.047
Equivalência patrimonial	(306.272)
Ajuste de avaliação patrimonial (**)	8.174
Saldo em 31/12/2024	79.949
Equivalência patrimonial	(64)
Ajuste de avaliação patrimonial (**)	(3.000)
Saldo em 31/12/2025	76.885

(*) O valor de R\$ 72.723 faz parte do saldo inicial e refere-se ao ajuste do valor justo pela venda da participação da empresa UTE GNA I que ocorreu em janeiro de 2021. (***) Ajuste avaliação patrimonial – ganhos e perdas nas operações de hedge. **c. Resumo das informações financeiras do empreendimento controlado em conjunto**

	UTE GNA I	2025	2024
Total do ativo circulante		832.701	883.857
Total do não ativo circulante		4.854.984	5.047.200
Total do ativo		5.687.685	5.931.057
Total do passivo circulante		804.417	1.018.402
Total do passivo não circulante		4.873.997	4.896.561
Patrimônio líquido			
Capital social	1.007.002	1.007.002	
Reservas de capital	1.007.002	1.007.002	
Outros resultados abrangentes	(695)	5.990	
Prejuízos acumulados	(2.004.038)	(2.003.900)	
Total do patrimônio líquido		9.271	16.094
Total do passivo e patrimônio líquido		5.687.685	5.931.057

Ativos líquidos de controlada em conjunto

	2025	2024
Proporção de participação societária	4.162	7.225
Mais valia (***)	72.723	72.723
Valor contábil da participação societária nos investimentos	76.885	79.948

(***) O valor de R\$ 72.723 faz parte do saldo inicial e refere-se ao ajuste do valor justo da participação remanescente reconhecido q uando da venda da participação da controlada em conjunto UTE GNA I que ocorreu em janeiro de 2021.

	UTE GNA I	2025	2024
Receita líquida	1.162.882	1.616.442	
Custos de bens e/ou serviços	(786.996)	(1.360.885)	
Resultado bruto	375.886	255.557	
Receitas (despesas) operacionais	24.630	(45.863)	
Resultado financeiro líquido	(392.724)	(89.069)	
Resultado antes dos impostos	7.792	(679.375)	
I.R. e C.S. diferido	(7.930)	13.672	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(138)	(665.703)	

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

	UTE GNA I	2025	2024
Resultado das participações societárias	(138)	(665.703)	
Efeito da reapresentação da mensuração de estoque	(64)	(298.834)	
Valor contábil da participação societária nos investimentos	(64)	(306.272)	

12.1 Avaliação dos indicadores de perda: A Cia. realiza periodicamente a avaliação de indicadores de desvalorização, conforme previsto no CPC 01 (R1), com o objetivo de identificar eventuais evidências de que ativos possam não ser recuperáveis. Em 31/12/2024, a Cia. revisou a existência de indicadores. Onde, apesar da redução na previsão de despacho técnico, não foram identificados efeitos relevantes que apontassem deterioração do valor recuperável, não sendo necessário novo teste de impairment. Em 31/12/2025, foram reavaliadas as premissas operacionais e macroeconômicas utilizadas no modelo financeiro da controlada em conjunto UTE GNA I, sem mudanças significativas que configurassem novos indicadores de desvalorização. Dessa forma, não foram identificados triggers para realização de testes de impairment em 2024 e 2025, permanecendo válida a conclusão de que não há evidências de que o valor contábil dos ativos exceda seus valores recuperáveis.

	Gastos de desenvolvimento de projetos	Equipamentos de TI	Total
Saldo em 01/01/2024	856	-	856
Custo	856	217	1.073
Depreciação acumulada	-	(217)	(217)
Saldo em 31/12/2024	856	-	856
Custo	856	217	1.073
Depreciação acumulada	-	(217)	(217)
Saldo em 31/12/2025	856	-	856
	-%	20%	

14 Salários e encargos a pagar

	2025	2024
Passivo circulante		
Gratificações a pagar	-	124
Férias	-	63
Encargos sobre férias	-	44
INSS	-	6
FCTS	-	6
Total	-	243

15 Impostos e contribuições a recolher

	2025	2024
Passivo Circulante		
Impostos e contribuições a Recolher		
I.R. retido na fonte ("IRRF")	-	18
PIS/COFINS a recolher	68	69
PIS/COFINS/CSLL – Retenção	-	1
Total	68	88
I.R. e C.S. a recolher		
I.R. e C.S. ("IRPJ/CSLL")	402	345
Total	402	345

16 Impostos diferidos

	2025	2024
Saldo de impostos diferidos ativos e passivos:		
Impostos diferidos passivo – Remensurações	2025	2024
participação valor justo	24.726	24.726
Total	24.726	24.726

16.2 Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	2025	2024
Prejuízo contábil antes dos impostos	11.830	(298.969)
Alíquota I.R. e C.S.	34%	34%
I.R. e C.S. (base x alíquota) Adições permanentes:	(4.022)	101.649
Equivalência patrimonial	(21)	(104.132)
Créditos fiscais não reconhecidos	42	(1)
Outros	(2)	-
Adicional IRPJ	24	24
Total do I.R. e C.S. do exercício	(3.979)	(2.460)
Corrente	(3.979)	(2.460)
Total	(3.979)	(2.460)
Alíquota efetiva	(33,63) %	0,82%

17 Patrimônio líquido

	2025	2024
Acionistas		
Quantidade de ações ordinárias	7.604	7.557
% participação	93,06%	93,02%



GÁS NATURAL AÇÚCAR INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ: 27.982.942/0001-79

Relatório dos auditores independentes sobre as DFs: Aos Diretores e Acionistas da Gás Natural Açúcar Infraestrutura S.A. (Cia.), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gás Natural Açúcar Infraestrutura S.A. em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de DFs de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as DFs e o relatório dos auditores:** A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as DFs não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das DFs. Em conexão com a auditoria das DFs, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as DFs ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração DFs:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 13/03/2026

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6-F-RJ; Juliana Ribeiro de Oliveira Contadora CRC RJ-095335/O-0

País

CÂMARA

Motta: fim da escala 6x1 será debatida por meio de PEC

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (foto), disse ontem que o governo não vai mais encaminhar um projeto de lei com urgência para tratar do fim da escala de trabalho 6X1. Segundo ele, o debate ocorrerá por meio de uma proposta de Emenda à Constituição (PEC) que, atualmente, está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

"O governo não mais enviará, segundo o líder do governo (deputado José Guimarães), o projeto de lei com urgência, pactuando assim o entendimento já feito e determinado por essa presidência de que nos iremos analisar a matéria por Projeto de Emenda à Constituição", disse Motta após reunião de líderes na residência oficial.

Atualmente, a Constituição estabelece que a carga de trabalho será de até oito horas diárias e até 44 horas semanais. A CCJ analisa os textos das PECs apresentadas pela deputada Érika Hilton (PSOL-SP) e pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). A expectativa é que o colegiado analise a admissibilidade da matéria na próxima semana.

O primeiro acaba com a escala 6x1, de seis dias de trabalho e um de descanso e limita a duração do trabalho normal a 36 horas semanais. O texto ainda facultava a compensação de horas e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. Pela proposta, a nova jornada entra em vigor 360 dias após a data da sua publicação.

O segundo projeto também reduz a jornada de trabalho para 36 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, nos mesmos



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

termos da proposta anterior. A matéria, entretanto, prevê que a nova jornada entre em vigor 10 anos após a data de sua publicação.

URGÊNCIA

O governo avaliava enviar um projeto de lei com urgência para o Congresso Nacional, caso as discussões que tratam sobre a jornada de trabalho consideradas como prioritários não caminhassem com a "velocidade desejada".

A urgência impõe que tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado tenham 45 dias para deliberar o tema, sob pena de trancamento da pauta.

Motta disse que após a aprovação na CCJ, encaminhará a criação de uma comissão especial para debater e deliberar sobre a matéria. Segundo o presidente da Câmara, a intenção é que o texto seja votado nessa co-

missão especial ainda em maio para posteriormente ser levado para ao plenário.

"Imediatamente [após a aprovação na CCJ] criaremos uma Comissão Especial para trabalharmos a votação em plenário até o final do mês de maio, dando a oportunidade de que todos os setores possam se manifestar acerca dessa proposta que é importante para a classe trabalhadora do país, pois nós estamos tratando da redução da jornada de trabalho sem prejuízo salarial", afirmou.

VOTAÇÕES

Motta disse ainda que a Câmara deve votar na próxima semana o projeto de lei que regula o trabalho de motoristas e entregadores por aplicativo.

"Esse projeto de lei é importante. Ele atende mais de 2 milhões de trabalhadores no país, que trabalham para essas plataformas. Com essa aprovação,

esses trabalhadores passarão a ter previdência, seguro saúde, seguro de vida e garantias que hoje eles não têm", apontou.

Também estará na pauta dessa semana a votação da PEC 383/2017 que vincula o repasse de 1% da Receita Corrente Líquida da União para financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O objetivo é garantir recursos contínuos para os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) e programas de proteção social.

Hugo Motta também afirmou que a eleição do representante da Câmara no Tribunal de Contas da União (TCU) deve ocorrer na próxima semana. Ele declarou que apoia o candidato do PT, deputado Odair Cunha, como parte do acordo que o elegeu para comandar a Casa.

BRASÍLIA

Câmara Legislativa convoca presidente do BRB para explicar rombo

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou a convocação do presidente do Banco de Brasília (BRB), Nelson Antônio de Souza, e do secretário adjunto de Economia do governo do Distrito Federal, Daniel Izaías de Carvalho, para prestarem informações sobre a situação financeira do banco.

A convocação foi decidida após os dois terem faltado à audiência pública agendada para esta terça-feira (7), descumprindo acordo feito anteriormente com o legislativo local - o que gerou críticas de deputados distritais.

Os dois tinham sido chamados à convite para a sessão desta terça-feira porque inicialmente tinham dito publicamente que compareceriam espontaneamente à audiência para explicar a operação fracassada de aquisição do Banco Master e as medidas de governança adotadas pela instituição.

Ao abrir a sessão da CCJ da Câmara Distrital, o presidente da comissão, deputado distrital Thiago Manzoni (PL), lembrou que a convocação havia sido convertida em convite após "compromisso público" de que o comparecimento se daria na data de hoje, 7 de abril.

"A ausência dos convidados, especialmente diante da gravidade dos fatos, não é apenas um desrespeito a esta comissão. É, sobretudo, um desrespeito ao cidadão do DF, que tem o direito de saber o que está acontecendo com o BRB, uma instituição financeira pública que movimentou bilhões de reais e que desempenha papel central na economia do DF", disse Manzoni.

A ausência dos dois convidados também foi criticada pelo deputado Fábio Félix (PSOL). Após citar uma série de reportagens que mostravam "a gravidade dos fatos" envolvendo o banco público, ele lamentou a forma como autori-

dades do DF têm respondido às demandas sobre o caso.

"Não só meu gabinete, mas todos os gabinetes desta Casa têm feito uma série de requerimentos de informação para ter acesso a documentos. A resposta do BRB tem sido desrespeitosa com a Câmara Legislativa. É sempre um 'não' taxativo, com base em argumentos de sigilo, dizendo que essas informações não podem ser prestadas a ninguém", argumentou o deputado do PSOL.

Félix acrescentou que, sem essas informações, não há como os parlamentares ficarem a par da real situação do banco, e que esses depoimentos são fundamentais para saber o que está, de fato, acontecendo tanto no governo do DF como no BRB.

Segundo o deputado do PSOL, "é óbvia a responsabilidade [pelo ocorrido]", uma vez que é o governo do DF o controlador do BRB. Félix argumentou que quem mandou os dois projetos de lei para a Câmara Legislativa, em favor da operação, foi o ex-governador Ibaneis Rocha.

"Quem atuou politicamente para que os dois projetos fossem aprovados com muita rapidez e celeridade foi o governador Ibaneis Rocha. Então não se trata de pré-julgamento jurídico. A responsabilidade política está clara", acrescentou.

CMPI DO CONGRESSO

Já na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Crime Organizado, no Congresso Nacional, era esperado para depor ontem o ex-governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha, que também não compareceu à sessão.

Ele já não havia comparecido, como convidado, a duas outras reuniões. Em reação, o colegiado também aprovou a convocação. O ex-governador também era esperado para falar sobre as negociações do BRB para a compra do Banco Master, negócio que foi impedido pelo Banco Central.

PESCA

Câmara aprova MP com novas regras para o seguro-defeso

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 1323/25, que traz mais rigor para a concessão do seguro-defeso. O objetivo é evitar fraudes no pagamento do benefício. Entre outros pontos, a medida traz novas condições de cadastro e identificação, além de autorizar a quitação das parcelas pendentes em 2026 se o beneficiário atender aos requisitos exigidos em lei. A nova legislação segue para análise do Senado.

O benefício é pago aos pescadores artesanais que não podem praticar a atividade devido à piracema. O projeto determina que o interessado deve ter solicitado o benefício dentro dos prazos legais para receber o se-

guro-defeso de anos anteriores dentro dos prazos legais.

Além disso, o pagamento ocorrerá em até 60 dias depois da regularidade plena do pescador no programa. A MP estabelece ainda que as despesas ficarão de fora do limite previsto na Lei 10.779/03, que trata do seguro.

A legislação diz que o seguro terá a dotação orçamentária do ano anterior mais a correção permitida pelo arcabouço fiscal (IPCA + até 2,5% da variação real da receita primária).

Para 2026, o total do seguro-defeso previsto, exceto esses atrasados, é R\$ 7,9 bilhões.

O texto prorroga até 31 de dezembro de 2026, o prazo para os pescadores artesanais apresentarem o já exigido Relatório Anual de Exercício da Atividade Pesqueira (Reap) referente aos

ANDRESSA ANHOLETE-AGÊNCIA SENADO



anos de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025.

O relatório deve ser apresentado anualmente para que o pescador continue habilitado a contar com o auxílio no ano seguinte. Quem estiver em atraso não recebe o valor pago para sustento da família enquanto houver proibição de pesca para

preservar as espécies em sua época de reprodução.

No entanto, para receber os benefícios relativos a 2026 será necessário apresentar o Reap apenas de 2025.

O relator da proposta, deputado Beto Faro (PT-PA) (foto) disse que a medida visa resgatar a integridade e virtudes do seguro-defeso ao pescador artesanal, dificultando a realização de fraudes que acabam prejudicando os "seus beneficiários legítimos e da moralidade pública."

"A iniciativa do governo busca preservar o significado essencial do seguro-defeso, ou seja, a garantia de uma renda básica ao pescador artesanal durante o período de impedimento do exercício da pesca para permitir a reprodução das espécies pesqueiras", explicou.

Nota

STF MARCA JULGAMENTO SOBRE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DE EMPREGADOS PÚBLICOS

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), marcou para o dia 17 deste mês o julgamento que irá decidir se a aposentadoria compulsória aos 75 anos de empregados públicos pode ser aplicada imediatamente ou se é necessário editar uma lei complementar para regulamentar a medida. A controvérsia envolve a aplicação da norma introduzida pela Reforma da Previdência de 2019. Pelas regras da emenda, empregados públicos que completarem 75 anos e tenham cumprido o tempo mínimo de contribuição devem ser compulsoriamente desligados do cargo. No caso, uma ex-empregada da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) se aposentou por tempo de serviço pelo INSS em 1998 e continuou a trabalhar na empresa até 2022, quando teve o contrato rescindido ao completar 75 anos. Ela recorre de decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), que rejeitou sua reintegração ao entender que a aposentadoria não impede a rescisão contratual. A ex-empregada sustenta que a norma não poderia ser aplicada de forma imediata e pede a reintegração ao emprego ou, alternativamente, o pagamento de verbas rescisórias. Também argumenta que o STF já teve decisões no sentido de que a aposentadoria compulsória não se aplica a empregados públicos.



STF

PGR defende eleições diretas para mandato-tampão de governador

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer favorável à realização de eleições diretas para o mandato-tampão de governador do Rio de Janeiro.

O parecer foi anexado à ação na qual o diretório estadual do PSD defende eleições populares para o comando interino do estado, e não votação indireta, por meio dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

No entendimento da procuradoria, a condenação do ex-governador Cláudio Castro pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) gerou a vacância por motivos eleitorais. Dessa forma, o governador deve ser escolhido pela população.

"Esse quadro, a toda evidência, não se coaduna com a determinação de realização de eleições indiretas, a qual - por isso mesmo - torna-se passível de adequação pela via reclamatória", afirmou a PGR.

O julgamento definitivo no STF sobre a eleição para mandato-tampão no Rio será nesta quarta-feira. Quem for eleito para comandar o estado ficará no cargo até o fim deste ano. Em janeiro, o governador eleito nas eleições de outubro assumirá o cargo pelos próximos quatro anos.

ENTENDA

No dia 23 de março, Castro foi condenado a inelegibilidade pelo Tribunal Superior

Eleitoral (TSE). Em função da condenação, o tribunal determinou que um governador seria escolhido por eleições indiretas para mandato-tampão.

Contudo, o PSD recorreu ao Supremo e defendeu eleições diretas. No dia anterior ao julgamento, Castro renunciou ao mandato para cumprir o prazo de desincompatibilização para se candidatar ao Senado. A medida foi vista como uma manobra para forçar a realização de eleições indiretas, e não diretas. O ex-governador poderia deixar o cargo até o dia 4 de abril.

A eleição para o mandato-tampão deverá ser realizada porque a linha sucessória do estado está desfalcada.

O ex-vice-governador Thiago Pampolha deixou o cargo, em 2025, para assumir uma vaga no Tribunal de Contas do estado. Desde então, o estado não tem vice-governador.

O próximo na linha sucessória seria o presidente da Alerj, o deputado estadual Rodrigo Bacellar. No entanto, o parlamentar foi cassado na mesma decisão do TSE que condenou Castro. Antes da decisão, Bacellar também foi afastado da presidência da Casa por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele é investigado no caso que envolve o ex-deputado TH Joias.

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Ricardo Couto de Castro, exerce interinamente o cargo de governador do estado.

DUAS SEMANAS

Irã confirma cessar-fogo com EUA e reabertura de Ormuz

DARLAN DE AZEVEDO/AE

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Seyed Abbas Araghchi, divulgou na noite desta terça-feira um comunicado confirmando uma trégua de duas semanas com os Estados Unidos e a passagem

segura pelo Estreito de Ormuz.

"Se os ataques contra o Irã forem interrompidos, nossas poderosas Forças Armadas cessarão suas operações defensivas. Por um período de duas semanas, a passagem segura pelo Estreito de Ormuz será possível por meio de coordenação com

as Forças Armadas do Irã e com a devida consideração das limitações técnicas", diz o comunicado publicado por Araghchi em seu perfil no X.

O chanceler iraniano elogiou a mediação do primeiro-ministro do Paquistão, Shehbaz Sharif, pelos esforços para acabar com a guerra no Orien-

te Médio e a disposição do governo dos EUA para negociações sobre a proposta de 10 pontos do Irã.

A resposta do Irã ocorre logo após o presidente americano, Donald Trump, anunciar que concordou em suspender o ataque e bombardeio ao Irã por duas semanas

Donald Trump anuncia que aceita cessar-fogo de duas semanas com Irã

O anúncio foi feito por Trump em sua conta na rede social Truth Social após negociações diplomáticas intensas intermediadas pelo governo do Paquistão.

"Com base nas conversas com o Primeiro-Ministro Shehbaz Sharif e o Marechal de Campo Asim Munir, do Pa-

quistão, nas quais me solicitaram que suspendesse o envio de forças destrutivas ao Irã esta noite, e desde que a República Islâmica do Irã concordasse com a ABERTURA COMPLETA, IMEDIATA e SEGURA do Estreito de Ormuz, concordo em suspender os bombardeios e ataques ao Irã

por um período de duas semanas", escreveu o presidente americano.

Ainda de acordo com Trump, a razão para a trégua é que os objetivos militares americanos na guerra foram cumpridos e os EUA estão perto de um acordo definitivo com o Irã.

"Recebemos uma proposta

de 10 pontos do Irã e acreditamos que ela constitui uma base viável para a negociação. Quase todos os pontos de discórdia anteriores foram acordados entre os Estados Unidos e o Irã, mas um período de duas semanas permitirá que o Acordo seja finalizado e consolidado", acrescentou.

CONSELHO DE SEGURANÇA

Rússia e China vetam resolução sobre Ormuz

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Com vetos dos membros permanentes China e Rússia, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) rejeitou projeto de resolução apresentado pelo Bahrein, em nome dos países do Golfo Pérsico, que condenava o fechamento do Estreito de Ormuz pelo Irã.

O texto apresentado criticava apenas as retaliações iranianas, sem citar as agressões dos Estados Unidos (EUA) e Israel, defendendo a soberania dos países do Golfo, sem citar a integridade territorial ou independência política do Irã.

O projeto ainda afirmava o direito de os "Estados-Membros, em conformidade com o direito internacional, de defenderem suas embarcações contra ataques e provocações, incluindo aquelas que prejudicam os direitos e liberdades de navegação".

Onze membros do Conselho votaram a favor do projeto de resolução, são eles: Bahrein, EUA, Reino Unido, França, Dinamarca, Grécia, Panamá, Libéria, Letônia e Congo. A Colômbia e o Paquistão se abstiveram.

Ao defender a aprovação do texto, o Bahein - que estava representando Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Jordânia - afirmou que o Irã não teria o direito de fechar o Estreito de Ormuz, por onde transitam cerca de 20% do petróleo e gás mundiais.

"A não adoção desta resolução envia um sinal errado ao mundo, aos povos do mundo - um sinal de que as ameaças às vias navegáveis internacionais podem passar sem qualquer ação decisiva da comunidade internacional", disse o ministro das Relações Exteriores do Bahrein, Abdullatif bin Rashid Al Zayani.

Segundo o direito internacional, o uso da força só pode ser exercido pelos Estados se aprovado no Conselho de Segurança da ONU ou em casos de autodefesa.

IRÃ

O Irã fechou o Estreito de Ormuz em retaliação à agressão sofrida por Israel e EUA, prometendo manter o canal fechado para os países hostis à República Islâmica.

O embaixador de Teerã, Amir Saeid Irvani, disse que o objetivo do projeto do Bahrein é "punir a vítima por defender sua soberania e seus interesses nacionais vitais no Golfo Pérsico e no Estreito de Ormuz, ao mesmo tempo que oferece cobertura política e jurídica para futuros atos ilegais dos agressores".

Irvani acrescentou que, na essência, esse foi um projeto dos EUA e que Washington e Tel-Aviv devem assumir a "total responsabilidade" pelo sofrimento que infringiram, assegurando que "embarcações não hostis" poderão passar livremente pelo Estreito.

RÚSSIA

O embaixador russo Vassily Nebenzia afirmou que o texto apresentado ao Conselho de Segurança tem abordagem fundamentalmente "errônea e perigosa para a situação na região".

Para o diplomata de Moscou, o texto do Bahrein apresenta o Irã como única fonte de tensões regionais, sem mencionar os ataques ilegais dos EUA e de Israel, lembrando que a "interpretação vaga e abrangente" da Resolução 1973 de 2011 prejudicou a Líbia.

Naquele ano, o Conselho autorizou uso da força contra o governo líbio de Muammar Gaddafi sob a alegação de "proteger civis", levando a sua queda. Desde então, a Líbia não tem um governo unificado e o controle territorial é fragmentado por grupos muitas vezes rivais.

Nebenzia acrescentou que Rússia e China "em breve" apresentarão uma resolução alternativa. "Nosso projeto será conciso, equitativo e equilibrado", afirmou.

CHINA

Por sua vez, a China destacou que o projeto de resolução não conseguiu captar as "causas profundas e o quadro completo do conflito de forma abrangente e equilibrada", disse o embaixador Fu Cong.

O diplomata chinês acrescentou que o Conselho de Segurança

não deve se precipitar na votação de um projeto de resolução "quando sérias preocupações foram levantadas por seus membros".

Fu Cong disse que a China tem o compromisso de abordar a situação de forma adequada, combatendo suas causas profundas.

"Esta guerra nunca deveria ter acontecido", acrescentou, culpando os EUA e Israel como instigadores e instando-os a cessar com as "ações militares ilegais". Fu Cong também pediu ao Irã que interrompa seus ataques.

EUA

O representante dos Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU destacou que o Estreito de Ormuz é vital demais para o mundo para ser usado "como refém, bloqueado ou instrumentalizado por qualquer Estado", disse o embaixador Michael Waltz.

Os EUA se solidarizam com os povos do Golfo e acusaram a China e a Rússia de se alinharem a um "regime que busca intimidar o Golfo para subjugar-lo".

Após a agressão dos EUA e de Israel contra o Irã, o país persa passou a retaliar bases militares dos norte-americanos e infraestruturas energéticas sediadas nos países do Golfo. Teerã justifica que essas nações fazem parte da guerra ao permitirem que os agressores usem seu território e espaço aéreo para ataques contra o Irã.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Memorial da Pandemia no Rio homenageia vítimas da Covid-19

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

O Ministério da Saúde lançou ontem o Memorial da Pandemia, no Rio de Janeiro, para homenagear as mais de 700 mil vítimas da Covid-19 no país.

O espaço de memória está localizado no edifício do Centro Cultural do Ministério da Saúde (CCMS), reaberto depois de quase quatro anos de obras de recuperação e investimento de cerca de R\$ 15 milhões.

Duas instalações foram os destaques do lançamento. Uma delas reúne pilastras com letreiros digitais, em que aparecem nomes das vítimas da doença, seguidos de informações sobre a idade e a cidade onde viviam. A outra, estruturada em alumínio naval, forma quatro silhuetas humanas de mãos dadas, e representa a união da sociedade para enfrentar a pandemia.

Também foi lançado no evento o Memorial Digital da Pandemia, portal na internet desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS).

O acervo dará origem a uma exposição itinerante que passará por seis capitais, entre maio e janeiro de 2027, com início em Brasília e encerramento no Rio de Janeiro.

"O Brasil viveu uma crise sanitária e uma crise de responsabilidade pública durante a pandemia. O negacionismo custou vidas. A ciência já demonstrou que grande parte das mortes poderia ter sido evitada se tivéssemos seguido as evidências, incentivado a vacinação e protegido a população", disse o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

"Preservar essa memória é essencial para que o Brasil nunca mais repita esse erro e

para que a defesa da ciência e da vida seja sempre um princípio inegociável na condução da saúde pública", completou.

Está prevista para junho, no CCMS, a exposição "Vida Reinventada", com curadoria da ex-ministra da Saúde Nísia Trindade. A proposta é trazer uma leitura das respostas da sociedade à pandemia, a partir de uma articulação entre memória, ciência, arte e justiça.

GUIA DE PÓS-COVID

O Ministério da Saúde também lançou o Guia Nacional de Manejo das Condições Pós-Covid no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em parceria com a Fiocruz. O documento traz orientações para identificar, diagnosticar e tratar sequelas persistentes da doença, conhecidas como pós-covid.

O guia substitui normativas anteriores e será usado como referência única no SUS. Há detalhes das manifestações clínicas que podem surgir a partir de quatro semanas após a infecção, mesmo em casos leves ou assintomáticos.

Além disso, há informações sobre complicações em diferentes sistemas do organismo, como o cardiovascular, o respiratório, o neurológico e a saúde mental. E apresenta protocolos diagnósticos, recomendações terapêuticas e fluxos assistenciais na Rede de Atenção à Saúde, com atenção a populações vulneráveis.

As iniciativas desta terça foram celebradas por instituições como a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico).

A assistente social Paola Falceta é uma das fundadoras. Ela perdeu a mãe de 81 anos no início da pandemia, infectada por covid no hospital depois de uma cirurgia cardíaca.

INTERNET

Hackers pró-Irã violaram infraestrutura cibernética dos EUA, diz governo americano

DARLAN DE AZEVEDO/AE

Duas agências de segurança dos Estados Unidos e o FBI emitiram um alerta em conjunto ontem, informando que hackers aliados ao Irã exploraram vulnerabilidades em dispositivos conectados à internet usados para controlar equipamentos e máquinas em diversos setores importantes.

Segundo os órgãos do gover-

no americano, a intenção era interromper operações e causar prejuízos financeiros. Além da polícia federal dos EUA, o boletim foi emitido pela Agência de Segurança Cibernética e de Infraestrutura (CISA, na sigla em inglês) e pela Agência de Segurança Nacional (NSA, em inglês).

Desde o início dos ataques dos EUA e de Israel, uma série de ciberataques contra en-

tidades americanas e israelenses tem sido atribuída a hackers pró-Irã. As autoridades afirmam que infraestruturas críticas, como portos e estações de tratamento de água, podem ser alvo de hackers iranianos ou de grupos independentes atuando em seu nome.

Já o Reino Unido alertou nesta terça-feira para um grupo hacker associado ao gover-

no da Rússia, que também vem explorando vulnerabilidades cibernéticas. Segundo o governo, eles atacaram uma infraestrutura de roteadores de internet para redirecionar o tráfego de servidores, porém a campanha foi desarticulada e retirada do ar numa colaboração do governo britânico com o Departamento de Justiça dos EUA, FBI e outros parceiros internacionais.